

A young girl with dark hair, wearing a light-colored headband and a white ruffled top, is looking down at a tablet device she is holding. The background is a blurred, warm-toned interior. The image is overlaid with a dark red banner at the top and a yellow banner at the bottom containing text.

Direitos, Infância e Agenda Pública

Uma análise comparativa da cobertura
jornalística latino-americana

Direitos, Infância e Agenda Pública

Uma análise comparativa
da cobertura jornalística
latino-americana

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



Outros aliados estratégicos da Rede ANDI América Latina:



Expediente

ANDI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

Conselho Diretor

Presidente: Oscar Vilhena Vieira
Vice-Presidente: Geraldinho Vieira
Diretor para Assuntos Financeiros: Márcio Ruiz Schiavo
Diretora para Assuntos Jurídicos: Anamaria Schindler
Diretora para Assuntos Internacionais: Regina Festa
Vice-Diretor para Assuntos Financeiros: Léo Voigt

Assembléia Geral de Sócios

Âmbar de Barros
Benedito Rodrigues dos Santos
Cenise Monte Vicente
Claudett Ribeiro
Claudius Cecon
Fernando Rossetti
Jailson de Souza
Marcus Fuchs
Mário Osava
M. Marcos Terena
Oded Grajew
Ricardo Kotscho
Sérgio Adorno

Secretário Executivo

Veet Vivarta

Secretária Executiva Adjunta

Ely Harasawa

REDE ANDI AMÉRICA LATINA

Conselho Gestor da Rede ANDI América Latina

Alicia Cytrynblum (Argentina)
Carlos Mamani Jiménez (Bolívia)
Evelyn Blanck (Guatemala)
Lucía Lagunes Huerta (México)
Mario Chamorro (Nicarágua)
Marta Benítez (Paraguai)
Oscar Misle (Venezuela)
Rebeca Cueva Rodríguez (Equador)
Roger Martín Guerra-García Campos (Peru)
Veet Vivarta (Brasil)
Virginia Murillo Herrera (Costa Rica)
Ximena Norato (Colômbia)

Coordenador Executivo da Rede ANDI América Latina

Ulisses Lacava

Assistentes da Coordenação

Frida Montalván
Javier Martínez
Estela Caparelli

Estagiária

Andréia Carla Castro

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA REDE ANDI AMÉRICA LATINA

ANDI

SDS, Edifício Boulevard Center, Sala 108.
CEP 70391-900, Brasília – DF, Brasil.
Telefone: +55 (61) 2102.6543
Fax: +55 (61) 2102.6550
E-mail: red.andi.al@andi.org.br

- Para outras informações sobre a Rede, favor visitar: www.redandi.org
- Informações sobre jornalismo e infância no Brasil: www.andi.org.br
- Informações, notícias, fóruns de discussão e chats sobre jornalismo e infância na América Latina: www.acao17.org

FICHA CATALOGRÁFICA (CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO)

D63 Direitos, infância e agenda pública: uma análise comparativa da cobertura jornalística latino-americana / Agência de Notícias dos Direitos da Infância; Rede ANDI América Latina. --- Brasília : ANDI, 2007.
74 p. : il.; color.

Com o apoio da Plan Internacional / Petrobras
Texto em duas línguas, português e espanhol
Versão eletrônica em três línguas, português, espanhol e inglês. Disponível em: www.andi.org.br
ISBN 978-85-99118-09-2

1. Mídia – América Latina. 2. Direitos da Infância. 3. Agenda pública. I. Vivarta, Veet.
II. Agência de Notícias dos Direitos da Infância

CDU: 362.7

Sumário

Apresentação	4
Resumo Executivo	6
1) A infância e adolescência nos jornais latino-americanos	8
2) Múltiplas vozes e contextos	29
3) Educação em pauta	34
4) Violência: uma cobertura com muitos limites e desafios	43
5) Diversidade em segundo plano	56
6) Novos olhares em prol da qualidade	63
Uma articulação estratégica	68
Ficha Técnica	

Apresentação

Para transformar a realidade é preciso, antes de tudo, conhecê-la e discuti-la a partir de dados objetivos. Por esta razão, um dos pilares do trabalho desenvolvido pela Rede ANDI América Latina tem sido o monitoramento e a análise da cobertura dos principais veículos impressos da região sobre os direitos da infância e da adolescência. O objetivo é contribuir para a construção de um jornalismo mais socialmente responsável e proativo, capaz de incidir de forma efetiva nos processos de formulação de políticas públicas em favor de crianças e adolescentes.

Realizado desde o início de 2004, o monitoramento da imprensa latino-americana baseia-se em uma metodologia pioneira desenvolvida há mais de dez anos no Brasil pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). Os dados gerados por este monitoramento vêm subsidiando a edição de relatórios nacionais que retratam os diferentes aspectos do trabalho jornalístico, em cada país que integra a Rede.

Esta publicação representa um novo passo ao oferecer, pela primeira vez, uma leitura crítica comparativa da abordagem editorial dos temas ligados à infância e adolescência em diferentes jornais latino-americanos. Os dados foram compilados em 2005, a partir do monitoramento diário de 121 periódicos de dez países. Desenvolvido pelas Agências integrantes da Rede ANDI América Latina e pela equipe de Monitoramento e Estatísticas da ANDI, o presente estudo constitui hoje a linha de base que permitirá acompanhar a evolução quanti-qualitativa da cobertura no futuro. Dessa maneira, será possível avaliar o impacto das ações dos diversos atores sociais no sentido de dar visibilidade ao cumprimento dos direitos fundamentais das pessoas menores de 18 anos – ou seja, o principal e mais vulnerável grupo populacional do continente.

Em nome da Rede ANDI América Latina gostaríamos de agradecer os esforços de todas e todos os que têm contribuído para o sucesso do projeto – em especial, o apoio recebido dos nossos aliados estratégicos, sem o qual este estudo não seria possível.

Boa leitura!

Ulisses Lacava

Coordenador Executivo – Rede ANDI América Latina

Veet Vivarta

Secretário Executivo – ANDI

“A ANDI tem feito no Brasil um trabalho extraordinário para desenvolver uma nova geração de comunicadores com um profundo sentido de responsabilidade social frente ao tema da infância e da adolescência. Neste momento, a experiência está sendo expandida a toda América Latina, por meio da Rede ANDI. Entendemos esta como uma iniciativa fundamental em apoio aos direitos da infância e para avançar em direção aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que desejamos ver promulgados para todas as cidadãs e cidadãos.”

Nils Kastberg
Diretor Regional para América Latina e Caribe – UNICEF

“Nós da Save the Children Suécia sempre apostamos que a metodologia pioneira desenvolvida pela ANDI no Brasil poderia ser aplicada em outros contextos, sempre contando com a colaboração de atores locais. Nesse sentido, estamos muito felizes em acompanhar o crescimento e a consolidação da Rede ANDI América Latina. Três anos depois de iniciada a experiência, é possível afirmar que a articulação já se estabeleceu como um ator chave no cenário regional de promoção dos direitos de meninas e meninos. Muito nos alegra também ver o processo de fortalecimento das capacidades das diversas Agências de notícias que integram a Rede, trabalhando hoje nos diferentes temas relacionados à infância. Elas estão, certamente, ampliando suas possibilidades de contribuição para um diálogo mais propositivo em seus países, tanto com os meios de comunicação, quanto com a sociedade civil.”

Per Tamm
Representante para América Latina – Save the Children Suécia

“Desenvolvida desde 1996 no Brasil, a metodologia ANDI constitui um instrumento fundamental na criação e sustentação de uma cultura de qualidade na informação sobre os direitos de crianças e adolescentes nos meios de comunicação. A mobilização para a defesa dos direitos da infância se faz necessária não somente no Brasil, mas também em toda a América Latina e a replicação da metodologia ANDI é, certamente, um avanço para a qualificação da cobertura do tema na mídia internacional.”

Luis Fernando Nery
Gerente de Responsabilidade Social – Petrobras

“A Plan Internacional está apoiando o fortalecimento da Rede ANDI América Latina, convencida da enorme capacidade de impacto da iniciativa sobre os veículos de massa em prol da construção de sociedades mais justas e inclusivas. O acesso à informação necessária – em termos de quantidade e qualidade – tem um papel neste desafio pela promoção do respeito, a difusão e a proteção dos direitos de meninas, meninos e jovens na América Latina. O fomento para o desenvolvimento tem relação direta com audiências bem informadas e com a capacidade de que se tomem decisões e se promovam iniciativas que fortaleçam sociedades nas quais a dignidade das pessoas e seus direitos sejam respeitados, de maneira que meninos, meninas e jovens possam realizar seus potenciais.”

Mathew Carlson
Diretor do Escritório Regional para as Américas – Plan Internacional

“Toda transformação social é fruto de grandes mudanças de consciência e comportamento nas pessoas e nas instituições. Por esta razão, o papel dos comunicadores é essencial. São eles que, com pluralidade de visões, trazem à sociedade os fatos, seus contextos e atores e a interpretação da realidade. São eles, também, os que podem dar visibilidade a iniciativas de sucesso e ampliar o debate sobre as soluções que apontam para a busca de melhores dias. A Fundação AVINA é parceira de ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância nas suas redes brasileira e latino-americana porque reconhecemos sua extrema eficácia em sensibilizar, mobilizar, capacitar e monitorar jornalistas e meios de comunicação no avanço da sua responsabilidade social. Na forma como fazem a cobertura dos temas relacionados ao desenvolvimento humano e, especificamente, àqueles que são os personagens centrais da vida (crianças e jovens), jornalistas e meios podem contribuir para que nosso continente diminua a enorme dívida relacionada à atenção dos seus direitos e às suas necessidades essenciais para seu mais pleno desenvolvimento. A ANDI é um exemplo mundial em comunicação para o desenvolvimento e uma referência na sua forma de operar em rede com outras organizações.”

Brizio Biondi-Morra
Presidente
Fundação AVINA

Resumo Executivo

Muito além dos fatos

Oferecer uma abordagem mais crítica e contextualizada aos temas centrais para a pauta da infância e da adolescência é um dos grandes desafios que se impõem aos meios de comunicação latino-americanos.

A criança e o jovem ocupam nos dias de hoje um importante espaço no imaginário das nações em desenvolvimento: estão na pauta dos meios de comunicação e na agenda dos governos. Uma análise de mais de 237 mil textos jornalísticos, publicados ao longo de 2005 em 121 jornais de dez países, mostra que, em seu conjunto, os principais diários latino-americanos vêm dedicando um espaço expressivo ao debate sobre a infância e a adolescência. O estudo – realizado pelas organizações integrantes da Rede ANDI América Latina – revela que as redações reconhecem na Educação um foco prioritário, tendo sido esse o tema mais presente na cobertura, no período analisado. Outro destaque é a significativa atenção destinada à Violência, tendência que parece refletir a própria perplexidade com que a sociedade encara essa questão.

Nem sempre, entretanto, a quantidade do material publicado sobre esses temas, bem como sobre as demais questões que afetam a realidade de meninos e meninas, se reflete em qualidade. Apesar da marcante presença de fontes de informação governamentais e não-governamentais, o noticiário é abundante na publicação de eventos factuais que remetem, por exemplo, a promessas oficiais e inaugurações de obras, sem dedicar-se – na mesma dimensão, pelo menos – à ampliação do debate construtivo sobre o rumo das políticas públicas relacionadas à população infanto-juvenil.

De maneira geral, esse perfil da cobertura é encontrado na amostra de todos os países que integram o estudo. No entanto, ainda que seja possível identificar traços comuns no comportamento editorial dos diários pesquisados, é importante ressaltar que não são poucas as diferenças observadas. Uma das variações diz respeito à própria quantidade de textos veiculados. Com uma média de 3.733 reportagens ao longo de 2005, os meios da Venezuela despontam em primeiro lugar. O Brasil também aparece em destaque (3.040 textos) quando consideramos apenas os 20 principais jornais avaliados – recorte necessário se levarmos em conta as dimensões geográficas do país e o fato de que ele reúne 45% dos diários que integram a presente pesquisa. Já a Guatemala aparece na última posição, com uma média de 885 notícias sobre crianças e adolescentes por jornal, em 2005.

Preocupação com o contexto

As diferenças também podem ser notadas quando está em foco o perfil qualitativo do conteúdo. Enquanto os textos publicados pelos periódicos do Paraguai e do Brasil se destacam, por exemplo, entre os que mais discutem políticas públicas, na Nicarágua e na Venezuela esses percentuais são bastante reduzidos. A citação de dados de estudos, indicadores sociais ou estatísticas – outro fator de contextualização das matérias – também ganha maior repercussão no noticiário brasileiro, se comparado aos demais países. E o mesmo ocorre com a menção às legislações específicas sobre infância e adolescência.

No caso da imprensa brasileira, é necessário explicar que a presença de um volume maior de notícias que respondem a parâmetros de qualidade guarda relação direta com a própria atuação da ANDI e da Rede ANDI Brasil no país. Há 14 anos a ANDI vem desenvolvendo um estreito diálogo com as redações, a fim de contribuir com uma abordagem mais eficiente das questões centrais para a agenda social brasileira – especialmente às relacionadas aos direitos de meninos e meninas. Este quadro aponta, também, para a perspectiva de que tais aprimoramentos da cobertura passem a ser alcançados nos demais países que integram, hoje, a Rede ANDI América Latina.

PRIORIDADES DA AGENDA

Ainda que Educação (22,45%) e Violência (13,72%) apareçam como temas de destaque na pauta jornalística, outros assuntos relevantes para o universo da infância e da adolescência – como Saúde (10,68%), Esportes e Lazer (9,39%) ou Direitos e Justiça (6,38%) – também encontram repercussão na cobertura. Por outro lado, questões importantes como Deficiência (0,78%), Trabalho Infantil (0,71%) e Medidas Sócio-educativas (0,60%) ainda são deixadas de lado.

É interessante notar que em alguns países, porém, a diferença entre a quantidade de textos publicados sobre Educação e Violência não é tão significativa. Este é o caso da Colômbia, da Guatemala e da Nicarágua. Por sua vez, a Argentina é o único país onde a cobertura de Violência supera quantitativamente a de Educação.

Cobertura por nível de ensino

- 13,77% das reportagens sobre crianças e adolescentes abordam a questão da Educação segundo uma ótica generalista, sem distinguir os diferentes níveis de ensino.
- Quando discutem um nível específico, os jornais tendem a priorizar o ensino fundamental e o médio. Já a educação infantil foi foco em apenas 0,63% dos textos analisados – o que representa uma limitada visão do impacto que o investimento nas crianças de zero a 6 anos tem sobre o desenvolvimento da sociedade.
- O Paraguai destaca-se como sendo o país latino-americano que mais discute políticas públicas relacionadas à Educação. Este aspecto aparece em 34,17% dos textos, enquanto a média da região é de 5,05%.

No alvo da violência

O *Estudo Mundial sobre a Violência contra Crianças e Adolescentes*, apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas em outubro de 2006, aponta sete tipos de violência que devem ser combatidos de forma prioritária em todo o planeta. A Rede ANDI América Latina desenvolveu uma análise especial sobre a cobertura jornalística da Violência, utilizando como base os aspectos destacados no relatório da ONU.

- Os temas de Abuso e Exploração Sexual e de Violência nas Ruas e nas Comunidades foram os que ganharam mais destaque na cobertura sobre o fenômeno da Violência. Por outro lado, Violência Doméstica, Violência Institucional e Violência relacionada com HIV/Aids são assuntos pouco presentes.
- Quando lançamos nosso olhar sobre aspectos de cunho qualitativo, o que se observa é um quadro heterogêneo. Questões relacionadas a Abuso e Exploração Sexual e a Exploração do Trabalho Infantil – temas que juntos reúnem 49,49% do conteúdo publicado sobre Violência – revelam índices razoáveis de contextualização.
- Entretanto, o reverso da moeda também é frequente, no caso de Violência Doméstica, Institucional e nas Ruas e Comunidades. São poucas as vezes em que, ao cobrir esses temas, os jornalistas procuram entender, por exemplo, qual a amplitude dos fenômenos ou quais as políticas públicas e outras soluções aplicadas no seu enfrentamento.
- Outro ponto que merece destaque – e que diz respeito ao imaginário que as sociedades constroem em relação à violência envolvendo meninos e meninas – é o excessivo uso de termos pejorativos, que ainda prevalece em grande parte dos textos. Expressões como “menores”, “delinquentes” e “bandidos”, entre outras, marcam presença em mais de 30% do material. O país que apresentou o melhor índice nesse quesito foi o Brasil. Ainda assim, expressivos 10% das notí-

cias veiculadas pela imprensa do país sobre Violência utilizou terminologias de caráter preconceituoso.

POUCO ESPAÇO PARA A DIVERSIDADE

Embora uma das principais características da região seja a diversidade de pessoas e culturas, esse aspecto pouco foi considerado pelos jornais latino-americanos na hora de produzir textos relativos à população infanto-juvenil. Apenas 3.252 notícias trataram de questões relacionadas à Raça/Etnia, Gênero ou Deficiência.

- Dentro do pequeno universo de textos que abordaram a Diversidade, as questões que ganharam maior destaque foram as relacionadas à Deficiência (58,06%). Já a interface entre os aspectos de Raça/Etnia e a infância e adolescência é mencionada em 36,25% da mostra. Por outro lado, as questões de Gênero, apesar de sua grande relevância no contexto dos diferentes países, foram as menos citadas (5,69%).
- O Brasil é o país que registra o maior volume de notícias sobre Diversidade, tendo contribuído com 65,68% da cobertura em 2005. Entretanto, quando se observa a média de notícias por jornal, nota-se que a marca brasileira (40) está bem próxima à venezuelana (34) e à paraguaia (33).
- Um aspecto positivo da cobertura sobre Diversidade é preocupação em apontar soluções e investigar denúncias. Quase um terço das notícias sobre Deficiência, por exemplo, discutiu soluções para os problemas pautados. Já na cobertura das questões de Raça/Etnia, registrou-se um expressivo volume de textos construídos a partir de uma denúncia.

QUALIDADE DA NOTÍCIA

O diálogo e a articulação dos diversos segmentos sociais foi, sem dúvida, um importante catalisador das transformações ocorridas nos últimos anos no cenário da infância e da adolescência latino-americanas. A presença das diferentes vozes no noticiário não está distribuída de maneira homogênea e, em certa medida, corresponde ao próprio espaço que os diferentes setores vêm construindo no debate público.

- O governo é a fonte de informação com maior destaque nas matérias sobre a realidade de crianças e adolescentes, tendo sido ouvido em 33,50% dos textos analisados. Da mesma forma, a sociedade civil (22,93%) e os diferentes especialistas (15,36%) também ocupam um espaço expressivo nas páginas dos jornais. Já os organismos e agências internacionais são consultados em 2,79% das vezes.
- A Nicarágua é o país que mais dá voz a crianças e adolescentes, com 16,16% das reportagens. Na ponta oposta encontra-se a Argentina, onde meninos e meninas são ouvidos em 3,42% dos textos. ❖



Custodio Coimbra

1) A infância e a adolescência nos jornais latino-americanos

Em uma realidade sócio-econômica marcada pela desigualdade social, assegurar prioridade à proteção e à garantia dos direitos das novas gerações é um desafio e, ao mesmo tempo, uma escolha estratégica para a sociedade. Este estudo inédito da Rede ANDI América Latina traça uma radiografia aprofundada do comportamento editorial dos diários de dez países da região diante de questões centrais para a agenda do desenvolvimento humano.

Os meios de comunicação de massa desempenham papel central no contexto das sociedades contemporâneas. Ao contrário do que se poderia imaginar, porém, o reconhecimento desse fato coloca imensa responsabilidade não apenas sobre os ombros da mídia. Ao mesmo tempo, e em igual dimensão, impõe aos demais atores da cena democrática a missão de cuidar para que tal poder seja exercido, primordialmente, com vistas ao interesse coletivo.

Esse processo se torna muito mais desafiador quando analisado a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento. Em um panorama como o latino-americano, é imprescindível que as discussões em torno do direito a uma informação de qualidade progredam para além dos limites que têm sido historicamente privilegiados. Nos falta aprofundar, por exemplo, as reflexões sobre o que, na ausência de melhor rótulo, vem sendo chamado de "responsabilidade social da mídia".

Entre os tantos fatores que contribuíram para definir esse debate, ao menos três merecem especial atenção: a antiga inclinação de uma parcela significativa dos meios de comunicação latino-americanos a práticas clientelistas, as décadas de forte censura gerada pelos distintos regimes autoritários e os recentes anos de ideologia globalizadora pautados pelo neoliberalismo. Não é de se estranhar, portanto, que o cenário atual da imprensa da região termine refletindo um paradoxo: se, de um lado, muitas redações destacam-se como celeiros de profissionais brilhantes; de outro, costumam apresentar preocupantes limitações em relação tanto ao nível de prioridade dedicado à agenda social dos diferentes países quanto à qualidade da cobertura dos focos estratégicos dessa agenda.

Isso não significa, por certo, que não haja avanços. Os dados e informações apresentados na presente publicação são uma mostra de que não estamos partindo do marco zero. Eles resultam de uma ampla análise sobre o tratamento editorial que a imprensa de dez nações latino-americanas – Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai e Venezuela – oferece aos temas que afetam diretamente a realidade de crianças e adolescentes.

Trata-se de uma pesquisa inédita, construída a partir do trabalho de monitoramento diário realizado pelas agências integrantes da Rede ANDI América Latina. A atuação em rede e a alimentação sistemática e integrada de uma base de dados eletrônica possibilitaram a realização, a partir dos dados de 2005, do presente estudo comparativo.

Os resultados dessa pesquisa exclusiva, apresentados a seguir, envolveram a análise da produção de 121 jornais, que veicularam um volume superior a 237 mil textos. Os dados extraídos permitem uma leitura acurada dos principais desafios que os meios de comunicação latino-americanos enfrentam em seu esforço para qualificar a prática jornalística focada na agenda social.

AVANÇOS E LIMITES: UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA

A década de 1990 registra conquistas importantes para o movimento mundial de defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes. A aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança pela Assembléia da ONU, em 20 de novembro de 1989, foi catalisadora de um amplo processo de mobilização nas mais diversas regiões do planeta, voltado para a construção de contextos sociais mais favoráveis ao desenvolvimento integral das novas gerações.

No caso da América Latina, inúmeros avanços foram alcançados nesses 17 anos pós-Convenção. A reformulação das legislações nacionais direcionadas à infância e à adolescência – que passaram a incorporar as diretrizes do documento da ONU –, a implementação de políticas públicas mais afinadas com os princípios da proteção integral de meninos e meninas e a melhora de indicadores cruciais (como o nível de mortalidade infantil) são exemplos de importantes conquistas.

Diante desse panorama, a mídia latino-americana tem desempenhado um papel decisivo – tanto ao atuar como um agente efetivo de disseminação dos conceitos e princípios da Convenção, como ao investigar as situações de violação dos direitos de crianças e adolescentes e promover a visibilidade de políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento.

Apesar de essa ser uma tendência crescente na imprensa da região, é fato que não estamos falando de um cenário ideal. Os profissionais de comunicação não estão isentos de reforçarem estereótipos e de adotarem perspectivas conflitantes com as diretrizes de proteção dos direitos humanos – pelo contrá-

Contingente infanto-juvenil

Dados divulgados no relatório Situação Mundial da Infância 2006, do Unicef, revelam que dos 548,2 milhões de habitantes das regiões da América Latina e Caribe, cerca de 36% são crianças e adolescentes.

Concentração do capital

A desigualdade de renda é certamente um dos mais graves problemas que afetam a vida de crianças e adolescentes na América Latina. Segundo o mesmo documento, 20% das famílias mais ricas da região concentram 59% da renda, enquanto 40% das famílias pobres detêm apenas 10%.

BREVE PANORAMA DA MÍDIA NA AMÉRICA LATINA

Um dos importantes aspectos a serem considerados na discussão acerca da contribuição da imprensa latino-americana para a proteção e garantia dos direitos da infância e da adolescência diz respeito ao contexto e atual cenário dos meios de comunicação na região.

A exemplo da tendência verificada no panorama mundial, a mídia latino-americana enfrenta um forte processo de concentração e uso político de seus conteúdos – situação que confere ainda mais relevo à necessidade de ações de observação e monitoramento, tais como as desenvolvidas pela Rede ANDI América Latina.

Segundo o pesquisador brasileiro Dênis de Moraes, doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o predomínio exacerbado dos oligopólios de mídia e entretenimento na região foi estimulado tanto pelos processos de desregulamentação como pela deliberada omissão dos poderes públicos em seu papel regulador e fiscalizador.

“A concentração e a conglomeração deitam raízes na América Latina, onde a ação dos gigantes transnacionais se intensifica, de olho no potencial mercadológico de uma região com mais de 480 milhões de consumidores”, diz Moraes, no artigo “A comunicação sob domínio dos conglomerados multimídias”, publicado no site Sala de Prensa (www.saladeprensa.org).

De acordo com o pesquisador argentino Sílvio Waisbord, no estudo “Latin America media in a global era”, é possível classificar os produtores/exportadores de conteúdo audiovisual da região em três grupos principais: os de grandes produtores/exportadores, com conglomerados do Brasil (Globo), México (Televisa) e Venezuela (Cisneros); os de médios produtores/exportadores, no qual se enquadram vários grupos da Argentina, Chile, Colômbia e Peru; e o de modestos produtores, que praticamente não exportam – este é o caso de Uruguai, Paraguai e outros países.

Clientelismo político

No estudo intitulado “Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative perspective”, os pesquisadores Daniel Hallin e Stylianos Papathanassopoulos constroem uma aguda análise sobre as conexões entre o clientelismo político, os meios de comunicação e a atividade jornalística nas duas regiões.

Segundo os autores, o atual quadro no qual a mídia se insere está, obviamente, conectado a uma história tardia de transição para a democracia e de elevada intervenção estatal na economia e, especialmente, nos meios de comunicação. “Tais características reforçam e estimulam as práticas clientelistas, dado que as instituições que garantiriam o acesso da sociedade aos recursos públicos das mais distintas naturezas (justiça, saúde, educação, etc.) não são fortes o suficiente para impedir tais práticas”, dizem.

Embora o conceito de clientelismo permaneça “crucial” para a correta compreensão dos sistemas de mídia da América Latina, Hallin e Papathanassopoulos reconhecem que diferentes forças sociais nestes países têm sido responsáveis pelo enfraquecimento das práticas clientelistas até então predominantemente presentes nas diversas estruturas estatais.

Na opinião dos autores, em relação aos meios de comunicação já vêm ocorrendo substanciais modificações, inclusive devido à passagem de sistemas fortemente concentrados na radiodifusão pública (controlada pelo Estado) para sistemas comerciais – o que não elimina o clientelismo, mas modifica suas características.

Campo de atuação

Outro aspecto central, neste contexto, é o fato que a situação profissional da grande maioria dos jornalistas da região continua longe do ideal. Em consequência da crise econômica que afetou parte significativa dos meios de comunicação nos últimos anos, as redações estão cada vez menores e há uma sobrecarga de trabalho para os jornalistas. Além disso, é nítida a tendência à contratação de profissionais jovens ou recém graduados, além do baixo nível de investimento na qualificação das equipes.

Certamente, este panorama acaba afetando diretamente a qualidade da cobertura – particularmente daquela com enfoque na agenda social. Há uma evidente restrição do espaço dado às notícias de investigação, capazes de contextualizar de maneira ampla as questões focalizadas, de apresentar denúncias consistentes e de discutir soluções para os principais problemas enfrentados pelos diferentes países.

Fórum Mundial

Durante o Global Forum for Media Development (GFMD), realizado em outubro de 2005 na Jordânia, a mesa de trabalho que discutiu o contexto da mídia na América Latina e Caribe também destacou alguns dos fatores que caracterizam os grandes meios de comunicação da região.

Um desses aspectos, segundo o grupo de especialistas que integrou o debate, é a excessiva preocupação comercial dos donos de veículos de comunicação, em detrimento da responsabilidade social desses meios. Foi assinalado que, em vez de procurar dialogar com “cidadãos” – a quem cabe participar mais ativamente dos processos democráticos – tais executivos prioritariamente buscam consumidores para seus anunciantes.

O grupo destacou ainda o fato de os profissionais de imprensa da região terem obtido uma melhor formação e treinamento na prática jornalística apenas na última década. E reconhece que essas iniciativas tiveram grande impacto, especialmente nos países que se tornaram democráticos após anos de regime ditatorial.

rio. Ou seja, como espaço de mediação do debate público, a imprensa acaba por refletir também as posições mais conservadoras da sociedade, que atuam como forças de resistência à consolidação de diretrizes mais avançadas de garantia dos direitos das novas gerações.

Além disso, historicamente os meios de comunicação não privilegiavam em sua pauta as questões relacionadas à realidade de meninos e meninas – a ampliação dessa temática no noticiário é uma tendência recente. Da mesma forma, é visível que os veículos continuam a priorizar, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade, os conteúdos tradicionalmente relacionados ao jornalismo de maior perfil investigativo: as áreas de política e economia. A cobertura de questões sociais ainda não encontra o mesmo *status* na maior parte das redações – processo que reflete (e é retroalimentado) pela ausência de foco sobre esses temas no currículo das faculdades de comunicação da região.

Avanços e limites, no entanto, são fatores inerentes a processos complexos, como é o caso da promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Ao traçarmos essa ampla análise sobre o comportamento editorial da imprensa latino-americana, o objetivo é exatamente compreender as nuances da cobertura, oferecendo tanto a jornalistas quanto a atores sociais uma radiografia que ajude a revelar as lacunas que ainda precisam ser superadas pelos comunicadores, assim como os reflexos, nas páginas dos jornais, das eventuais dificuldades de diálogo ainda existentes entre a imprensa e os atores sociais ligados à infância e à adolescência.

Compreendendo as tendências

Entre janeiro e dezembro de 2005, as dez agências da Rede ANDI América Latina que integram o presente estudo analisaram 237.273 textos que abordavam, direta ou indiretamente, assuntos relacionados ao universo de crianças e adolescentes.

Apesar de tal dado não ser um indicativo da qualidade do trabalho jornalístico, não se pode negar que ele aponta diretamente para a existência, nas páginas dos jornais latino-americanos de hoje, de um espaço significativo para o universo da Infância e Adolescência. Apesar de ainda não contarmos com uma série histórica para cada um dos países aqui analisados, certamente a tendência é de que a quantidade de matérias publicadas atualmente pelos diários seja bastante superior àquela registrada no início da década de 1990.

A título de exemplo, podemos citar o caso do Brasil, onde a ANDI realiza desde 1996 o monitoramento dos principais jornais. Naquele ano, a análise de mídia realizada pela Agência a partir da cobertura de 45 jornais registrou a publicação de 10.540 textos sobre crianças e adolescentes. Em 2005, esse volume já havia alcançado 99.684 matérias.

Diferenças regionais

Mesmo que seja possível identificar pontos em comum entre os diversos países, não resta dúvida de que cada um deles possui particularidades que interferem nos resultados obtidos no monitoramento da imprensa. Um primeiro fator de diferenciação seria o próprio aspecto geográfico – uma nação de dimensões continentais, como o Brasil, certamente terá um maior número de diários do que outro territorialmente menor, a exemplo da Guatemala. Com isso, o volume total de textos sobre Infância e Adolescência monitorados no âmbito dos jornais brasileiros será inevitavelmente maior, conforme atesta a tabela na página 12.

Outros fatores também precisam ser considerados nesta análise. Um deles está relacionado às distintas realidades dos países – seja do ponto de vista sócio-econômico, político e cultural, seja em relação ao estágio de desenvolvimento



Rótulos das informações
“Os jornais fazem uma divisão

arbitrária do mundo, para organizar a informação. Política, Economia, Cidades... Criam rótulos para os fatos. Isso dificulta uma abordagem mais ampla e contextualizada. É importante os jornalistas saberem que essas fronteiras são artificiais. Embora alguns temas sejam áridos e difíceis de contextualizar, acho que os repórteres com mais bagagem e mais espaço têm a obrigação de fazê-lo. Inclusive para abrir precedentes para os iniciantes.”

Miriam Leitão

Colunista de Economia do jornal O Globo e comentarista da Rede Globo de Televisão (Brasil)



Marizilda Cruppe

da própria mídia. Não resta dúvida de que tais aspectos podem influenciar, por exemplo, a quantidade e a qualidade dos veículos existentes, assim como o nível de liberdade e independência dos mesmos.

Há ainda um elemento importante que precisa ser levado em conta ao contextualizarmos os resultados apurados pelo presente estudo. Mesmo se considerarmos que após a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU houve uma ampliação geral do debate sobre as condições de vida das novas gerações nos países latino-americanos, é fato que essa é uma agenda complexa, que se encontra em níveis diferentes em cada nação.

Nesse sentido, apesar da tabela abaixo revelar o desempenho global da imprensa dos países representados nesta pesquisa, ao ler esses números é importante contemplar os diferentes contextos em que a cobertura é realizada. Uma análise interessante a ser feita, por exemplo, diz respeito à média de notícias publicadas por veículo – calculada a partir da proporção entre o volume de textos produzidos e o número de periódicos pesquisados por cada agência da Rede ANDI América Latina.

Ao fazermos essa contabilização, o que se nota é uma alteração no *ranking* dos países cuja imprensa tem dado maior atenção à infância e à adolescência: os diários venezuelanos nesse caso seriam, proporcionalmente, os mais destacados, seguidos pelos veículos do Paraguai, Costa Rica, Argentina, Brasil, Equador, Bolívia, Guatemala e Nicarágua. No total, os jornais latino-americanos produziram em 2005 uma média diária de 5,4 matérias abordando questões relacionadas a crianças e adolescentes.

No caso do Brasil, no entanto, é preciso fazer uma ressalva. Em função do tempo de atuação da ANDI no monitoramento da imprensa – e da expansão regional desse trabalho, principalmente, a partir da Rede ANDI Brasil –, assim como da dimensão geográfica do país, o número de diários monitorados é expressivamente maior que o dos demais países. Se considerarmos apenas o total de notícias publicadas pelos 20 principais jornais brasileiros pesquisados – o que corresponde a um volume de 60.792 textos – veremos que a média mensal de conteúdos relacionados a Infância e Adolescência sobe quase 40%, chegando a 3.040.

A COBERTURA SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

(Total de notícias por país sobre Infância e Adolescência em 2005)*

País	Número total de notícias sobre Infância e Adolescência analisadas	Total de veículos que integram a análise	Média de notícias publicadas por veículo
Argentina	28.615	12	2.385
Bolívia	9.036	9	1.004
Brasil	116.556*	54	2.158*
Colômbia	9.572	9	1.064
Costa Rica	10.232	4	2.558
Equador	13.636	10	1.364
Guatemala	6.192	7	885
Paraguai	16.548	5	3.310
Nicarágua	4.491	5	898
Venezuela	22.395	6	3.733
América Latina	237.273	121	1.961

* Estimativas calculadas com base em uma amostra de 9.713 notícias sobre Infância e Adolescência, obtidas a partir do método do Mês Composto (veja ao lado o quadro "Entenda a Metodologia da Pesquisa")



Os percentuais apresentados nas linhas e/ou colunas finais das diversas tabelas – consolidação dos resultados para a América Latina – constituem a média do desempenho da cobertura dos dez países analisados. A composição da média latino-americana foi constituída tendo como base a atribuição do mesmo peso a cada um dos países da região.

ENTENDA A METODOLOGIA DA PESQUISA

A ANDI monitora o comportamento editorial da mídia impressa brasileira desde 1996, tendo desenvolvido para isso uma metodologia própria, aprimorada ano a ano. Desde 2003, a Rede ANDI América Latina vem operando um acompanhamento similar, focalizado nos principais periódicos dos países onde atuam as suas agências. Confira a seguir como é construída a pesquisa.

Análise de conteúdo

A Rede ANDI América Latina utiliza o método de análise de conteúdo para avaliar distintos aspectos da cobertura jornalística. Essa metodologia busca quantificar as características de determinados conteúdos de forma objetiva e sistemática – no caso desta pesquisa, os textos jornalísticos. Ou seja, em seu dia-a-dia, as agências que integram a Rede traçam a radiografia de cada notícia publicada sobre Infância e Adolescência, a partir dos elementos visivelmente presentes na sua construção. Esse tipo de análise não se preocupa em identificar a intenção de quem envia a mensagem, a forma como cada pessoa recebe essa mensagem, ou ainda o que essa mensagem possa significar (tais questões exigem outros métodos de pesquisa para a sua compreensão). Por meio desse instrumento, isto sim, é possível traduzir os diferentes elementos presentes no texto em dados numéricos viabilizando que sejam medidos e comparados.

Clipping

Para avaliar a cobertura da mídia latino-americana sobre Infância e Adolescência, a Rede ANDI América Latina monitorou as edições de 121 jornais de dez países latino-americanos, durante o ano de 2005. Em nove dos dez países aqui retratados – Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Paraguai, Nicarágua e Venezuela –, as publicações selecionadas são diariamente submetidas a um processo de leitura, selecionando-se o total de textos publicados sobre tais temáticas.

No Brasil, devido não só ao maior número de jornais monitorados (54 dos 121 periódicos que fazem parte do levantamento), mas especialmente ao grande volume de notícias coletadas, é extraída uma amostra que represente com fidelidade as tendências cotidianas da cobertura. Para isso, tem sido empregada uma técnica de Mês Composto, amplamente utilizada em análises desse tipo, que consiste no sorteio de 31 dias ao longo do ano, considerando um universo representativo de cada um dos meses e dos dias da semana. É importante frisar que esse método elimina parte das sazonalidades diárias que podem afetar a cobertura.

A partir de uma amostra de 9.713 notícias selecionadas, estima-se que foram publicados no Brasil 116.556 textos sobre Infância e Adolescência, em 2005. Esse processo de monitoramento tem sido realizado com a participação não

só da ANDI, como também das outras dez agências que integram a Rede ANDI Brasil (veja mais informações sobre a Rede na página 69).

Critérios de seleção de textos

As notícias selecionadas precisam ter um mínimo de 500 caracteres, dos quais pelo menos 200 devem tratar diretamente de questões relacionadas a crianças e adolescentes. Todas as notícias sobre o universo infanto-juvenil são coletadas, com exceção daquelas veiculadas nos suplementos de jornais dirigidos especialmente a esses públicos. Também não são selecionadas sinopses de eventos culturais, anúncios publicitários e notas.

Classificação

As agências que integram a rede utilizam os mesmos conceitos e critérios de classificação de notícias para possibilitar comparações fidedignas entre a produção jornalística dos dez países avaliados. Além do acompanhamento quantitativo (número de notícias publicadas), a pesquisa adota outros parâmetros para classificar os textos, que permitem uma avaliação da qualidade das notícias.

- **Temas**

O processo de classificação atribui a cada texto um “Tema Principal”, além de um ou vários “Temas Secundários”, a partir de uma lista de 39 assuntos pré-definidos. Tal procedimento permite conhecer quais são as questões mais tratadas pela imprensa em um período determinado e compará-las com os principais tópicos que afetam a realidade de crianças e adolescentes em cada país. A definição dos temas é baseada nas diretrizes estabelecidas pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (1989) e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000).

- **Formato jornalístico**

Os textos são classificados segundo quatro categorias: Reportagem, Artigo, Editorial ou Entrevista. A identificação do formato permite perceber quais espaços dos jornais têm sido dedicados ao debate sobre os temas da Infância e Adolescência.

- **Menção a políticas públicas, legislações ou estatísticas**

As notícias que apontam a existência de estatísticas, políticas públicas, legislação geral do país ou legislação específica voltada para crianças e adolescentes são avaliadas mais positivamente, pois colaboram para in-

ENTENDA A METODOLOGIA DA PESQUISA

formar a opinião pública sobre o contexto no qual se encontram as violações e os esforços para garantir os direitos dessa população. Estes itens são também registrados quando uma notícia aponta a ausência de políticas públicas e leis ou ainda quando da indisponibilidade de dados que permitam aferir sobre o progresso e o atual estado de garantia dos direitos infanto-juvenis.

- **Ótica Investigativa (Busca de Solução ou Denúncia)**

Este dado tem como propósito identificar matérias que apresentam um bom grau de contextualização e riqueza de detalhes, indicando um esforço em oferecer ao leitor propostas para promover os direitos da infância ou denunciar violações contra os mesmos. Nesse sentido, para categorizar uma notícia como “Denúncia” é observada a existência de uma descrição contextualizada da violação dos direitos, apresentando causas ou conseqüências. Já para categorizar uma notícia como “Busca de Solução”, verifica-se a presença de uma descrição também contextualizada de alternativas ou caminhos para solucionar violações e proteger esses direitos.

- **Fontes de informação ouvidas pelo jornalista**

A qualidade da cobertura jornalística está intrinsecamente relacionada à variedade de fontes ouvidas. Assim, no monitoramento realizado pela Rede, quanto maior o número e a pluralidade de vozes ouvidas, maior é considerada a qualidade da notícia. Esse item da classificação busca averiguar aspectos tais como o nível de participação da sociedade no discurso construído pela mídia ou que setores costumam ser mais ouvidos.

Considerando que uma das diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança é a participação social de meninos e meninas, a metodologia procura identificar também se, entre as fontes registradas em cada notícia, estão incluídas as declarações dadas por crianças e adolescentes aos jornalistas. A identificação desse elemento nas matérias é um importante indicador do quanto os meios têm dado espaço para que a população infanto-juvenil expresse sua opinião sobre as questões que a afetam.

- **Faixa etária e sexo das crianças e/ou adolescentes abordados**

Item utilizado para identificar a que grupo etário ou gênero se relaciona o texto em análise. Para a

Rede ANDI América Latina, assim como para a Rede ANDI Brasil, as divisões etárias estão assim estabelecidas: zero a 6 anos: crianças; 7 a 11 anos: crianças e pré-adolescentes; 12 a 18 anos incompletos: adolescentes; 18 anos completos a 29 anos: jovens. Já a marcação do sexo mencionado tem por objetivo encontrar vieses de gênero na construção do texto jornalístico, mesmo que diferenças de gênero não sejam uma questão considerada pela notícia.

- **Presença de termos pejorativos para se referir a crianças e adolescentes**

O estudo busca identificar se o texto analisado emite preconceitos e pré-julgamentos – por meio de expressões pejorativas – contra crianças e adolescentes. Entre os termos assinalados estão as substantivações “aidético”, “bandido”, “menor”, “pivete”, “drogado”, etc.

Base de dados

Depois de selecionada, cada uma das reportagens é indexada em uma base de dados *online* desenvolvida exclusivamente para o processo de monitoramento realizado pela ANDI. Esse banco é associado a um programa em linguagem *freeware*, cuja interface apresenta um questionário em formato amigável, bem como itens para controle do volume de trabalho de cada usuário e para extração e tabulação de dados. A base pode ser acessada simultaneamente pelos pesquisadores da ANDI e pelas equipes das demais agências associadas (tanto da Rede ANDI Brasil quanto da Rede ANDI América Latina). Para cada notícia selecionada e armazenada na base de dados, é preenchido um formulário *online* de classificação, composto pelos diversos itens avaliativos anteriormente explicitados.

Tabulação dos dados

As informações geradas a partir do procedimento de classificação permitem operar vários tipos de cruzamentos de informações estatísticas. Esses dados são extraídos e tabulados por intermédio do próprio programa, possibilitando conhecer detalhadamente características diversas do comportamento da imprensa quando o foco da pauta é a criança e o adolescente.

Análise dos dados

A partir dos dados gerados pela tabulação, assegura-se a construção de uma ampla radiografia sobre o tratamento editorial dispensado pelos jornais pesquisados aos temas da Infância e Adolescência. Com base nas tabelas produzidas, as equipes de análise de mídia das agências da Rede têm condições de produzir as leituras que irão subsidiar a produção de relatórios periódicos, em cada país.

A AGENDA DOS MEIOS

O predomínio de alguns assuntos no noticiário revela que a ampliação da abrangência das pautas e a contextualização das informações estão entre os principais desafios da imprensa latino-americana diante da agenda da infância e da adolescência.

Várias são as questões que afetam o cotidiano dos quase 200 milhões de crianças e adolescentes que, segundo dados do Unicef, vivem hoje na América Latina. Acesso e qualidade da educação, crescimento dos índices de violência e o grave quadro de pobreza e fome ainda existente são apenas alguns dos problemas a atingir, de forma diferenciada nos diversos países, a meninos e meninas.

Bem ou mal, tais assuntos vêm encontrando repercussão na agenda dos meios de comunicação. No caso de algumas dessas temáticas, como veremos no presente estudo, a imprensa tem avançado significativamente na ampliação não só da quantidade de matérias publicadas como também da qualidade do trabalho jornalístico. Por outro lado, é fato também que determinadas questões ainda permanecem invisíveis na cobertura dos jornais e, conseqüentemente, no debate público.

Historicamente, Educação e Violência são as temáticas que polarizam a atenção da mídia quando a infância e a adolescência estão no centro da pauta. No caso do Brasil, esse perfil da cobertura é claramente observável ao compararmos a evolução, desde 1996, dos assuntos mais presentes no noticiário. Nos demais países latino-americanos, essa mesma tendência também tem sido identificada desde 2004, ano em que as agências da Rede ANDI iniciaram o processo de monitoramento.

Em 2005, a Educação foi o tema mais presente: na média obtida para os dez países representados nesta pesquisa, foi o foco principal de 22,45% das notícias analisadas. Já Violência aparece em segundo lugar, em um patamar razoavelmente inferior ao de Educação: esteve em pauta em 13,72% dos casos, isto é, em praticamente metade do espaço destinado para o debate sobre as questões educacionais. Em seguida, surgem em destaque as temáticas relacionadas à Saúde e ao Esporte & Lazer que, somados aos conteúdos sobre Violência e Educação, concentram 56,24% da cobertura sobre Infância e Adolescência na América Latina.

Tais questões, é importante reconhecer, tiveram visibilidade proporcional ao papel central que desempenham no contexto da agenda das novas gerações – seja por representarem oportunidades concretas de inclusão social e resgate de cidadania, seja por refletirem, no caso da Violência, um gravíssimo cenário de violação dos direitos desses segmentos etários.

Questões específicas

Mesmo havendo convergências entre os resultados de cada país em relação aos assuntos mais presentes no noticiário, o perfil da cobertura está longe de



Angeles Torrejón Becerril

Alfabetização: indicadores positivos

Apesar das dificuldades em consolidar melhores indicadores sociais, a América Latina e o Caribe vêm registrando bons índices no que diz respeito ao combate ao analfabetismo. De acordo com as estatísticas do relatório Situação Mundial da Infância 2006, cerca de 90% dos cidadãos e cidadãs da região que têm mais de 15 anos sabem ler e escrever.



Manuel Ángel Esquivel

“**Temas de interesse** “Estruturalmente, a mídia na Venezuela define-se e trabalha por um jornalismo piramidal em relação a fontes, relevância e interesse. Entre a mídia impressa, os jornais mais antigos privilegiam os segmentos ‘duros’ (política, economia, internacional, opinião e grandes acontecimentos) em relação aos temas ‘leves’ (questões sociais, qualidade de vida, direitos humanos, cultura e cidadania). Já os jornais mais novos procuram ocupar os nichos setoriais (como finanças, por exemplo), regionais ou de interesses específicos do segmento ‘duro’.”

Humberto Márquez

Diretor do Inter Press Service e presidente da Associação de Imprensa Internacional da Venezuela.

apresentar um caráter homogêneo. No caso da Educação, por exemplo, apesar de ser a questão mais pautada pelos jornalistas, em alguns países a distância entre a atenção dedicada a essa temática e as demais investigadas pela pesquisa não são tão significativas.

Esse é o caso da Guatemala e da Nicarágua, que apresentam índices próximos entre os temas Educação e Violência – isso ocorre justamente em nações que, juntamente com a Bolívia, apresentam, segundo estatísticas do Unicef veiculadas no relatório *Situação Mundial da Infância 2006*, os piores índices de frequência à escola primária, comparativamente aos demais países que figuram no presente estudo.

Os dados sobre a cobertura da Colômbia também comprovam um menor destaque do tema Educação frente aos demais. Já a Argentina é o único país em que a Violência foi mais pautada pelos jornais, deixando Educação em segundo, mesmo que suas estatísticas nessa área não sejam as piores, se comparadas a de outras nações latino-americanas.

Diferentemente dessa tendência observada na mídia argentina, a cobertura dos jornais equatorianos, costarriquenhos, venezuelanos, bolivianos e brasileiros acabam puxando para cima o desempenho médio dos países latino-americanos em relação à pauta da Educação. No Equador, o tema concentra, sozinho, 33,18% das notícias, contra 7,14% para Violência.

Tradicionalmente, a ANDI e as agências da Rede ANDI América Latina consideram como um dado positivo a menor proporção de notícias sobre Violência e o crescimento da cobertura sobre Educação. Por um lado, pela óbvia relevância que as questões educacionais representam para a agenda da infância e da adolescência e para o processo de desenvolvimento como um todo. Por outro, pelo fato de que o tratamento editorial dispensado à Violência registra, de maneira geral, um perfil mais factual, centrado na narrativa descontextualizada dos casos e, via de regra, com uma menor presença de elementos jornalísticos indicativos de qualidade – entre outros exemplos, é possível mencionar a escassez

de estatísticas, a ausência de debate sobre políticas públicas e o baixo índice de pluralidade de fontes de informação (veja capítulos específicos sobre a cobertura de Educação e Violência nas páginas 34 e 43, respectivamente).

OUTRAS AGENDAS

Em alguns países, outras temáticas além de Educação e Violência também têm recebido um destaque significativo nas páginas dos jornais. Na Nicarágua, por exemplo, Saúde é o segundo tema mais presente na cobertura – 14,07% das notícias analisadas trataram do assunto.

De maneira geral, vale assinalar, as questões sobre Saúde – como vacinação, nutrição, saúde materna e doenças infecciosas – têm uma repercussão expressiva na imprensa latino-americana. Do total de textos publicados pelos jornais representados nesta pesquisa, 10,68% abordaram algum aspecto relacionado ao tema.

Por outro lado, a promoção de um debate qualificado em torno das questões relacionadas à saúde e à qualidade de vida de crianças e adolescentes representa um grande desafio para a imprensa. O monitoramento realizado pela Rede ANDI América Latina demonstra que, ao tratarem de tal universo, os jornalistas enfocam preferencialmente as doenças. Ainda é reduzido o número de matérias que abordam o tema como um direito que vai além da noção de ausência de enfermidades.

Vale destacar ainda que mesmo quando se concentra na perspectiva da doença, o material traz inconsistências. Doenças epidêmicas e doenças da pobreza com incidência ainda frequentes apareceram em menos de 1% das notícias publicadas pelos veículos representados na pesquisa.

Outras questões centrais nesse debate – como a prevenção ao HIV/Aids – também aparecem de forma lateral na pauta dos jornais. Segundo os dados do relatório *Situação Mundial da Infância 2006*, do Unicef, a América Latina e o Caribe tinham, em 2003, cerca de 48 mil crianças de zero a 14 anos vivendo com HIV. Quando incluímos nessa conta todos os indivíduos de zero a 49 anos, o número sobe para 2 milhões de pessoas.

Diante de um quadro como esse, a atuação dos jornalistas pode contribuir diretamente para fomentar a discussão em torno do assunto e também para fortalecer o processo de controle social sobre as políticas públicas de enfrentamento ao problema. Os dados do estudo conduzido pela Rede ANDI América Latina mostram, no entanto, que há pouca visibilidade nos periódicos para a realidade do HIV/Aids – em 2005, dos mais de 237 mil textos identificados, apenas 0,39% abordavam o assunto (veja outras questões referentes à cobertura sobre HIV/Aids no capítulo sobre Violência, na página 49).

Combate à Mortalidade Infantil

Tema que também ganha pouca repercussão nos textos jornalísticos, a Mortalidade Infantil ainda não é um problema equacionado no continente latino-americano. Não resta dúvida, porém, que de maneira geral os indicadores na região melhoraram significativamente nos últimos anos. O relatório *Situação Mundial da Infância 2006* revela que a taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos na América Latina e Caribe, em 2004, era de 31 para 1000 nascidos vivos. Em 1990, estava em 54 por 1000. Apenas para efeito de comparação, vale destacar que nos países industrializados, também em 2004, o índice era de 10 por 1000.

O fato de ter havido uma redução dos indicadores de mortalidade infantil, portanto, não significa que a batalha está ganha. Esse é um problema complexo e multicausal. O debate em torno de seu enfrentamento envolve



Saúde como direito
“O enfoque que a imprensa da Nicarágua dá à

Saúde parte geralmente de uma perspectiva institucional e não de um enfoque onde os diversos atores e setores desempenham um papel relevante. A abordagem da mídia, além de apresentar conteúdos de campanhas ou situações de emergência pública, acaba contribuindo apenas para gerar no imaginário das pessoas mais pobres uma cultura de mendicância, na qual os ‘necessitados’ se expõem frente aos meios e a opinião pública assume uma postura de caridade, exigindo que se resolvam os problemas na área de saúde. De maneira geral, as matérias não identificam as pessoas como atores relevantes, que também contribuem para a sua própria saúde e de suas famílias.”

Luisa Molina Argüello
Integrante do Conselho de Coordenação da CODENI – Federação Nicaragüense Coordenadora de ONGs que trabalham com infância e adolescência

Água e saneamento

Na América Latina e Caribe, conforme as estatísticas do relatório *Situação Mundial da Infância 2006*, 89% da população tem acesso a fontes de água limpa e 75% a instalações sanitárias adequadas.

Sujeitos de direito
“Sempre é importante que os temas relacionados

à infância e à adolescência sejam abordados pela imprensa. No Paraguai, avançou-se muito no que se refere ao tratamento da problemática das crianças e adolescentes abandonados, em situação de rua ou institucionalizados. Ainda há, no entanto, meios de comunicação que continuam dando maior enfoque nas notícias policiais ou que tratam os assuntos de maneira pontual, sem aprofundar a sua abordagem e sem considerar, acima de tudo, crianças e adolescentes como sujeitos de direito.”

Sofia Shirahama

Diretora de comunicações da Secretaria Nacional da Infância e da Adolescência (Paraguai)

questões como saúde materna, saneamento básico e desigualdade social, entre outros fatores. Em alguns países latino-americanos, mesmo com a redução das taxas nos últimos anos, os índices mantêm-se em níveis muito elevados. Na Bolívia, por exemplo, apesar de uma queda de 45% na taxa de mortalidade de menores de 5 anos, entre 1990 e 2004, o indicador passou de 125 por 1000 para 69 por 1000.

Quando lançamos um olhar sobre os dados apurados pelo monitoramento da Rede ANDI América Latina, o que se nota é a quase ausência desse tema no noticiário. Em 2005, os diários latinos dedicaram apenas 0,32% de sua cobertura à discussão desse grave problema. Na Bolívia – país que apresenta os piores indicadores nessa área –, apesar do volume de textos ter sido um pouco melhor do que a média da região, a atenção ao tema foi também ínfima (0,52%). Os países cujas imprensas menos focaram o problema, no entanto, foram Equador e Colômbia – em ambos os casos, apenas 0,15% dos textos publicados tratavam do assunto.

Promoção de direitos

Uma abordagem muito freqüente sobre crianças e adolescentes na produção jornalística dos diários latino-americanos está relacionada ao tema Direitos e Justiça. Neste item, as agências da Rede ANDI analisam os textos que tratam do sistema de garantia dos direitos da infância e da adolescência, como legislação, registro civil e programas governamentais de adoção, além das notícias relacionadas à pobreza e desigualdade.

No Brasil, esse tema foi o segundo mais presente na cobertura, tendo sido abordado em 13,56% das matérias. Nos demais países, entretanto, a presença dessas questões seguiu a média na América Latina, 6,38%. De maneira geral, as temáticas mais discutidas pelos diários nesse contexto foram as que tinham relação com o marco jurídico e institucional da infância e da adolescência – como, por exemplo, os debates em torno da idade mínima de responsabilização penal de adolescentes – e com aspectos vinculados à convivência familiar e ao direito de família.

Um dos pontos a destacar em relação a esses temas foi a forte repercussão em algumas das nações representadas na pesquisa, como Argentina e Colômbia, do debate sobre a formulação e aprovação das legislações específicas da área da infância e da adolescência. Em 2005, diversos atores sociais desses países estiveram mobilizados para assegurar que as diretrizes previstas na Convenção da ONU sejam regulamentadas em nível nacional.

Fatores transversais

Um ponto crítico analisado na discussão sobre Direitos e Justiça foi a pouca presença de questões referentes à Raça/Etnia e Gênero na agenda dos meios de comunicação latino-americanos. Apenas 0,27% dos textos sobre o universo de crianças e adolescentes fizeram menção a aspectos de Raça/Etnia. Já a abordagem de Gênero esteve praticamente ausente do noticiário, aparecendo em 0,07% do material pesquisado.

Os dados são preocupantes, quando levamos em conta que a violação dos direitos das crianças e adolescentes está, em grande medida, condicionada a tais fatores. No caso da América Latina, uma das pautas centrais relativa a esses temas para a maioria dos países é a questão indígena. Em nações como a Bolívia e a Guatemala as comunidades indígenas chegam a representar a maioria da população.

Segundo afirma o relatório *Situação Mundial da Infância 2006*, crianças indígenas podem sofrer discriminação cultural e marginalização econômica

e política. Além disso, frequentemente têm menor probabilidade de ser registradas ao nascer e algumas delas estão propensas a ter saúde fraca e também acabam ficando mais expostas a abusos, violência e exploração. Em tal situação, o trabalho investigativo da imprensa pode contribuir efetivamente para que se produza mais conhecimento sobre essa difícil realidade. “Há poucas informações sobre em que medida crianças e adolescentes indígenas são privadas de seus direitos à sobrevivência, e serviços de saúde e educação, em relação à média nacional. Estudos de casos em países específicos sugerem que as taxas de mortalidade de bebês e crianças são mais altas em grupos indígenas do que na população nacional”, informa o Unicef.

Pobreza e exclusão social

De maneira geral, a imprensa latino-americana presta pouquíssima atenção nos impactos gerados pela pobreza e pela exclusão social sobre a realidade de meninos e meninas. Do total de textos pesquisados pelas agências da Rede ANDI, somente 1,59% resultam de pautas sobre o assunto. O país que registrou maior produção de textos sobre essa temática foi o Brasil (6,89%). Já a mídia venezuelana promoveu uma cobertura inexpressiva sobre a realidade da população mais afetada pela desigualdade social – apenas 0,5% das notícias publicadas em 2005 enfocaram o tema.

Essa lacuna no trabalho jornalístico vai na contramão da radiografia apresentada pelo *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Segundo os dados do documento, a América Latina está entre as regiões que registram os piores níveis de inequidade do planeta. O Índice de Gini – indicador que aponta o nível de desigualdade de renda dos países – na América Latina é de 57,1, ficando atrás apenas da África Subsaariana, com 72,2 (de acordo com a metodologia utilizada pelo Índice de Gini, o valor zero representa uma situação de equidade total na distribuição de renda, enquanto o valor 100 indica uma desigualdade elevada).

Em seu relatório *Situação Mundial da Infância 2006*, o Unicef defende uma atuação mais abrangente dos diversos países com o fim de alcançar o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que enfoca a redução da pobreza extrema em 50% até 2015. “Mesmo que o objetivo de eliminar a pobreza extrema enfrentada por milhões de pessoas seja alcançado, a privação relativa – a desigualdade e a exclusão enfrentadas por crianças e suas famílias – continuará a existir, a não ser que se busquem medidas específicas para estimular a igualdade e a mobilidade social, incluindo a alocação de recursos para educação, cuidados de saúde e outras intervenções para garantir que sejam atendidos os direitos de todas as crianças”, afirma o documento.



Evelson A. Freitas

Miséria extrema

Dados do Banco Mundial (Indicadores de Desenvolvimento 2005) apontam que 10% da população da América Latina e Caribe vive com menos de US\$ 1 por dia. Já a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), afirma que há 222 milhões de pessoas pobres na região, das quais 96 milhões são indigentes.



Alexandre Cassiano de Souza

PAUTAS OCULTAS

Desde a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, há 17 anos, temas até então pouco debatidos passaram a ganhar maior destaque na agenda pública. Este é o caso de Trabalho Infantil, Deficiência e Migração, por exemplo, que conquistaram maior visibilidade inclusive com a contribuição dos veículos de comunicação.

Os resultados revelados pela pesquisa da Rede ANDI América Latina permitem avaliar os avanços destas questões na mídia latino-americana – e também explicitam claramente as dificuldades para expandir e qualificar tal cobertura. Apesar de não podermos falar em uma agenda única para os diferentes países, é possível apontar aspectos em comum que, via de regra, não têm ganhado destaque no debate público.

Tal cenário não deve, no entanto, ser atribuído exclusivamente à pouca atenção destinada pela imprensa a esses assuntos. Fatores como o baixo nível de mobilização da sociedade em torno dessas pautas e a fragilidade das iniciativas governamentais voltadas para a sua resolução contribuem diretamente para que elas não recebam a repercussão necessária.

Reflexos na cobertura

Na avaliação do comportamento editorial dos jornais monitorados pela Rede ANDI em 2005, percebe-se que há um conjunto comum de temáticas que individualmente não consegue atingir, em média, percentuais superiores a 1% – isto em todos os dez países representados nesta pesquisa.

Destacaremos aqui a situação da cobertura de alguma destas temáticas, como exemplo dos desafios que se colocam para a plena garantia dos direitos de crianças e adolescentes da região. Isto não significa, entretanto, que consideramos de interesse secundário as demais questões incluídas no grupo das “menos abordadas”.

No caso do tema Migração e Deslocamento, por exemplo, a quantidade de textos analisados corresponde somente 0,31% da produção jornalística latino-americana sobre crianças e adolescentes. Como o problema está absolutamente fora dos jornais, alguns especialistas afirmam que esse pequeno grupo de notícias publicadas em 2005 já aponta uma contribuição importante para que a discussão adquira visibilidade no âmbito da sociedade. Por outro lado, continua em evidência a necessidade tanto de ampliação quanto de qualificação da atuação jornalística no assunto (*veja entrevista no quadro da página seguinte*).

O mesmo acontece com a questão da Deficiência, pauta de importância crucial, principalmente se considerarmos que essa é uma condição que atinge atualmente cerca de 150 milhões de crianças em todo o mundo, segundo o relatório *Situação Mundial da Infância 2006*. Em vários dos países que integram a Rede ANDI América Latina, a imprensa é considerada um aliado de grande relevância na luta pela promoção dos direitos desses grupos populacionais. Entretanto, isso ocorre a partir de uma quantidade limitada de textos – vários deles com problemas relacionados a aspectos de contextualização (*o tema Deficiência é discutido com mais detalhes no capítulo “Diversidade em Segundo Plano”, página 56*).

Não é tão diferente a situação da cobertura dedicada ao tema Exploração do Trabalho Infantil. Nos últimos anos, o assunto tem ganhado força na agenda pública latino-americana – principalmente a partir da atuação de organizações da sociedade civil e de organismos internacionais. Apesar de ser possível encontrar no noticiário casos exemplares de textos sobre o tema, uma análise mais global demonstra que o assunto não foi incluído com a adequada frequência na agenda da imprensa da maioria dos países (*veja mais dados sobre a abordagem jornalística dos temas associados ao Trabalho Infantil no capítulo sobre Violência, página 43*).

CRIANÇAS MIGRANTES

A migração e o deslocamento de grupos populacionais é um problema enfrentado por diversos países latino-americanos – algumas vezes em função de situações de conflito armado, mas quase sempre devido à pobreza, que leva as populações rurais a buscar os centros urbanos. O debate sobre essa questão ainda encontra pouca repercussão nas páginas dos jornais. Nesta entrevista, a coordenadora da Rede Nicaragüense da Sociedade Civil para as Migrações, Martha Cranchow, analisa aspectos da cobertura.

Qual a atenção dedicada pelos meios nicaragüenses ao tema da Migração e Deslocamento?

Até alguns anos atrás ele era invisível. Agora deu um salto e tornou-se um dos assuntos mais importantes trabalhados pelos meios de comunicação, sendo muitas vezes focalizado com maior profundidade do que outros, a partir de um jornalismo mais investigativo.

Quais conseqüências sobre a infância e a adolescência, resultantes de experiências de Migração e Deslocamento, são mais abordadas pelos meios escritos?

Majoritariamente são as situações de maus-tratos, violência, assassinato e comércio de pessoas. A cobertura tem se concentrado em alguns fatos significativos; entretanto, não há uma abordagem específica do tema, que apesar de ser um fenômeno massivo e significativo, acaba praticamente invisível – detectado somente por meio das vozes de crianças e adolescentes.

Quais aspectos positivos e negativos a destacar no trabalho da imprensa em relação a este tema?

Algumas coberturas têm sido educativas ao mostrar os riscos para a população infantil e adolescente. Quando abordam temas que se referem ao comércio e ao tráfico de pessoas, denunciam a operação dos traficantes, evidenciam o recrutamento por meio dos correios eletrônicos e evitam a identificação de adolescentes enganadas. Contudo, geralmente as notícias são tratadas com sensacionalismo e o jornalista não faz um fecho exemplificando quais fatores de risco incidem sobre as adolescentes. Faz falta um viés educativo. Além disso, é importante saber que as pessoas saem de suas localidades porque não possuem um trabalho digno. Mas a mídia fica apenas na etapa da narração e não chega a apontar as causas desses acontecimentos.

Qual deveria ser o papel das fontes de informação sobre o tema para que os meios realizassem uma melhor cobertura?

Cabe às organizações oferecer uma informação escrita, pois assim a margem de erro é menor. Também é importante oferecer aos meios uma informação revisada e produzida com um enfoque de direito, de gênero e humanitário. Quanto ao poder público, além de garantir uma informação verdadeira, é fundamental que tenha o fato suficientemente confirmado e, principalmente, resguarde e proteja a criança para que ela não seja vítima de sensacionalismo.

Migração e Violência

De acordo com o Censo realizado na Colômbia em 1993, 25,9% dos colombianos com mais de 10 anos não residiam nas suas províncias de origem e 6,5% haviam migrado pelo menos uma vez nos últimos cinco anos. Investigação realizada pela Organização Internacional para Migração (OIM) mostra que 2.308 lares (91% do universo entrevistado) tinha migrado uma ou mais vezes entre 1990 e 2001 – entre estados, entre municípios ou de áreas rurais para urbanas. Entre este grupo de migrantes, um total de 1.846 lares (73%) indicaram que haviam realizado pelo menos um deslocamento motivado pela violência ou fumigações, além de citarem perseguição ou ameaças como uma razão para deixar a área rural e reassentar-se em uma área urbana.

RANKING DOS TEMAS AVALIADOS PELA REDE ANDI AMÉRICA LATINA

(% por país sobre o total de notícias sobre Infância e Adolescência em 2005)

Temas	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	Nicarágua	Paraguai	Venezuela	América Latina
Educação	19,11%	25,80%	24,10%	19,61%	18,91%	33,18%	23,90%	18,59%	19,63%	21,65%	22,45%
Educação Infantil	0,39%	0,34%	0,60%	0,35%	0,23%	1,91%	0,52%	0,76%	0,28%	0,95%	0,63%
Ensino Fundamental	0,91%	0,35%	1,42%	0,26%	2,33%	7,58%	2,10%	0,82%	2,22%	0,66%	1,87%
Ensino Médio	2,90%	1,08%	1,29%	0,57%	3,70%	7,65%	0,55%	0,67%	3,01%	1,26%	2,27%
Educação Profissionalizante	0,03%	0,23%	0,69%	0,12%	0,29%	0,11%	1,28%	0,24%	0,28%	0,19%	0,35%
Acesso ao Ensino Superior	0,55%	2,37%	5,19%	0,69%	0,65%	0,10%	0,65%	0,18%	0,47%	1,30%	1,22%
Vários níveis de ensino	13,83%	18,51%	10,97%	16,43%	11,05%	11,29%	17,39%	9,44%	12,61%	16,23%	13,77%
Educação de Jovens	0,02%	0,02%	0,42%	0,01%	0,09%	0,01%	0,08%	0,02%	0,18%	0,09%	0,09%
Analfabetismo	0,06%	0,29%	0,30%	0,03%	0,04%	0,26%	0,23%	0,98%	0,07%	0,49%	0,28%
Outros	0,43%	2,60%	3,22%	1,14%	0,52%	4,28%	1,11%	5,48%	0,51%	0,48%	1,98%
Violência	23,63%	11,95%	12,48%	16,54%	8,94%	7,14%	18,35%	13,52%	14,89%	9,71%	13,72%
Atos violentos (vítima)	13,68%	9,04%	7,05%	10,18%	6,34%	3,92%	14,03%	8,46%	8,60%	7,50%	8,88%
Atos violentos (agente)	3,25%	0,99%	2,31%	0,83%	0,73%	0,86%	0,47%	0,67%	1,38%	0,91%	1,24%
Atos violentos (agente e vítima)	2,23%	0,61%	0,93%	0,65%	0,23%	0,73%	1,08%	0,85%	0,79%	0,49%	0,86%
Violência Institucional	0,73%	0,10%	0,56%	0,14%	0,01%	0,29%	0,48%	0,13%	0,21%	0,45%	0,31%
Gangues	0,00%	0,28%	0,28%	0,23%	0,10%	0,38%	0,99%	0,91%	0,02%	0,02%	0,32%
Conflitos Armados	0,00%	0,08%	0,13%	1,58%	0,07%	0,12%	0,23%	0,04%	0,08%	0,12%	0,25%
Ações e Reflexões*	3,51%	0,22%	-	1,75%	0,47%	0,07%	1,02%	0,29%	2,96%	0,18%	1,16%
Outros	0,23%	0,63%	1,23%	1,18%	0,99%	0,77%	0,05%	2,16%	0,84%	0,04%	0,81%
Saúde	11,85%	9,12%	9,16%	11,28%	9,27%	10,11%	9,64%	14,07%	10,87%	11,44%	10,68%
Saúde Materna	2,94%	1,71%	2,49%	3,38%	3,34%	1,56%	1,65%	2,38%	3,66%	0,84%	2,40%
Nutrição	0,86%	0,58%	0,81%	1,70%	0,51%	1,14%	1,47%	0,69%	0,77%	0,69%	0,92%
Malária / Hanseníase / Tuberculose	0,09%	0,96%	0,03%	0,13%	0,60%	1,22%	0,34%	3,61%	0,21%	1,34%	0,85%
Mortalidade Infantil	0,41%	0,52%	0,33%	0,15%	0,22%	0,15%	0,52%	0,38%	0,26%	0,21%	0,32%
Aids / HIV	0,42%	0,25%	0,29%	0,49%	0,36%	0,39%	0,69%	0,36%	0,23%	0,47%	0,39%
Outros	7,13%	5,10%	5,21%	5,44%	4,24%	5,65%	4,97%	6,66%	5,73%	7,88%	5,80%
Esporte e Lazer	3,33%	11,74%	6,03%	10,16%	5,91%	18,71%	2,76%	9,36%	14,61%	11,30%	9,39%
Internacional	11,26%	8,23%	3,55%	9,14%	18,69%	4,87%	13,61%	5,63%	6,71%	10,79%	9,25%
América Latina	1,22%	2,70%	0,08%	1,93%	4,77%	1,33%	2,66%	1,29%	2,24%	2,03%	2,02%
Outros países	10,04%	5,53%	3,47%	7,21%	13,92%	3,53%	10,95%	4,34%	4,47%	8,77%	7,22%

*No Brasil, esses temas não foram analisados ao longo de 2005. Outros itens de análise contemplaram esses aspectos, discutidos mais adiante nos dados específicos desse país (veja capítulo "Novos olhares em prol da qualidade", na página 63)

CONTINUA >>

RANKING DOS TEMAS AVALIADOS PELA REDE ANDI AMÉRICA LATINA

(% por país sobre o total de notícias sobre Infância e Adolescência em 2005)

Temas	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	Nicarágua	Paraguai	Venezuela	América Latina
Direitos e Justiça	5,81%	4,60%	13,56%	6,12%	5,59%	5,20%	7,57%	4,12%	4,98%	6,21%	6,38%
<i>Pobreza e Exclusão Social</i>	1,24%	0,53%	6,89%	1,11%	1,53%	1,11%	0,68%	1,63%	0,66%	0,50%	1,59%
<i>Marco Legal, Jurídico e Institucional relacionado à Infância e Adolescência</i>	2,95%	2,10%	3,21%	2,06%	2,11%	2,97%	3,49%	1,54%	1,66%	3,80%	2,59%
<i>Convivência Familiar / Direitos relacionados à Família</i>	1,51%	1,58%	2,41%	1,58%	1,59%	0,75%	2,78%	0,76%	2,02%	1,77%	1,67%
<i>Questões relacionadas a Raça / Etnia</i>	0,04%	0,11%	0,81%	0,53%	0,22%	0,18%	0,19%	0,07%	0,48%	0,08%	0,27%
<i>Questões relacionadas a Gênero</i>	0,05%	0,08%	0,09%	0,09%	0,07%	0,05%	0,13%	0,02%	0,13%	0,02%	0,07%
<i>Questões Demográficas</i>	0,02%	0,21%	0,15%	0,74%	0,06%	0,14%	0,31%	0,11%	0,02%	0,04%	0,18%
Comportamento	2,93%	2,78%	4,35%	6,56%	5,12%	4,38%	10,45%	4,03%	5,18%	5,76%	5,15%
<i>Comportamento em Geral</i>	2,19%	2,23%	3,47%	5,92%	4,42%	4,03%	10,09%	3,76%	4,42%	5,18%	4,57%
<i>Sexualidade</i>	0,74%	0,55%	0,89%	0,64%	0,70%	0,35%	0,36%	0,27%	0,76%	0,58%	0,58%
Cultura	5,69%	3,81%	6,31%	4,85%	8,69%	3,39%	1,86%	5,19%	2,96%	8,11%	5,09%
Exploração e Abuso Sexual	4,24%	6,90%	4,08%	2,20%	5,54%	1,82%	1,82%	7,13%	4,52%	0,90%	3,89%
Acidentes	2,67%	3,60%	3,99%	4,00%	5,00%	1,66%	3,12%	5,21%	1,92%	1,74%	3,30%
Terceiro Setor*	1,49%	2,43%	-	2,40%	2,38%	3,98%	1,68%	5,05%	4,72%	2,95%	3,01%
Consumo	1,07%	1,09%	2,03%	1,22%	1,18%	0,55%	0,66%	1,51%	0,66%	1,55%	1,15%
Abandono, Abrigo e Situação de Rua	0,47%	2,88%	0,85%	0,57%	0,68%	0,29%	0,84%	0,94%	2,65%	1,25%	1,14%
Drogas	1,08%	1,09%	1,35%	0,79%	1,27%	0,45%	0,48%	0,80%	1,31%	0,75%	0,94%
Meio Ambiente	0,23%	0,22%	1,25%	0,51%	0,44%	0,45%	0,37%	0,53%	0,39%	3,81%	0,82%
Deficiência	0,39%	0,71%	0,93%	0,82%	0,72%	0,95%	0,76%	1,29%	0,39%	0,80%	0,78%
Mídia	2,02%	0,50%	1,35%	1,17%	0,55%	0,51%	0,29%	0,31%	0,33%	0,26%	0,73%
Trabalho Infantil	0,41%	1,01%	0,67%	0,78%	0,35%	0,98%	0,78%	1,14%	0,71%	0,23%	0,71%
Medidas Socioeducativas / Privação de Liberdade	0,78%	0,25%	1,66%	0,17%	0,09%	0,29%	0,27%	0,33%	1,93%	0,25%	0,60%
Crianças e Adolescentes Desaparecidos	1,29%	0,98%	0,30%	0,34%	0,45%	0,43%	0,34%	0,87%	0,45%	0,48%	0,59%
<i>Desaparecidos em Geral</i>	0,68%	0,89%	0,28%	0,34%	0,44%	0,37%	0,11%	0,85%	0,42%	0,41%	0,48%
<i>Desaparecidos durante Regimes Autoritários*</i>	0,60%	0,09%	-	0,00%	0,01%	0,05%	0,23%	0,02%	0,04%	0,07%	0,11%
Migração / Deslocamento	0,07%	0,24%	0,80%	0,66%	0,08%	0,62%	0,31%	0,24%	0,05%	0,05%	0,31%
Trabalho Legal	0,18%	0,08%	1,15%	0,13%	0,14%	0,04%	0,13%	0,11%	0,16%	0,11%	0,22%
Total de Notícias Analisadas	28.615	9.036	116.556**	9.572	10.232	13.636	6.192	4.491	16.548	22.395	237.273

* No Brasil, esses temas não foram analisados ao longo de 2005. Outros itens de análise contemplaram esses aspectos (veja capítulo "Novos olhares em prol da qualidade", na página 63)

** Estimativas calculadas com base em uma amostra de 9.713 notícias sobre Infância e Adolescência, obtidas a partir do método do Mês Composto

PREOCUPAÇÃO COM A QUALIDADE

Mais do que simplesmente medir a quantidade de textos publicados pelos jornais, é importante também compreender em profundidade os elementos qualitativos presentes na cobertura jornalística sobre os direitos da infância e da adolescência.

FORMATO DA NOTÍCIA (% por país, sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência em 2005)				
País	Reportagem	Artigo	Editorial	Entrevista
Argentina	93,14%	3,99%	0,89%	1,97%
Bolívia	95,64%	1,82%	1,81%	0,73%
Brasil	93,73%	4,38%	1,12%	0,77%
Colômbia	89,99%	6,85%	1,53%	1,62%
Costa Rica	87,37%	9,61%	1,08%	1,94%
Equador	95,27%	3,97%	0,21%	0,54%
Guatemala	86,13%	10,63%	2,08%	1,16%
Nicarágua	94,88%	4,45%	0,04%	0,62%
Paraguai	96,79%	1,68%	0,15%	1,38%
Venezuela	94,51%	3,89%	0,07%	1,51%
América Latina	92,75%	5,13%	0,90%	1,22%

O volume expressivo de conteúdos sobre o universo infanto-juvenil publicados nos jornais latino-americanos em 2005 não representa necessariamente a existência de uma cobertura qualificada. Apesar de ser fundamental a veiculação de um número minimamente constante e relevante de notícias para que um tema passe a ser efetivamente inserido na agenda pública, a forma como esse assunto é apresentado também surge como fator importante para garantir sua posição entre as prioridades dos decisores políticos.

Nesse sentido, a análise de aspectos qualitativos das notícias publicadas consiste em parâmetro decisivo para julgar se a cobertura está efetivamente capacitada a contribuir de maneira mais eficaz com a promoção e garantia dos direitos infanto-juvenis.

Quando a ANDI e agências da Rede ANDI América Latina se debruçaram sobre essa questão, alguns critérios foram apontados como determinantes para uma cobertura de qualidade. A referência aos marcos legais – nacionais e internacionais – relacionados aos direitos da criança e do adolescente foi um deles. Tais documentos representam importantes balizamentos para o processo de controle social das iniciativas públicas

O PERFIL DOS TEXTOS

A maior parte das informações publicadas em 2005 pela imprensa latino-americana com foco nas temáticas relativas a crianças e adolescentes está concentrada em reportagens. A pesquisa conduzida pela Rede ANDI América Latina identificou 92,75% de textos com esse formato. Se, por um lado, esse índice pode ser considerado positivo – dado o caráter investigativo e/ou contextualizador que uma reportagem pode ter –; por outro, demonstra que os espaços opinativos dedicam pouca atenção aos temas da infância e da adolescência.

Nesse sentido, apesar de não ser possível avaliar o conteúdo a partir do formato, temos um sinal sobre o enfoque e a prioridade que a imprensa dá a um determinado assunto. Percentuais mais elevados de entrevistas sugerem que os atores sociais envolvidos num determinado tema conquistaram espaço para aprofundar sua visão. Artigos e editoriais costumam, por sua vez, ocupar as principais páginas dos jornais. Um volume significativo deles tende a denotar que o assunto é prioridade na agenda da imprensa. Estes são os espaços mais nobres, dedicados à opinião e ao debate e onde existe boa possibilidade de

abordar perspectivas consistentes sobre as causas, consequências e soluções para problemas enfrentados por meninos e meninas.

Tendências diferenciadas

Quando lançamos um olhar focado nos dados específicos dos países, notamos que alguns se destacam por superar as tendências gerais identificadas na pesquisa. Os diários da Guatemala e Costa Rica, por exemplo, apresentam uma maior proporção de artigos sobre o universo de crianças e adolescentes: cerca de 10% do total de notícias consistiram em textos opinativos de especialistas.

Ainda no caso da Guatemala, há uma maior proporção de editoriais. A mídia impressa guatemalteca veiculou proporcionalmente mais do que o dobro de editoriais, em comparação ao restante da América Latina. Já os veículos da Argentina, Costa Rica e Colômbia apresentam um maior espaço para entrevistas relacionadas à infância e à adolescência do que os demais países.

voltadas para a infância. Sua presença nos textos, portanto, é um forte indicativo de que os jornalistas demonstraram preocupação em contextualizar as informações veiculadas.

Outro aspecto definido como critério para avaliar a qualidade das notícias é a menção ou discussão de políticas públicas. Afinal, sem uma investigação jornalística consistente sobre as ações promovidas pelo governo, setor privado e sociedade civil, não é possível para a imprensa fiscalizar a atuação desses atores ou colocar em discussão alternativas aos programas existentes.

Além disso, nesse grupo de critérios qualitativos analisados são consideradas também as menções feitas pelos jornalistas a indicadores e estatísticas. A presença dessas informações na cobertura contribui ao contextualizar, para os leitores e leitoras, a dimensão dos problemas enfrentados por crianças e adolescentes.

Fatores ausentes

De maneira geral, os diários latino-americanos pesquisados dão pouca atenção a estes diversos aspectos. A Convenção sobre os Direitos da Criança, por exemplo, é citada em apenas 0,24% dos textos. Tal ausência poderia ser minimizada se fosse constatado um volume expressivo de menções às legislações nacionais específicas da área da infância, já que em quase todos os países representados nesta pesquisa foram sancionadas leis que regulamentam os princípios da Convenção. Mas apesar do número mais substantivo – 0,91% –, ainda é pouco robusto o noticiário que faz referência aos marcos legais nacionais.

Um dado positivo, por outro lado, é que em alguns países um número de textos pequeno, mas significativo, já procura estabelecer uma conexão entre os temas tratados e as políticas públicas a eles relacionadas – em 5,05% do material pesquisado foi identificada essa associação. É necessário destacar que esse percentual é fortalecido principalmente pelo Brasil e Paraguai, países que registraram 15% de menção à tais políticas.

Ótica investigativa

Outro critério construído para aferir a qualidade das notícias procura apontar se há um perfil investigativo nos textos – indicando se elas abordam denúncias



Legislação em pauta
“Em nosso país, os meninos são oferecidos a

estrangeiros como se fossem produtos de exportação. As crianças são vendidas por carta. Na Guatemala falta muito por fazer em matéria legislativa, pois os deputados não conseguiram compreender que é necessário proteger as crianças desse tipo de mecanismo lucrativo. E se o compreendem, talvez não tenham a vontade necessária para fazê-lo, possivelmente porque muitos fazem parte deste império mercantil ou ao menos têm algum papel dentro desse processo. Estou convencido de que nós, jornalistas, deveríamos, não apenas neste ponto, mas em muitos outros temas, publicar informações que incidam de alguma forma na promulgação dessas normatizações.”

Carlos Morales
Editor do jornal Nuestro Diario
(Guatemala)

LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTATÍSTICAS

(% por país, sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência em 2005)*

País	Menciona a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança	Menciona Legislação específica voltada para a Infância e Adolescência	Menciona Legislação em geral	Discute Políticas Públicas correlatas	Menciona Dados, Indicadores Sociais ou Estatísticas
Argentina	0,70%	0,58%	1,41%	1,51%	3,33%
Bolívia	0,22%	1,22%	2,71%	3,60%	3,56%
Brasil	0,01%	1,40%	5,44%	15,32%	8,77%
Colômbia	0,25%	1,08%	6,47%	7,81%	10,32%
Costa Rica	0,19%	0,27%	1,28%	1,88%	2,60%
Equador	0,09%	0,91%	1,25%	1,22%	0,81%
Guatemala	0,21%	0,19%	1,03%	1,61%	3,20%
Nicarágua	0,45%	0,85%	1,80%	0,73%	4,99%
Paraguai	0,19%	1,18%	1,50%	15,72%	1,36%
Venezuela	0,05%	1,47%	2,54%	1,08%	1,51%
América Latina	0,24%	0,91%	2,54%	5,05%	4,05%

*As variáveis permitem marcação múltipla



Mila Petrillo

de violações aos direitos infanto-juvenis ou a busca de soluções para os problemas pautados.

No caso da ótica de denúncia, o estudo procura identificar os textos que fogem à simples narrativa factual das questões focalizadas e apresentam um contexto mais abrangente, apontando causas e conseqüências das violações de direitos. Da mesma forma, as agências da Rede ANDI América Latina procuram identificar o número de notícias que se preocupam em trazer, para os leitores, uma discussão sobre as alternativas em curso na sociedade capazes de contribuir para o enfrentamento das diversas formas de desrespeito à infância e à adolescência.

Quando analisamos tais critérios no âmbito mais geral do noticiário latino-americano, percebe-se que a proporção de textos que apresentam uma dessas duas abordagens não é tão reduzida quanto aquela que faz uso de outros elementos de contextualização. Em 2005, a cobertura jornalística sobre o universo de meninos e meninas na América Latina registrou 13% de conteúdos que apresentavam soluções e 8,03% que traziam denúncias mais contextualizadas.

Uma exceção nesse cenário foi registrada no noticiário da Argentina, fato que acabou contribuindo para reduzir a média latino-americana. Um percentual muito pequeno de matérias foi encontrado para ambas abordagens, apontando um grande desafio para a qualificação do trabalho dos jornalistas daquele país.

Já a Guatemala foi onde a imprensa mais se preocupou em abordar problemas relacionados à infância e à adolescência sob uma perspectiva propositiva. Por outro lado, a mídia paraguaia registrou um volume significativo de textos focados em denúncias de violações contra os direitos dessas populações.

Faixas etárias

A imprensa latino-americana concedeu atenção, de maneira razoavelmente equilibrada, a todas as faixas etárias do interesse da presente pesquisa. O segmento mais coberto, de qualquer forma, foi o de adolescentes, definidos aqui

ÓTICA INVESTIGATIVA		
(% por país, sobre o total de notícias acerca de Infância e Adolescência em 2005)*		
País	Notícias que discutem Soluções	Notícias que apresentam Denúncias
Argentina	1,06%	0,63%
Bolívia	8,15%	8,35%
Brasil	13,67%	3,79%
Colômbia	11,68%	12,66%
Costa Rica	15,03%	5,21%
Equador	15,76%	8,93%
Guatemala	20,45%	10,76%
Nicarágua	11,31%	9,29%
Paraguai	16,30%	11,22%
Venezuela	16,61%	9,47%
América Latina	13,00%	8,03%

*As variáveis permitem marcação múltipla

como cidadãos e cidadãs de 12 a 17 anos de idade. Em segundo lugar, vieram as crianças de 7 a 11 anos; e, por último, a primeira infância, ou seja, o segmento de zero a 6 anos.

Embora todas essas fases sejam importantes para o desenvolvimento do ser humano, é notório que estudiosos da infância tendem a privilegiar o período de zero a 6 anos com relação às demais faixas etárias. A desnutrição, o abuso sexual, a falta de acesso à educação e o menor desenvolvimento físico e intelectual da criança nessa fase acabam por gerar conseqüências que, em grande medida, poderão perdurar até a vida adulta.

É nessa fase também que a possibilidade de morte é maior, assim como a de outros riscos à segurança e bem estar das crianças. Segundo Osmar Terra, médico brasileiro especialista em desenvolvimento infantil, no momento em que um menino ou menina completa seis anos, seu cérebro já desenvolveu os amplos contornos de sua auto-estima; de senso de moralidade, responsabilidade e empatia; de sua capacidade de aprendizado e outros aspectos da personalidade. “Se ela é negligenciada e maltratada, não desenvolve suas capacidades básicas”, explica. Nesse sentido, a priorização dessa faixa etária na cobertura é certamente um fator de qualidade importante para o trabalho jornalístico.

Bolívia e Paraguai destacam-se, no entanto, como os únicos países nos quais essa foi a tendência observada no noticiário, embora a diferença entre as diversas faixas etárias mais abordadas nos textos não seja muito grande. No caso da imprensa paraguaia, 40,68% das matérias referiam-se a meninos e meninas de zero a 6 anos; na mídia boliviana esse índice foi de 37,78%.

Já os jornais argentinos, brasileiros e nicaraguenses dedicaram maior atenção aos adolescentes. As crianças de 7 a 11 anos estiveram mais presentes na cobertura do Equador, Colômbia, Guatemala e Venezuela. Na Argentina, entretanto, essa faixa de idade encontra menor espaço nos meios, em relação aos demais países: somente 11,78% das notícias sobre Infância e Adolescência a distinguiram.

MENINO OU MENINA?		
(% por país, sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência em 2005)*		
País	Feminino	Masculino
Argentina	18,81%	20,67%
Bolívia	32,60%	31,43%
Brasil	14,65%	19,07%
Colômbia	30,99%	37,68%
Costa Rica	21,72%	25,28%
Equador	33,26%	42,67%
Guatemala	33,87%	35,27%
Nicarágua	46,11%	58,27%
Paraguai	31,06%	38,77%
Venezuela	23,27%	28,59%
América Latina	28,63%	33,77%

*As variáveis permitem marcação múltipla

FAIXAS ETÁRIAS			
(% por país, sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência em 2005)*			
País	0 a 6 anos	7 a 11 anos	12 a 17 anos
Argentina	19,97%	11,78%	29,08%
Bolívia	37,78%	34,77%	34,50%
Brasil	21,48%	19,77%	33,11%
Colômbia	22,79%	53,56%	36,52%
Costa Rica	21,50%	21,29%	26,36%
Equador	17,70%	55,68%	50,04%
Guatemala	24,27%	32,61%	30,72%
Nicarágua	30,68%	27,12%	31,69%
Paraguai	40,68%	36,09%	35,42%
Venezuela	18,42%	41,25%	33,74%
América Latina	25,53%	33,39%	34,12%

*As variáveis permitem marcação múltipla

Menino ou menina

O preconceito e a condição social afetam de forma distinta a vida de meninos e de meninas. Por isso, as agências da Rede ANDI América Latina procuram identificar se o conteúdo produzido pelos periódicos faz uma distinção clara entre os diferentes sexos. Assim, espera-se medir o interesse da imprensa latino-americana pelas condições experimentadas por estes dois públicos e, também, as relações de iniquidade existentes entre eles.

Em 2005, os meninos tiveram, na média, uma presença mais frequente nos meios de comunicação da região. Embora na Argentina, Bolívia e Guatemala a diferença entre os percentuais de notícias que mencionam meninos e meninas não ultrapasse 2%, nos demais países crianças e adolescentes do sexo masculino ocupam maior espaço na cobertura. Somente a imprensa boliviana re-

presenta uma exceção a essa tendência, mesmo que não muito significativa.

Equador, Paraguai, Colômbia e Venezuela são os países onde a imprensa tende em maior medida a cobrir crianças do sexo masculino, em detrimento às do sexo feminino. Uma possível justificativa para essa desigualdade de atenção poderia ser o maior foco em questões de Violência, já que, em muitos aspectos, crianças e adolescentes do sexo masculino estão expostos de forma mais significativa a esse problema. De acordo com o *Estudo Mundial sobre a Violência contra Crianças e Adolescentes*, divulgado pelas Nações Unidas em 2006, diferenças de gênero nas taxas de homicídios entre adolescentes sugerem que a socialização entre meninos e suas regras de masculinidade contribuem para o quadro de violência. Na América Latina e no Caribe, por exemplo, as taxas entre meninos são de duas a seis vezes mais altas que entre meninas. ❖

POR UM NOVO OLHAR JORNALÍSTICO

Germán Rey foi ombudsman do jornal El Tiempo (Colômbia). É mestre conselheiro da Fundación por un Nuevo Periodismo Iberoamericano (FNPI) e professor da Universidade Javeriana.

Pesquisas recentes mostram que o jornalismo na América Latina tem se tornado cada vez menos investigativo. Ao mesmo tempo, tem passado, cada vez mais, a emitir opiniões ou realizar descrições pouco profundas dos fatos. Qual sua visão sobre esse diagnóstico?

O jornalismo investigativo perdeu força na região, sobretudo se comparado ao desenvolvimento que teve há alguns anos. Contudo, é possível que tenha se deslocado dos jornais e dos noticiários de televisão para os livros, para alguns projetos de organizações da sociedade civil e algumas revistas que têm conseguido construir uma identidade própria na América Latina. Nos últimos anos têm sido publicadas investigações muito importantes em livros de caráter jornalístico que começam a ter uma boa acolhida do público e uma ressonância no debate crítico e nos processos de transparência. Alguns deles têm revelado tenebrosas tramas de corrupção e violação dos direitos humanos, além de situações de desigualdade e injustiça que se vive no continente.

Quais seriam os elementos da atividade jornalística que devem ser potencializados a fim de que tenhamos uma cobertura mais aprofundada das políticas públicas sociais?

Nos estudos que realizei sobre a representação da pobreza, do desenvolvimento sustentável, da educação ou da cultura

nos meios de comunicação latino-americanos, descobri que é muito importante qualificar o trabalho com as fontes, ampliar o pluralismo dos gêneros jornalísticos, observar não apenas os fatos como também os processos e tornar visíveis outros atores da sociedade, além de ter uma prática jornalística com agenda própria e não apenas de reação.

Quais são as características, na sua visão, dos diversos espaços de formação de jornalistas no continente?

É preciso promover no continente uma reformulação do fazer jornalístico e, sobretudo, dos processos de formação de jornalistas. É fundamental ter consciência de que nem todos os problemas estão no campo dos jornalistas, mas também nas condições de funcionamento das empresas midiáticas – pressionadas, em alguns casos, pelo desejo de rentabilidade, os compromissos com os poderes políticos e a dependência de grupos econômicos. A independência frente a todas as formas de poder e a investigação são fundamentais para explorar os problemas da região.

Sua experiência no periódico *El Tiempo* envolveu a função de pesquisador da qualidade do conteúdo veiculado pelo jornal. Como isto pode contribuir para o aprimoramento da atividade jornalística?

As propostas de monitoramento interno da informação do jornal estão orientadas a contribuir para a melhoria da sua qualidade, para a definição de políticas informativas, para o diálogo com setores sociais envolvidos com temas-chaves da agenda, para a transparência da tarefa jornalística e para a formação.



Álvaro López

2) Múltiplas vozes e contextos

A construção de um diálogo mais estreito e fluente entre os diversos segmentos sociais envolvidos com a infância e a adolescência foi certamente um dos fatores que contribuíram para impulsionar as iniciativas de promoção e defesa dos direitos das novas gerações na América Latina.

Setores governamentais, organizações da sociedade civil, especialistas de diversas áreas e universidades são alguns dos atores que nos últimos anos têm buscado fortalecer na agenda pública o debate sobre a realidade de meninos e meninas. Apesar de haver uma tendência da imprensa latino-americana de priorizar as fontes de informação oficiais, principalmente as ligadas ao Poder Executivo, a análise das vozes mais presentes no noticiário mostra que há uma razoável diversidade de atores nas notícias sobre Infância e Adolescência.

É importante ressaltar que a Rede ANDI América Latina considera fundamental, para o exercício de um bom jornalismo, a consulta plural às fontes de informação. Ao acessar um conjunto limitado de vozes, os profissionais da mídia colocam em risco a qualidade e mesmo a credibilidade da notícia. A pequena diversidade de pontos de vista afeta o debate público democrático e reduz o horizonte temático. O compromisso com a imparcialidade cai sob suspeita e quem perde é o público, prejudicado no entendimento dos fatos centrais da realidade cotidiana.

Opiniões divergentes

Por outro lado, embora a pluralidade de vozes seja um forte indicador de qualidade da cobertura, cabe apontar que, por si só, não constitui um fator suficiente para garantir a maior qualificação das notícias. Há dois elementos que também precisam ser considerados diante desse cenário: em primeiro lugar, a quantidade média de fontes ouvidas por cada matéria, individualmente; em segundo, a apresentação – ou não – de visões divergentes sobre um mesmo fato, cenário ou opinião abordada pela notícia.

No caso da cobertura dos diários latino-americanos em 2005, houve em média cerca de uma fonte consultada para cada notícia publicada. Este número, bastante reduzido, diz respeito a todos os países. Tal tendência acaba também por dificultar a existência de vozes com perspectivas diferentes ou discordantes.

Nesse sentido, apesar de a metodologia de pesquisa adotada pela Rede ANDI não permitir afirmar se há ou não opiniões divergentes presentes em cada texto, o fato de termos uma baixa proporção de fontes por notícia leva a deduzir que são poucos os textos construídos a partir de diferentes visões. O próprio exemplo da imprensa brasileira – que já tem esse critério sendo monitorado pela ANDI – é um indicador de que os jornais, de maneira geral, encontram dificuldade em agregar distintos olhares sobre um mesmo tema. Esses dados brasileiros mostram que apenas 1,28% das notícias sobre crianças e adolescentes publicadas no país atenderam a tal critério.

A Nicarágua é o país no qual a mídia impressa apresenta o melhor desempenho na relação fonte por notícia: a média para cada texto é de 1,73. Ou seja, a cada 100 notícias sobre Infância e Adolescência, temos cerca de 173 atores consultados direta ou indiretamente. Já no Paraguai, Equador, Bolívia e Venezuela, a mídia impressa encontra desempenho abaixo da média. Nos dois primeiros casos, o índice é inferior a uma fonte ouvida por matéria.

Os mais consultados

Em 2005, de cada 100 notícias sobre crianças e adolescentes publicadas pelos diários analisados, uma média de 34 cita algum ator governamental. Já o grupo que reúne as fontes da sociedade civil – incluindo os cidadãos e cidadãs consultados individualmente, as organizações, partidos políticos, sindicatos, entre outros – é ouvido em 22,93%. Outro segmento com forte presença no debate sobre a infância são os especialistas, que estão em 15,36% das notícias.

Mesmo sendo possível apontar similaridades na cobertura das dez nações representadas nesta pesquisa, é

necessário considerar que há tendências específicas observadas para cada país em relação às fontes de informação consultadas:

- As vozes oficiais do Governo são menos ouvidas no Equador e Paraguai, como se deduz da tabela da página 32: 16,06% e 21,62%, respectivamente. Em parte, isso se dá pelo fato de as mídias impressas desses países consultarem, de maneira geral, uma baixa quantidade de fontes. Por outro lado, decorre de preferirem ouvir outros atores. No Paraguai, a imprensa consulta menos os níveis estaduais e municipais de governo, além das fontes policiais, quando comparado a outros países. No Equador, isso também ocorre, embora em menor medida. O diferencial dos jornais equatorianos é o interesse significativamente inferior em consultar fontes do nível federal de governo: somente 4,97%, em comparação à média latino-americana, de 10,20% das notícias.
- Os Conselhos merecem uma atenção especial. Cada país da região adota um nome e/ou formato diferentes para esses órgãos, no entanto, via de regra, é possível definí-los como espaços políticos democráticos – consultivos ou deliberativos – que contam com participação de membros da sociedade civil e do poder público. Os conselhos geralmente são temáticos e voltados para agendas específicas, como Infância e Adolescência, Educação, Saúde, etc. No caso do universo infanto-juvenil, embora tais órgãos representem uma importante ponte entre o poder governamental e as famílias, agregando grandes responsabilidades pela garantia dos direitos da infância, acabam sendo pouco ouvidos pela imprensa. Somente 0,61% das notícias analisadas para os dez países representados nesta pesquisa dão voz a Conselhos, sejam eles Conselhos de Direitos, de Políticas Públicas ou de Atenção Direta às Crianças. Na Costa Rica e na Colômbia, eles estão completamente ausentes. Somente na Guatemala e Venezuela sua presença como fonte de informação ultrapassa ligeiramente 1% dos textos. Essa constatação sugere que é necessário consolidar, junto aos meios de comunicação, o entendimento do papel dessas instâncias – bem como verificar a capacidade que os Conselhos têm de comunicar-se e fornecer informações aos jornalistas.
- Fontes de informação estratégicas para a cobertura sobre Infância e Adolescência, os Organismos Internacionais apresentam uma das

participações menos homogêneas quando analisado o noticiário dos diferentes países. Na Nicarágua, Guatemala e Costa Rica, eles se encontram presentes em um número significativo de notícias. Já no Paraguai, Venezuela e Brasil essas instituições encontram pouco destaque. No caso do Brasil, o fato de a ANDI utilizar a técnica do Mês Composto para selecionar os textos (veja quadro sobre Metodologia na página 13) pode ser apontado como um dos fatores responsáveis por esta baixa proporção. Em função de sua sazonalidade, muitas notícias referentes ao lançamento de relatórios ou pesquisas – importante estratégia de relacionamento entre agências multilaterais e mídia – tendem a sofrer perdas quantitativas no processo de amostragem.

- A cobertura latino-americana sobre Infância e Adolescência apóia-se em grande medida nas opiniões emitidas por especialistas: eles estão presentes em 15,36% das notícias. Em alguns casos, como o equatoriano, chegam a ter mais destaque do que fontes governamentais. A imprensa boliviana e paraguaia são exceções, apresentando um menor percentual de notícias que ouve tais profissionais.
- Os cidadãos comuns, ou seja, aqueles sem nenhum vínculo institucional identificado no texto, apresentam-se como uma fonte de informação relevante, especialmente no Brasil, na Nicarágua, na Guatemala e na Venezuela. Apesar de ser crucial que a mídia conceda espaço para que a população possa opinar sobre assuntos relacionados à infância e à adolescência, é importante notar que seus depoimentos tendem, de maneira geral, a agregar menos informações à cobertura, sendo que geralmente estão presentes em textos sobre situações pontuais ou casos individuais. ❖

RANKING DAS DEZ FONTES MAIS OUVIDAS PELOS MEIOS

(% sobre o total de notícias sobre Infância e Adolescência publicadas pelos veículos latino-americanos analisados em 2005)*

Posição	Fonte	América Latina
1	Executivo Federal	10,20%
2	Cidadãos Comuns	10,08%
3	Especialistas em Geral	9,10%
4	Mães	6,63%
5	Autoridades Policiais	6,61%
6	Executivo Municipal	5,38%
7	Adolescentes	5,05%
8	Organizações da Sociedade Civil	4,57%
9	Executivo Estadual	4,43%
10	Sindicatos e Entidades de Classe	3,50%

*A variável permite marcação múltipla

Direito à voz

Crianças e adolescentes têm uma presença expressiva na cobertura da imprensa latino-americana de maneira geral. Somada, essa população concentra mais que o dobro de consultas feitas a todos os organismos internacionais juntos; também mais do que o dobro de vezes em que foram ouvidas Empresas ou Hospitais e sete vezes mais do que as Universidades. A Nicarágua, a Colômbia, o Brasil e o Equador reúnem os jornais que procuraram em maior medida acessar crianças e adolescentes. Já a Costa Rica é o país em que isso menos acontece. Vale destacar, ainda, que as crianças não são ouvidas na mesma medida que os adolescentes. Em todos os países, elas são menos consultadas, sendo a imprensa da Guatemala a única que concede uma atenção mais equilibrada a essas duas faixas etárias. Os familiares de crianças e adolescentes também se apresentam como uma fonte frequentemente ouvida pelos jornalistas. Isso se dá, entretanto, no conjunto de notícias que versa sobre casos individuais – nos quais geralmente crianças aparecem como vítimas de alguma violação de direito. Na Colômbia, na Nicarágua e no Brasil, a família encontra maior espaço na cobertura.

FONTES OUVIDAS											
(% por país, sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência em 2005)*											
Fontes ouvidas	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	Nicarágua	Paraguai	Venezuela	América Latina
Crianças e Adolescentes	3,42%	7,42%	9,02%	11,25%	4,86%	8,83%	8,62%	16,16%	5,48%	8,69%	8,08%
Crianças	0,83%	2,31%	2,59%	4,39%	1,20%	3,42%	3,84%	5,90%	1,95%	3,82%	3,02%
Adolescentes	2,59%	5,11%	6,43%	6,86%	3,66%	5,41%	4,78%	7,26%	3,53%	4,88%	5,05%
Comunidade Escolar	5,86%	4,56%	7,45%	9,71%	8,66%	11,80%	9,35%	11,11%	7,06%	8,60%	8,42%
Crianças (Alunos)	0,23%	0,19%	0,73%	0,48%	0,95%	0,87%	1,00%	0,82%	0,23%	1,42%	0,69%
Adolescentes (Alunos)	1,85%	0,35%	1,49%	1,26%	2,07%	2,21%	0,73%	2,52%	1,40%	1,16%	1,60%
Escola - Professores	2,73%	2,95%	2,11%	3,78%	1,98%	2,89%	3,76%	5,61%	2,76%	3,73%	3,23%
Escola - Outros Profissionais	1,05%	1,07%	3,12%	4,19%	3,66%	5,83%	3,86%	2,16%	2,67%	2,28%	2,99%
Governo	40,06%	43,20%	35,58%	40,08%	32,17%	16,06%	37,51%	41,64%	21,62%	27,10%	33,50%
Executivo Federal	6,50%	7,90%	6,26%	6,11%	20,77%	4,97%	15,02%	17,84%	10,18%	6,51%	10,20%
Executivo Estadual	11,12%	6,61%	7,85%	5,11%	0,00%	4,11%	2,50%	1,71%	0,68%	4,62%	4,43%
Executivo Local / Municipal	2,30%	8,26%	7,88%	15,54%	1,30%	3,18%	3,81%	3,79%	1,20%	6,59%	5,38%
Legislativo Nacional	0,77%	0,29%	0,83%	0,54%	1,28%	0,10%	2,45%	0,67%	0,36%	1,31%	0,86%
Legislativo Estadual	2,55%	0,06%	0,00%	0,29%	0,00%	0,07%	0,08%	0,11%	0,01%	0,42%	0,40%
Legislativo Local / Municipal	0,34%	0,07%	0,00%	1,34%	0,00%	0,01%	0,11%	0,04%	0,15%	0,74%	0,31%
Judiciário	6,55%	1,58%	2,49%	1,47%	3,35%	0,70%	1,08%	2,54%	0,94%	0,52%	2,12%
Autoridades Policiais	8,57%	10,42%	8,39%	6,23%	4,08%	2,21%	7,64%	9,84%	3,78%	4,92%	6,61%
Defensorias / Procuradorias	0,30%	3,96%	1,77%	1,54%	0,82%	0,34%	2,94%	1,63%	0,15%	0,45%	1,39%
Diplomatas	0,04%	0,96%	0,04%	0,11%	0,20%	0,13%	0,34%	0,38%	0,30%	0,21%	0,27%
Ouvidorias Gerais	0,84%	2,43%	-	0,91%	0,37%	0,14%	1,52%	3,03%	3,80%	0,61%	1,52%
Forças Armadas	0,18%	0,66%	0,07%	0,90%	0,00%	0,10%	0,02%	0,07%	0,07%	0,21%	0,23%
Família	10,23%	8,86%	13,21%	13,20%	10,95%	9,92%	12,02%	22,16%	11,38%	8,49%	12,04%
Mãe	5,24%	4,69%	8,02%	6,87%	5,91%	5,69%	6,02%	12,89%	5,99%	4,99%	6,63%
Pai	3,36%	2,64%	3,39%	3,50%	2,22%	2,63%	3,80%	4,19%	3,20%	1,91%	3,08%
Outros familiares	1,63%	1,53%	1,80%	2,83%	2,82%	1,60%	2,20%	5,08%	2,19%	1,59%	2,33%
Conselhos	0,37%	0,27%	0,99%	0,05%	0,00%	0,79%	1,13%	0,78%	0,47%	1,21%	0,61%
Conselhos de Direitos da Infância	0,28%	0,04%	0,28%	0,00%	0,00%	0,27%	0,82%	0,31%	0,11%	0,32%	0,24%
Conselhos de Políticas Públicas	0,04%	0,21%	0,09%	0,01%	0,00%	0,34%	0,16%	0,22%	0,01%	0,02%	0,11%
Conselhos Tutelares e de Atenção Direta	0,05%	0,02%	0,62%	0,04%	0,00%	0,18%	0,15%	0,24%	0,35%	0,87%	0,25%

*A variável permite marcação múltipla

CONTINUA >>

FONTES OUVIDAS											
(% por país, sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência em 2005)*											
Fontes ouvidas	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	Nicarágua	Paraguai	Venezuela	América Latina
Sociedade Civil	24,79%	20,09%	24,99%	21,10%	18,88%	14,75%	25,85%	32,62%	17,50%	28,72%	22,93%
Cidadãos Comuns	7,26%	4,74%	13,25%	9,87%	7,58%	6,34%	12,81%	13,94%	8,62%	16,38%	10,08%
Organizações das Sociedade Civil	4,86%	4,98%	6,27%	2,67%	3,34%	1,09%	5,41%	8,35%	4,90%	3,85%	4,57%
Fundações / Institutos	1,13%	2,14%	0,86%	3,89%	1,07%	3,95%	0,84%	2,52%	0,45%	2,04%	1,89%
Sindicatos e Entidades de Classe	5,45%	5,14%	2,60%	2,13%	3,49%	2,43%	4,39%	4,72%	1,53%	3,09%	3,50%
Igreja / Entidades Religiosas	2,22%	1,05%	1,25%	1,47%	1,11%	0,61%	1,23%	0,98%	1,26%	0,71%	1,19%
Partidos Políticos / Candidatos	0,97%	0,51%	0,11%	0,16%	0,91%	0,04%	0,39%	0,07%	0,06%	0,40%	0,36%
Celebridades	2,64%	1,52%	0,64%	0,91%	1,37%	0,29%	0,52%	1,47%	0,63%	2,24%	1,22%
Agência da Rede ANDI no país	0,26%	0,01%	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	0,26%	0,58%	0,05%	0,01%	0,12%
Mídia	2,49%	1,21%	0,64%	1,51%	1,76%	0,81%	2,08%	1,07%	0,57%	0,59%	1,27%
Empresas	2,94%	1,19%	3,00%	2,76%	4,34%	0,78%	2,10%	4,12%	1,23%	3,25%	2,57%
Hospitais	2,88%	4,66%	1,24%	3,32%	2,83%	1,28%	2,60%	6,92%	2,57%	3,00%	3,13%
Universidades	0,62%	1,84%	2,34%	0,78%	1,78%	0,37%	0,90%	0,65%	0,11%	0,88%	1,03%
Especialistas	16,33%	9,30%	15,12%	21,27%	18,21%	13,23%	17,21%	18,77%	7,42%	16,79%	15,36%
Especialistas de Universidades	0,81%	0,08%	1,58%	1,43%	0,50%	0,07%	0,37%	1,02%	0,11%	1,21%	0,72%
Especialistas em Geral	11,50%	2,86%	6,06%	14,47%	10,19%	4,50%	14,37%	11,53%	5,99%	9,55%	9,10%
Profissionais de Esporte e Lazer	0,70%	4,11%	2,10%	2,92%	3,50%	6,04%	0,74%	3,34%	0,60%	3,75%	2,78%
Profissionais ou Agentes de Saúde	2,91%	1,56%	3,34%	0,73%	1,63%	1,60%	1,47%	1,11%	0,51%	0,28%	1,51%
Profissionais da Área Cultural	0,41%	0,69%	2,04%	1,72%	2,39%	1,02%	0,26%	1,76%	0,21%	2,00%	1,25%
Organizações e Agências Internacionais	2,81%	2,95%	1,18%	2,46%	3,60%	0,82%	5,68%	5,86%	1,40%	1,14%	2,79%
UNICEF	0,38%	0,65%	0,27%	0,43%	0,37%	0,45%	1,11%	1,02%	0,42%	0,24%	0,53%
OMS / OPS	0,11%	0,24%	0,04%	0,22%	0,26%	0,04%	0,63%	0,31%	0,15%	0,11%	0,21%
OIT	0,05%	0,24%	0,04%	0,13%	0,15%	0,01%	0,48%	0,45%	0,10%	0,03%	0,17%
UNESCO	0,14%	0,08%	0,24%	0,07%	0,02%	0,03%	0,29%	0,18%	0,02%	0,09%	0,12%
PNUD	0,06%	0,12%	0,02%	0,05%	0,13%	0,00%	0,00%	0,09%	0,11%	0,04%	0,06%
Ilanud	0,01%	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,01%
ONU	0,18%	0,19%	0,42%	0,80%	0,11%	0,10%	0,78%	0,16%	0,11%	0,13%	0,30%
Outros Organismos Internacionais	1,88%	1,43%	0,13%	0,75%	2,56%	0,19%	2,39%	3,63%	0,49%	0,51%	1,40%
Não foi possível identificar	3,80%	4,68%	1,68%	4,43%	10,43%	0,02%	5,70%	3,90%	3,37%	0,59%	3,86%
Total de Fontes Ouvidas	33.416	10.022	157.740	14.595	12.150	10.870	8.525	7.770	13.284	29.676	298.048
Média de fontes por notícia	1,17	1,11	1,35	1,52	1,19	0,8	1,38	1,73	0,8	1,32	1,26

*A variável permite marcação múltipla



Mila Petrillo

3) Educação em pauta

A escola ocupa lugar central na vida de crianças e adolescentes, em suas diversas fases de desenvolvimento. O ambiente escolar é decisivo para a convivência social, a formação de habilidades e valores e, de maneira mais ampla, para o despertar do interesse pelo aprendizado e pela busca do conhecimento. Diante de tamanhos desafios, não resta dúvida de que o tratamento editorial dedicado aos debates travados entre os distintos atores sociais torna-se fator crucial para que novos saltos de qualidade possam ser dados no campo educacional.

Já é cada vez mais difundida a idéia de que a Educação vai muito além dos bancos escolares e deve acontecer por toda a vida, como um processo contínuo. Educar é também formar cidadãos autônomos e críticos, o que implica uma nova compreensão do processo pedagógico. O educador brasileiro Paulo Freire já defendia que a pedagogia deve ser conscientizadora e atuar como força de mudança e libertação.

Não basta, portanto, assimilar conteúdos curriculares e dominar técnicas. É necessário que se invista no desenvolvimento do potencial individual, de modo a habilitar as pessoas para o exercício renovado e ativo da cidadania, segundo sugere o sociólogo francês Edgar Morin. Tais percepções inserem-se em uma visão do mundo contemporâneo que reconhece serem a identidade individual e o destino da existência de cada ser humano decididos em escala internacional, no ritmo e segundo os referenciais da sociedade globalizada.

Ao abordarmos este cenário, é importante reconhecer que as questões ligadas à Educação já encontram forte repercussão nos meios noticiosos dos países da América Latina representados na presente pesquisa – seja ao revelar as diversas carências e mazelas do sistema educativo, seja ao apontar o tema como solução estratégica para a desigualdade social e para a pobreza.

Os resultados do estudo conduzido pelas agências da Rede ANDI mostram, como já indicado anteriormente, que a Educação é a temática mais abordada quando os jornais discutem a realidade da infância e da adolescência. Em média, de cada 100 textos jornalísticos da imprensa latino-americana que focalizam questões relacionadas direta ou indiretamente a esse público, cerca de 22 dizem respeito à área educacional.

Proporcionalmente, o noticiário da Venezuela foi o que dedicou maior espaço, em 2005, ao debate sobre Educação: uma média de 808 textos publicados por cada diário analisado, o que corresponde a mais de dois textos por dia sobre o tema. Paraguai e Brasil também aparecem em destaque quando avaliamos o volume de notícias sobre questões educacionais publicadas por cada veículo, com média de 650 e 520 textos por jornal/ano, respectivamente.

Diferentes níveis de ensino

Ao analisarmos as tendências reveladas pela imprensa latino-americana na cobertura sobre Educação, fica claro que os jornais não priorizam um nível específico do sistema formal de ensino dos países, optando em abordar o tema a partir de uma ótica mais geral. Em média, 13,77% desse noticiário foi voltado para a discussão dos vários níveis de ensino existentes.

Ao dedicar a maior parte do debate sobre Educação a uma abordagem mais generalizada do tema, a imprensa acaba limitando, por um lado, a reflexão sobre as particularidades dos problemas e carências enfrentadas pelas diferentes etapas de ensino. Além disso, tal enfoque não contribui para que os leitores construam uma visão mais contextualizada sobre as causas destas deficiências e sobre as eventuais soluções para seu enfrentamento.

Agenda pública
“Educação pública de qualidade é fator determinante para o desenvolvimento sustentável de qualquer país e condição para a consolidação de sociedades verdadeiramente democráticas e participativas. A mídia escrita tem papel fundamental na formação da percepção das elites acerca de vários temas da pauta nacional. Com a Educação, não é diferente. Nas últimas duas décadas, muito se avançou na cobertura do tema. Antes o foco estava nas mensalidades escolares, preocupação central das famílias de classe média e alta, compradoras e leitoras de jornais e clientes do ensino privado. Agora, o interesse da mídia, escrita e eletrônica, está na qualidade da educação, no acompanhamento do desempenho dos alunos em testes internacionais, em questões como acesso de minorias e de pessoas com deficiência às escolas, repetência, má qualidade do ensino. Enfim, uma pauta muito mais ajustada às reais necessidades de cada país.”

Âmbar de Barros

Jornalista, coordenadora do escritório da Unesco em São Paulo e membro fundadora da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Brasil)

A COBERTURA SOBRE EDUCAÇÃO

(Total de notícias por país sobre Educação, com foco em Infância e Adolescência, em 2005)

País	Número total de notícias sobre Educação analisadas	Total de veículos que integram a análise	Média de notícias publicadas por veículo
Argentina	5.466	12	456
Bolívia	2.329	9	259
Brasil	28.092*	54	520*
Colômbia	1.877	9	209
Costa Rica	1.935	4	484
Equador	4.524	10	411
Guatemala	1.515	7	216
Nicarágua	835	5	167
Paraguai	3.248	5	650
Venezuela	4.848	6	808
América Latina	54.669	121	425

* Estimativas calculadas com base em amostra de 9.713 notícias sobre Infância e Adolescência e de 2.341 notícias sobre Educação, obtidas a partir do método do Mes Composto (veja na página 13 o quadro “Entenda a Metodologia da Pesquisa”)

Educação e desigualdade
 “De maneira geral, a região apresenta claros sinais de avanço no alcance dos objetivos propostos na Declaração Mundial de Educação para Todos, compromisso assinado por diversos países no Fórum Mundial de Educação, realizado em 2000 em Dakar, Senegal. No entanto, ainda há muito que fazer. Por exemplo, a ampliação alcançada no acesso à educação, principalmente, no Ensino Fundamental, não garante a conclusão dos estudos, nem tampouco níveis satisfatórios de êxito escolar ou de qualidade do ensino oferecido. Nesse contexto, é importante levar-se em conta as enormes desigualdades econômicas e sociais que afetam a região para compreender as lacunas do sistema educativo.”

Educação para Todos na América Latina: Um objetivo a nosso alcance – Informe Regional de Monitoramento Educação para Todos 2003 – Unesco

Nesse contexto, vale destacar que a Educação Profissionalizante, o Analfabetismo de Adolescentes e a Educação voltada para Jovens foram os temas menos presentes nas páginas dos veículos analisados em 2005. Esse é um importante aspecto a ser compreendido e debatido em relação à produção jornalística sobre Educação, se considerarmos que uma das mais graves lacunas da área educacional na América Latina passa necessariamente pelo analfabetismo real e funcional de adolescentes de 12 a 17 anos. Isso sem falar na defasagem idade/nível de ensino enfrentada por esse segmento da população e na pouca oferta de cursos profissionalizantes, os quais permitiriam uma entrada mais qualificada dos jovens no mercado de trabalho, com a conseqüente melhora em seus níveis de renda.

Quando analisamos os resultados gerais apontados pelo estudo da Rede ANDI América Latina, o que se nota é uma clara preferência em destacar questões relacionadas ao Acesso ao Ensino Superior (1,22%) em comparação à Educação Profissionalizante (0,35%). Tal tendência acaba por contrariar a própria realidade do continente – em termos orçamentários, para promover a expansão da oferta de vagas nas universidades, a fim de atender ao atual déficit educacional, seria necessário um custo expressivamente maior do que o exigido para garantir a ampliação de vagas em cursos tecnológicos e profissionalizantes. Além disso, no caso da América Latina o fato de ter um curso superior nem sempre garante maior empregabilidade nas atividades ora predominantes na região, como o Setor Primário. Tais questões, no entanto, ainda são pouco investigadas pelos jornalistas.

Outro dado interessante: quando os jornais abordam um nível específico do sistema educacional, tendem a privilegiar os Ensinos Médio e Fundamental. Somente nos diários da Bolívia, Guatemala, Nicarágua e Venezuela há diferenças significativas na cobertura de alguns desses níveis. Já o Equador, apresenta índices expressivamente maiores em relação ao número de textos publicados tanto sobre o nível Médio (7,65%) quanto sobre o Fundamental (7,58%). A mídia equatoriana foi também a que registrou o maior volume de

TEMAS DE EDUCAÇÃO

(% por país, sobre o total de notícias sobre Infância e Adolescência em 2005)

Temas	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissionalizante	Acesso ao Ensino Superior	Vários níveis de ensino	Educação de Jovens	Analfabetismo	Outros	Educação (total)
Argentina	0,39%	0,91%	2,90%	0,03%	0,55%	13,83%	0,02%	0,06%	0,43%	19,11%
Bolívia	0,34%	0,35%	1,08%	0,23%	2,37%	18,51%	0,02%	0,29%	2,60%	25,80%
Brasil	0,60%	1,42%	1,29%	0,69%	5,19%	10,97%	0,42%	0,30%	3,22%	24,10%
Colômbia	0,35%	0,26%	0,57%	0,12%	0,69%	16,43%	0,01%	0,03%	1,14%	19,61%
Costa Rica	0,23%	2,33%	3,70%	0,29%	0,65%	11,05%	0,09%	0,04%	0,52%	18,91%
Equador	1,91%	7,58%	7,65%	0,11%	0,10%	11,29%	0,01%	0,26%	4,28%	33,18%
Guatemala	0,52%	2,10%	0,55%	1,28%	0,65%	17,39%	0,08%	0,23%	1,11%	23,90%
Nicarágua	0,76%	0,82%	0,67%	0,24%	0,18%	9,44%	0,02%	0,98%	5,48%	18,59%
Paraguai	0,28%	2,22%	3,01%	0,28%	0,47%	12,61%	0,18%	0,07%	0,51%	19,63%
Venezuela	0,95%	0,66%	1,26%	0,19%	1,30%	16,23%	0,09%	0,49%	0,48%	21,65%
América Latina	0,63%	1,87%	2,27%	0,35%	1,22%	13,77%	0,09%	0,28%	1,98%	22,45%



Mila Petrillo

conteúdo veiculado sobre Educação Infantil (1,91%), tema que de maneira geral foi relegado ao segundo plano pelos jornalistas latino-americanos.

Esta é uma séria lacuna no trabalho da imprensa. Especialmente, porque os especialistas são unânimes ao afirmar que a fase da vida que vai dos zero aos 6 anos é decisiva para o desenvolvimento do indivíduo. Além disso, conforme aponta um estudo realizado no Brasil pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “as intervenções no desenvolvimento da primeira infância permitem que as crianças pobres entrem na escola com uma base de desenvolvimento em equilíbrio com a de seus colegas mais ricos, quebrando assim o ciclo presente de transferência de pobreza entre as gerações” (veja mais sobre essa faixa etária no capítulo “Múltiplas Vozes e Contextos”, na página 29).

A EDUCAÇÃO NA CONVENÇÃO

Artigo 29

1. Os Estados Partes acordam que a educação da criança deve destinar-se a:
 - a) Promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicos na medida das suas potencialidades;
 - b) Inculcar na criança o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais e dos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.
 - c) Inculcar na criança o respeito pelos pais, pela sua identidade cultural, língua e valores, pelos valores nacionais do país em que vive, do país de origem e pelas civilizações diferentes da sua;
 - d) Preparar a criança para assumir as responsabilidades da vida numa sociedade livre, num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre os sexos e de amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e com pessoas de origem indígena;
 - e) Promover o respeito da criança pelo meio ambiente. (...)

Fonte: Convenção sobre os Direitos da Criança

Acesso precário

De acordo com os dados do informe Educação para Todos na América Latina: Um objetivo a nosso alcance, produzido pela Unesco, em 2003 existiam 28 milhões de crianças na América Latina em idade para freqüentar a Educação Infantil. Desse total, 14 milhões estavam matriculadas no sistema formal de educação. Ainda que a taxa média de matrículas da região seja de 48%, os países apresentam diferentes condições políticas, econômicas, culturais ou sociais – o que lhes permitem outorgar maior ou menor importância política e financeira ao público da faixa etária menor de 6 anos.

Investindo em soluções

Segundo o estudo *Investir melhor para investir mais – Financiamento e gestão da educação na América Latina e Caribe*, apresentado em 2004 pela Unesco e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), os países da região precisariam de recursos na ordem de US\$ 64,6 bilhões para resolver até 2015 os problemas relativos à Educação Infantil.

Distante da Universalização

Na maioria dos países latino-americanos, a proporção da população entre 15 e 24 anos que apresenta dez ou mais anos de escolaridade é inferior a 70%. Segundo os dados da Cepal divulgados no relatório *Educação para Todos na América Latina: Um objetivo a nosso alcance*, publicado pela Unesco, dentre os 18 países que dispõem dessa informação, o Chile é aquele em melhores condições (63%). Na Nicarágua, em Honduras e na Guatemala, menos de 20% da população nessa faixa etária atinge os dez anos de escolaridade.



Mila Petrillo

UMA QUESTÃO DE CONTEXTUALIZAÇÃO

As análises de mídia conduzidas pela ANDI no Brasil desde 1996 mostram que, historicamente, o material publicado sobre Educação, além de contar com o maior volume de textos em relação a outros temas, contribui para agregar melhor nível de qualidade à cobertura sobre crianças e adolescentes de maneira geral.

Mesmo que não seja uma regra absoluta, os dados brasileiros revelam a maior presença, na cobertura sobre questões educacionais, de reportagens construídas a partir de uma abordagem mais qualificada – levando em conta aspectos como menção às políticas públicas, diversidade de fontes de informação e enfoque nas questões de gênero e etnia.

No caso de outros países da América Latina, no entanto, os resultados algumas vezes contrariam essa tendência. Quando o critério qualitativo consiste na discussão de políticas públicas educacionais, por exemplo, a mídia paraguaia lidera com uma ampla vantagem sobre as demais nações – 34,17%, contra a média de 11,13% para a região. Equador, Nicarágua, Venezuela e Argentina, por sua vez, oscilam entre 1,7% e 3,84%.

Como se pode ver pelos percentuais apresentados na tabela da página ao lado, o material publicado sobre Educação não agrega, necessariamente, um maior nível de contextualização à cobertura geral sobre o universo infanto-juvenil. No que diz respeito à utilização do marco legal – Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança, Legislação em Geral do país e Legislação Nacional especificamente voltada para crianças e adolescentes – os índices encontrados nos textos sobre a área educacional não são melhores do que os identificados no conjunto maior de notícias sobre infância e adolescência.

O mesmo ocorre para a menção de dados estatísticos, importante fator de contextualização dos textos. De maneira geral, a atenção editorial dispensada à Educação carece – ainda mais do que a cobertura em geral sobre crianças e adolescentes – de elementos que permitam formar uma visão ampla acerca da realidade dos países. Diante da ausência de tais elementos qualificadores, os decisores públicos, que também compõem o público de leitores dos jornais, dificilmente poderão ser sensibilizados, pressionados ou instigados a formular políticas mais eficazes para o setor.

Esta tendência, entretanto, não se aplica a alguns países. Na Colômbia, no Brasil, na Venezuela, na Nicarágua e na Bolívia, por exemplo, a menção ao marco legal é superior à média observada para as dez nações. No que diz respeito à legislação específica sobre a infância e a adolescência, a Venezuela e o Paraguai também se destacam. Já quando avaliamos a presença de estatísticas e indicadores educacionais, os veículos brasileiros, nicaraguenses, costarriquenhos, colombianos e argentinos apresentaram melhores índices.

Perfil investigativo

Quando analisamos o perfil investigativo do material publicado em 2005 sobre Educação, fica claro que o tema congrega o maior número de textos com uma perspectiva propositiva para as questões em debate. Na maioria dos países, aproximadamente 20% das notícias analisadas trazem a ótica de busca de soluções, apontando possíveis caminhos para resolver os problemas educacionais em pauta. Esse foi um quadro dominante, salvo nos casos da Argentina, Bolívia e Guatemala.

EDUCAÇÃO: LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTATÍSTICAS

(% por país, sobre o total de notícias acerca de Educação, com foco em Infância e Adolescência em 2005)*

País	Menciona a Convenção sobre os Direitos da Criança	Menciona Legislação Específica sobre Infância e Adolescência	Menciona Legislação em Geral	Discute Políticas Públicas relacionadas	Menciona Dados, Indicadores Sociais ou Estatísticas
Argentina	0,24%	0,11%	2,14%	3,84%	3,84%
Bolívia	0,09%	0,17%	3,56%	9,57%	2,88%
Brasil	0,00%	0,21%	6,24%	26,44%	11,36%
Colômbia	0,00%	0,06%	6,75%	19,49%	5,04%
Costa Rica	0,05%	0,05%	1,55%	6,41%	5,27%
Equador	0,02%	0,20%	0,91%	1,70%	0,77%
Guatemala	0,00%	0,07%	1,06%	4,55%	3,30%
Nicarágua	0,24%	0,12%	4,07%	2,16%	5,75%
Paraguai	0,00%	0,40%	2,83%	34,17%	1,32%
Venezuela	0,00%	0,66%	4,13%	3,01%	0,93%
América Latina	0,06%	0,20%	3,32%	11,13%	4,05%
América Latina (cobertura geral sobre Infância e Adolescência)	0,24%	0,91%	2,54%	5,05%	4,05%

*As variáveis permitem marcação múltipla

Avanços...

A implementação de novas leis no campo educacional e o aumento de recursos destinados à área contribuíram para que o Ensino Fundamental tenha uma situação vantajosa em termos de acesso e matrícula, aponta o documento Educação para Todos na América Latina: Um objetivo a nosso alcance, da Unesco. De acordo com o estudo, em 2003 quase todos os países da América Latina já haviam superado a barreira dos 90% de acesso a esse nível de ensino – ou estavam muito próximos de alcançá-lo.

... e Desafios

No estudo Investir melhor para investir mais – Financiamento e gestão da educação na América Latina e Caribe, apresentado em 2004, a Unesco e a Cepal apontam que cerca de 90 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade não concluíram o Ensino Fundamental na região. Segundo o levantamento, para assegurar integralmente os estudos dos adolescentes latino-americanos nessa fase escolar, seriam necessários US\$ 21,5 bilhões de investimentos.

Uma meta viável

De acordo com a pesquisa Investir melhor para investir mais – Financiamento e gestão da educação na América Latina e Caribe, para que 75% dos jovens latino-americanos pudessem ser incluídos no Ensino Médio seria necessário investir, pelo menos, US\$ 59,3 bilhões.



Modelo participativo
“Historicamente, os meios tratam a Educação como

gasto social e não como investimento que promove o desenvolvimento e a capacidade das pessoas. Esta lógica com que se concebem as notícias reflete a posição que as redações têm sobre estes pilares. Eles são vistos como algo que guarda relação apenas com o exercício das pessoas irem à aula, onde ocupam um papel receptivo – ou seja, não se valoriza a possibilidade de uma atitude interativa das crianças na escola, considerando que elas podem colaborar nesse processo, tendo um papel mais ativo. A Educação ainda não obteve o reconhecimento dos meios e da sociedade como um direito humano fundamental e como um eixo transversal, que cruza não apenas a educação formal mas também a não formal.”

Luisa Molina Arguello

Integrante do Conselho de Coordenação da Federação Coordenadora Nicaragüense de ONGs que trabalham com Infância e Adolescência (Codeni)

Na imprensa argentina e na boliviana, os dados apontam para um desempenho bem abaixo da média geral. Na Bolívia essa proporção se limita a um décimo. Na Argentina, temos o caso mais crítico: menos de 2% dos textos apresentam soluções para as questões relatadas.

Já os diários da Guatemala diferenciam-se por outra razão: a proporção de notícias propositivas colocou-se bem acima da média – cerca de um terço dos textos sobre Educação trouxeram soluções para as situações de violação de direitos de crianças e adolescentes nessa área.

No que diz respeito a Denúncias, a Argentina novamente coloca-se em último lugar. Os meios de comunicação impressos do Paraguai e Venezuela, ao contrário, dedicam maior espaço a este tipo de texto – ou seja, problemas relacionados ao setor educacional são vistos nesses países também como uma violação de direitos. Temos aqui, portanto, um aspecto positivo da cobertura, já que os jornalistas tendem freqüentemente a restringir o foco das notícias classificadas pela Rede ANDI como Denúncias para casos nos quais as crianças e adolescentes são vítimas de atos violentos.

Foco nas especificidades

A análise realizada pelas agências da Rede ANDI América Latina monitora o tratamento editorial dispensado pelos jornais a alguns aspectos específicos relacionados à Educação. O primeiro conjunto de itens analisados envolve três elementos – Acesso à Educação e Evasão Escolar; Qualidade do Ensino; e Formação Docente – constantemente presentes em informes mundiais, como os relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e os relatórios de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

EDUCAÇÃO: ÓTICA INVESTIGATIVA

(% por país, sobre o total de notícias acerca de Educação, com foco em Infância e Adolescência em 2005)*

País	Notícias que discutem Soluções	Notícias que apresentam Denúncias
Argentina	1,45%	0,73%
Bolívia	9,06%	5,80%
Brasil	17,09%	2,26%
Colômbia	18,14%	12,05%
Costa Rica	22,43%	11,78%
Equador	19,19%	9,90%
Guatemala	29,44%	13,00%
Nicarágua	16,17%	5,87%
Paraguai	22,38%	16,23%
Venezuela	22,22%	15,49%
América Latina	17,76%	9,31%
América Latina (cobertura geral sobre Infância e Adolescência)	13,00%	8,03%

* As variáveis permitem marcação múltipla

Não há um padrão na cobertura dos jornais focalizados na presente pesquisa, quando analisamos esses aspectos específicos. Apesar das muitas questões em comum na realidade educacional dos países latino-americanos, existem também diferenças que refletem na cobertura jornalística. Especialmente na Colômbia e na Bolívia, e mesmo na Costa Rica e Nicarágua, Acesso à Educação e Evasão Escolar são alvos de boa parte do material publicado sobre Educação, tendo sido abordados com muito maior frequência que a Formação de Educadores. Na média geral, no entanto, o debate sobre a Qualidade do Ensino é que ganhou maior destaque nas páginas dos jornais latino-americanos.

Em alguns países, as notícias que tratam de questões relacionadas à qualidade da educação alcançam patamares razoavelmente elevados. Na Guatemala e na Nicarágua, por exemplo, mais de 20% da cobertura sobre o assunto se volta para esse aspecto – e na Colômbia, essa proporção extrapola um terço. Tais países apresentam também uma grande proporção de notícias propositivas, o que sugere a possibilidade de uma abordagem mais consistente da qualidade do ensino.

Já na Argentina, Brasil, Costa Rica, Equador e Venezuela o interesse pelos três indicadores pesquisados ficou abaixo da média latino-americana. Uma possível justificativa para a pouca atenção dos jornalistas sobre tais questões poderia estar relacionada aos indicadores educacionais desses países. Em certa medida, aos olhos da imprensa essa seria uma questão relativamente equacionada pelas políticas educacionais. De fato, segundo o relatório *Situação Mundial da Infância 2006*, do Unicef, a taxa líquida de matrícula e frequência à escola nessas quatro nações está entre 94% e 100%. Já em relação ao aspecto da qualidade, a imprensa não pode utilizar o mesmo argumento: em praticamente todos os países da região a situação segue deixando muito a desejar – na verdade, surge como um dos grandes empecilhos para a aceleração do processo de desenvolvimento latino-americano.

Outros fatores

O acompanhamento de aspectos específicos relacionados ao universo educacional também envolveu a análise de outras questões fundamentais para ga-

De olho na evasão

Dados do informe Educação para Todos na América Latina: Um objetivo a nosso alcance, da Unesco, deixam claras as fortes desigualdades internas existentes no continente em relação aos indicadores de Educação. Segundo o estudo, as taxas de evasão escolar no Ensino Médio na região oscilam entre 16,8% (Chile) e 66% (Guatemala).

QUESTÕES EDUCATIVAS RELEVANTES PARA AMÉRICA LATINA

(% por país, sobre o total de notícias acerca de Educação, com foco em Infância e Adolescência em 2005)*

País	Acesso à Educação e Evasão Escolar	Qualidade do Ensino	Formação de Educadores
Argentina	4,10%	5,21%	1,85%
Bolívia	11,12%	16,36%	6,66%
Brasil	3,20%	7,52%	2,73%
Colômbia	31,44%	33,53%	7,31%
Costa Rica	8,27%	7,70%	1,81%
Equador	1,57%	7,71%	4,49%
Guatemala	10,63%	20,46%	9,24%
Nicarágua	7,78%	22,51%	4,91%
Paraguai	4,93%	9,36%	6,59%
Venezuela	4,35%	10,07%	2,83%
América Latina	8,74%	14,04%	4,84%

*As variáveis permitem marcação múltipla

Dificuldades em permanecer na escola

O informe Educação para Todos na América Latina: Um objetivo a nosso alcance aponta como um dos desafios da região na área educacional a permanência dos jovens no sistema formal de educação e a finalização dos seus estudos. Os dados reunidos pelo documento revelam que, em quatro países (Brasil, Honduras, El Salvador e Nicarágua), quase um em cada três jovens de 15 a 24 anos têm menos de seis anos de educação escolar. Na Guatemala, essa é a realidade de quase 50% dos jovens. De acordo com o estudo, a baixa escolaridade registrada nessa faixa etária é ainda mais acentuada nas zonas rurais. Em sete dos 19 países pesquisados, nessas áreas os índices oscilam entre 45,5% e 67,3%.

garantir a presença do aluno na escola, assim como para a qualidade do ensino e a atualização de professores: os insumos para a Educação. Esta leitura engloba os seguintes elementos: orçamento; reivindicações, contratações e remuneração de professores; infra-estrutura escolar; material didático; e alimentação dos alunos.

Tais aspectos foram abordados de maneira expressiva pela imprensa latino-americana. Isso fica ainda mais evidente quando comparamos a presença desses cinco indicadores aos outros itens de contextualização analisados – como menção à políticas públicas, a estatísticas e ao marco legal. Entretanto, ainda que revele índices mais significativos, há muito para se avançar na cobertura: na média, 11 notícias a cada 100 publicadas sobre Educação preocupam-se em focalizar o mais mencionado desses elementos (infra-estrutura).

Neste grupo estão reunidos aspectos como construção e reformas de prédios escolares, compra de mesas e cadeiras, quadros e materiais que constituem a estrutura física necessária aos espaços educacionais. Em todos os países, essa questão é abordada pelo menos em 8% das notícias. Na Guatemala, Venezuela e Colômbia os números são bem maiores: 16,50%, 14,03% e 13,82%, respectivamente.

As imprensas da Nicarágua, da Bolívia e da Colômbia concederam uma atenção especial em 2005 ao Orçamento Público do setor educacional (26,47%, 15,24% e 13,08%, respectivamente). No Equador, esse percentual também é razoável, em relação aos demais: 9,31%. Nas outras seis nações, entretanto, questões orçamentárias são pouco abordadas: neles, a média é de 5,26%, sendo que o Brasil é o maior responsável por esse resultado. No país, somente 1,96% das notícias sobre Educação fez menção a verbas destinadas às políticas educativas. ❖

MENÇÃO A INSUMOS NA COBERTURA DE EDUCAÇÃO

(% por país, sobre o total de notícias acerca de Educação, com foco em Infância e Adolescência em 2005)*

País	Orçamento Público	Greves / Reivindicações / Contratações de Educadores	Infra-estrutura	Material Didático	Merenda Escolar
Argentina	6,55%	15,20%	11,75%	3,75%	1,02%
Bolívia	15,24%	13,44%	9,57%	5,71%	6,48%
Brasil	1,96%	8,50%	9,82%	4,36%	4,31%
Colômbia	13,08%	2,52%	13,82%	11,37%	4,60%
Costa Rica	5,01%	5,43%	8,79%	5,22%	2,02%
Equador	9,31%	1,92%	9,73%	5,11%	0,80%
Guatemala	6,14%	8,38%	16,50%	7,52%	4,22%
Nicarágua	26,47%	15,21%	8,02%	8,02%	3,83%
Paraguai	6,65%	8,62%	12,59%	9,94%	4,53%
Venezuela	2,91%	2,87%	14,03%	3,84%	1,86%
América Latina	9,33%	8,21%	11,46%	6,48%	3,37%

*As variáveis permitem marcação múltipla



Juan Antonio Sánchez Ocampo

4) **Violência:** uma cobertura com muitos limites e desafios

No dia 21 de outubro de 2006, a Assembleia Geral da ONU foi apresentada aos resultados e recomendações do Estudo Mundial sobre a Violência contra Crianças e Adolescentes, primeiro documento abrangente da organização com foco em um fenômeno que atinge diariamente milhões de meninas e meninos em todo o mundo. Uma pesquisa exclusiva elaborada pela ANDI e pela Rede ANDI América Latina demonstra, por outro lado, que a imprensa da região ainda encontra graves limites em desenvolver uma cobertura que contribua de forma efetiva para o enfrentamento do problema.

A pesquisa da ONU foi solicitada a seu Secretário Geral em 2001, pelo Comitê dos Direitos da Criança. O trabalho começou a ser realizado dois anos depois, sob a coordenação do brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, doutor em Ciência Política e diretor do Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo.

A relevância do documento não pode ser menosprezada. A partir de sua apresentação à Assembleia Geral da organização, quase 200 países passam a ter que responder concretamente ao desafio de desenvolver e aprimorar políticas públicas capazes de contrapor-se às alarmantes dimensões que o fenômeno vem tomando. Nesse sentido, impõem-se como responsabilidades inequívocas dos órgãos de imprensa tanto garantir visibilidade a uma discussão plural em torno dos diagnósticos contidos no estudo quanto operar um acompanhamento detalhado das respostas oferecidas pelos governos e pela sociedade em geral a esta dramática situação.

Foi precisamente este contexto que motivou ANDI, Rede ANDI América Latina, Save The Children Suécia e Save The Children Noruega a articularem uma parceria com foco no fortalecimento do debate público sobre os principais aspectos denunciados pelo *Estudo Mundial sobre a Violência contra Crianças e Adolescentes*.

O projeto incluiu a realização de três seminários sub-regionais, envolvendo jornalistas e atores sociais de 16 países do continente. Para subsidiar as discussões, foi elaborada uma análise exclusiva da produção jornalística da região sobre os sete tipos de violência definidos como prioritários no estudo mundial. Intitulada *A Cobertura da Violência contra Crianças e Adolescentes na Imprensa Latino-americana*, esta pesquisa pode ser acessada, para *download* no site da ANDI (www.andi.org.br). Além disso, os encontros utilizaram como material de apoio documento contendo o resumo do Informe Regional sobre a temática, desenvolvido pela Secretaria Regional das Nações Unidas para a América Latina, Cuba e República Dominicana no Caribe.

Para o estudo conduzido pela ANDI e Rede ANDI, foram monitoradas as edições de 113 jornais ao longo de 2005, em nove países latino-americanos. No presente capítulo, foi incorporada adicionalmente a análise da cobertura de nove diários da Colômbia e retirado um veículo do Equador – totalizando assim 121 jornais avaliados. A elaboração da pesquisa exigiu que o Núcleo de Monitoramento e Estatística da ANDI realizasse algumas adaptações à metodologia utilizada cotidianamente para o acompanhamento da abordagem que a imprensa da região oferece a assuntos relativos à infância e à adolescência. Mais informações de cunho metodológico podem ser encontradas em quadro publicado na página ao lado.

Os dados e análises apresentados nas próximas páginas trazem informações relevantes para a compreensão de qual tem sido o tratamento editorial dispensado pela imprensa da América Latina ao tema violência contra crianças e adolescentes – problema que, além de ser uma ameaça à vida, é hoje um grave empecilho para o desenvolvimento humano, social e econômico da região.

Um panorama quantitativo

A partir das estatísticas agregadas para os sete temas definidos pelo estudo da ONU, percebe-se que a violência está, sem dúvida, na agenda dos jornais latino-americanos. Em 2005, nos 121 periódicos monitorados para dez países, foram encontrados 20.623 textos.

O volume corresponde a **8,69%** do total de notícias sobre Infância e Adolescência. A atenção que cada um dos assuntos recebe é, no entanto, bastante desigual. Dois deles – Abuso e Exploração Sexual; Violência nas Ruas e nas Comunidades – respondem por cerca de 72% da cobertura. Violência Doméstica, Violência Institucional e Violência relacionada ao HIV/ Aids, por outro lado, ainda são assuntos muito pouco presentes nas páginas dos veículos. Um nível razoável de atenção é dedicado à Violência em Escolas e Ambientes Educativos e à Exploração do Trabalho Infantil.

A análise sobre a qualidade das informações publicadas no noticiário também revela um quadro bastante heterogêneo. A boa notícia é que as coberturas de Abuso e Exploração Sexual e, principalmente, de Exploração do Trabalho Infantil – assuntos que representam nada menos que 49,98% do material pesquisado – já apresentam alguns índices razoáveis em termos de contextualização. Embora não represente ainda a maioria do conteúdo editorial, uma boa parcela desses textos atende claramente à proposta de um jornalismo mais preocupado em formar nos leitores uma opinião crítica

Esse percentual foi obtido considerando-se os textos que atendiam aos critérios definidos pela ONU para seu estudo global sobre a violência contra crianças e adolescentes. Se aplicarmos os dados gerados a partir da metodologia usualmente utilizada pela Rede ANDI América Latina, veremos que o percentual sobe para 13,72% (esclarecimentos sobre as diferenças metodológicas estão no quadro da página ao lado).

Infeliz tendência
 “As redações, do repórter ao editor-chefe, têm uma infeliz tendência ao exercício da desculpa esfarrapada. Falta sempre alguma coisa para que o trabalho saia do jeito que deveria sair. O jornalismo político e econômico do Brasil é dos melhores do mundo porque houve uma pressão em favor do aperfeiçoamento, da qualificação de fontes e de profissionais. Nos outros temas, como os relativos à infância, impera a lei do rodízio de profissionais, da boa-vontade, do “simpatismo” (ou não) com a causa. E prevalece a lei do menor esforço. Falta às redações darem à violência e aos demais temas sociais a importância que dão à política, à economia e aos esportes.”

Rui Nogueira

Chefe de reportagem da sucursal de Brasília do jornal O Estado de S. Paulo (Brasil)

Nesse cenário, entretanto, é importante avançar com precaução. Conforme já começamos a ver nos parágrafos anteriores – e ao longo das próximas páginas observaremos ainda com maior detalhamento –, em relação à cobertura de Violência se aplica, mais do que a qualquer outra temática referente aos direitos da infância e da adolescência, a máxima de que quantidade não significa qualidade. Isso resulta de uma grande maioria de notícias cujo enfoque central está em atos violentos, que são retratados sem qualquer contextualização e sem debate de soluções. A consequência é que tal abordagem, ao contrário de informar, tende simplesmente a reforçar, junto à população, a percepção de que vivemos em uma sociedade ameaçada, na qual as questões de cunho sócio-econômico não guardam relação direta com o fenômeno da Violência.

Vale exemplificar: uma das constatações mais alarmantes reveladas pelo presente levantamento foi o uso disseminado de termos pejorativos e ultrajantes para se referir a crianças e adolescentes. Mais de 30% dos textos sobre Violência monitorados segundo a metodologia da Rede ANDI mencionam expressões como “menores”, “delinquentes”, “bandidos” e “aidéticos”, sendo que o país com o melhor desempenho – ou seja, que menos utilizou esses termos – foi o Brasil. Mesmo assim, cerca de 10% das notícias publicadas pela imprensa brasileira sobre Violência abusam de palavras que revelam preconceito contra o público infanto-juvenil.

Em todo o continente, o termo mais corriqueiro, dentre os muitos presentes na cobertura, é “menor”. Em sua faceta mais perversa, seu uso termina contribuindo para realçar a fronteira da desigualdade social, definindo dois universos: o das crianças e dos “menores” – este último, é claro, abrangendo os filhos das famílias de camadas economicamente mais desfavorecidas.

Polícia demais e política de menos

O dado que melhor retrata os limites que cercam a construção das notícias sobre Violência é o elevado percentual de textos que não abordam nenhum dos elementos centrais para o processo de contextualização da informação. Das 20.623 matérias sobre Violência identificadas pela Rede ANDI a partir dos conceitos definidos pelo estudo da ONU, 74,71% não mencionam estatísticas, legislações, políticas públicas ou soluções para superar o problema.

Uma das possíveis causas para as limitações reveladas pelos textos jornalísticos analisados é o reduzido número de fontes de informação consultadas para a construção das reportagens. A média de vozes citadas, por texto publicado, é de 1,5. Ao pesquisar quem são os principais atores ouvidos pelas redações latino-americanas, percebe-se que o jornalismo padece de uma dependência excessiva dos órgãos policiais e/ou responsáveis pela investigação de crimes. Em países como o Brasil, a Venezuela e a Bolívia, cerca de um terço das notícias consultam fontes que trabalham em instituições de segurança interna. Nos demais, esse número varia de 11,79% (Equador) a 27,54% (Paraguai).

Uma cobertura com tais características representa sério risco de fortalecer no imaginário social a impressão de que a violência que envolve adolescentes e jovens – seja no papel de vítimas, seja no de agentes – é um típico “caso de polícia”. Isto quando, segundo inúmeras pesquisas, dentre as quais destaca-se agora o relatório global das Nações Unidas, comprovadamente trata-se de uma questão de garantia de direitos humanos, justiça social e desenvolvimento inclusivo.



Álvaro López

JUVENTUDE, DELITOS E DISCRIMINAÇÃO NA COBERTURA JORNALÍSTICA

Gabriel Kessler é sociólogo e pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet), da Argentina. Em 2002 publicou os livros Violencias, delitos y justicias en la Argentina e, em co-autoria, Sociedad y sociabilidad en la Argentina de los '90.

Segundo dados da agência Periodismo Social, que integra a Rede ANDI América Latina, a Violência é o tema mais abordado pelos jornais argentinos quando se referem a crianças e adolescentes. Na sua opinião, por que isso ocorre?

A agenda de preocupações sociais foi ampliada. Existem temas que estiveram durante anos na agenda privada, como violência doméstica, e que passam cada vez mais à agenda pública. Há ainda fenômenos que ocorrem mais do que antes, como acidentes de trânsito, muitos dos quais protagonizados por jovens. Além disso, na Argentina, desde os anos 1990 todos os grupos de idade mantiveram-se estáveis na sua participação em mortes violentas, mas os jovens do sexo masculino apresentaram um aumento.

Por que os meios se concentram na relação dos jovens com o delito?

Este é um aspecto complicado, porque há um olhar social muito forte sobre os jovens em relação a isto. Embora o peso absoluto ainda seja maior nos adultos, existem certos tipos de delitos – mais amadores, informais ou ocasionais – nos quais se tem uma maior concentração de jovens. A pergunta é: onde os meios colocam o foco a respeito do delito? É comum em qualquer país que os delitos de rua sejam protagonizados por jovens. E o problema é que a agenda da segurança fica colocada aí.

A sociedade nutre o estigma de que os jovens são “elementos perigosos”?

Depende do ator. Ele existe claramente na polícia que mata o jovem violento. É o seu alvo e não gera horror em uma parte significativa da sociedade. Até diria que em algumas partes provoca uma legitimidade passiva, para que a polícia mate alguém considerado “indesejado”. Não é visto como algo que atente contra os direitos humanos. Não pela maioria das pessoas, lamentavelmente.

Nesse contexto, qual seria o papel dos meios de comunicação?

Os meios têm uma escassa reflexão sobre o lugar importante que possuem, sobre como podem gerar um clima de temor na sociedade. Não diria que a maneira bastante irresponsável com a qual os meios tratam o tema do delito juvenil seja a causa da maior punição pela polícia. Mas me parece que a imprensa parte de hipóteses totalmente desmentidas por estudos científicos, que de algum modo dão suporte para essa legitimidade. Partem muito da idéia de jovens perdidos, que se drogam, que não trabalham, que estão em uma carreira de delitos e isso pode legitimar – ainda que não apareça explicitamente no discurso jornalístico – a percepção de que esse jovem deve ser afastado.

Como os meios podem qualificar sua contribuição?

Um exemplo é que na imprensa da Argentina já existe uma valorização da educação como aspecto importante. Há vários especialistas e jornalistas da área de Educação nos veículos. O delito, em compensação, é coberto em geral pela seção policial, cujo contato mais forte é com a Polícia, não com especialistas – que também são poucos quando o tema a ser tratado é o dos delitos. Às vezes, há artigos de opinião, que ocupam outra seção do jornal, mas não é como em Educação, em que os jornalistas têm muito contato com pesquisadores e especialistas.



Álvaro López

JUVENTUDE, DELITOS E DISCRIMINAÇÃO NA COBERTURA JORNALÍSTICA

Gabriel Kessler é sociólogo e pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet), da Argentina. Em 2002 publicou os livros Violencias, delitos y justicias en la Argentina e, em co-autoria, Sociedad y sociabilidad en la Argentina de los '90.

Segundo dados da agência Periodismo Social, que integra a Rede ANDI América Latina, a Violência é o tema mais abordado pelos jornais argentinos quando se referem a crianças e adolescentes. Na sua opinião, por que isso ocorre?

A agenda de preocupações sociais foi ampliada. Existem temas que estiveram durante anos na agenda privada, como violência doméstica, e que passam cada vez mais à agenda pública. Há ainda fenômenos que ocorrem mais do que antes, como acidentes de trânsito, muitos dos quais protagonizados por jovens. Além disso, na Argentina, desde os anos 1990 todos os grupos de idade mantiveram-se estáveis na sua participação em mortes violentas, mas os jovens do sexo masculino apresentaram um aumento.

Por que os meios se concentram na relação dos jovens com o delito?

Este é um aspecto complicado, porque há um olhar social muito forte sobre os jovens em relação a isto. Embora o peso absoluto ainda seja maior nos adultos, existem certos tipos de delitos – mais amadores, informais ou ocasionais – nos quais se tem uma maior concentração de jovens. A pergunta é: onde os meios colocam o foco a respeito do delito? É comum em qualquer país que os delitos de rua sejam protagonizados por jovens. E o problema é que a agenda da segurança fica colocada aí.

A sociedade nutre o estigma de que os jovens são “elementos perigosos”?

Depende do ator. Ele existe claramente na polícia que mata o jovem violento. É o seu alvo e não gera horror em uma parte significativa da sociedade. Até diria que em algumas partes provoca uma legitimidade passiva, para que a polícia mate alguém considerado “indesejado”. Não é visto como algo que atente contra os direitos humanos. Não na maioria das pessoas, lamentavelmente.

Nesse contexto, qual seria o papel dos meios de comunicação?

Os meios têm uma escassa reflexão sobre o lugar importante que possuem, sobre como podem gerar um clima de temor na sociedade. Não diria que a maneira bastante irresponsável com a qual os meios tratam o tema do delito juvenil seja a causa da maior punição pela polícia. Mas me parece que a imprensa parte de hipóteses, totalmente desmentidas por estudos científicos, que de algum modo dão suporte para essa legitimidade. Partem muito da idéia de jovens perdidos, que se drogam, que não trabalham, que estão em uma carreira de delitos e isso pode legitimar – ainda que não apareça explicitamente no discurso jornalístico – a percepção de que esse jovem deve ser afastado.

Como os meios podem qualificar sua contribuição?

Um exemplo é que na imprensa da Argentina já existe uma valorização da educação como aspecto importante. Há vários especialistas e jornalistas da área de Educação nos veículos. O delito, em compensação, é coberto em geral pela seção policial, cujo contato mais forte é com a Polícia, não com especialistas – que também são poucos quando o tema a ser tratado é o dos delitos. Às vezes, há artigos de opinião, que ocupam outra seção do jornal, mas não é como em Educação, em que os jornalistas têm muito contato com pesquisadores e especialistas.

A COBERTURA SOBRE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

(Total de notícias por país sobre Violência, segundo os critérios da ONU e com foco na Infância e Adolescência em 2005)

País	Nº total de notícias sobre Infância e Adolescência analisadas (A)	Total de veículos analisados	Média de notícias por veículo	Nº de notícias sobre Violência (B)	Média de notícias sobre Violência por veículo	% de notícias sobre Violência em relação ao total de notícias sobre Infância e Adolescência (B/A)
Argentina	28.615	12	2.385	1.860	155	6,50%
Bolívia	9.036	9	1.004	1.010	112	11,18%
Brasil	116.556*	54	2.158*	12.048*	223*	10,34%
Colômbia	9.572	9	1.064	948	105	9,90%
Costa Rica	10.232	4	2.558	812	203	7,94%
Equador	13.636	10	1.364	840	84	6,16%
Guatemala	6.192	7	885	413	59	6,67%
Nicarágua	4.491	5	898	512	102	11,40%
Paraguai	16.548	5	3.310	1.394	279	8,42%
Venezuela	22.395	6	3.733	786	131	3,51%
América Latina	237.273	121	1.961	20.623	170	8,69%

*Estimativas calculadas com base em amostra de 9.713 notícias sobre Infância e Adolescência, e de 1.004 notícias sobre Violência segundo os critérios da ONU, obtidas a partir do método do Mês Composto (veja na página 13 o quadro "Entenda a Metodologia da Pesquisa")

A COBERTURA DOS 7 TEMAS DO RELATÓRIO DA SECRETARIA GERAL DA ONU SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

(% por país sobre o total de notícias acerca da Violência, segundo os critérios da ONU e com foco na Infância e Adolescência em 2005)

País	Violência Doméstica	Violência em Escolas e Ambientes Educativos	Violência Institucional	Violência nas Ruas e nas Comunidades	Exploração do Trabalho Infantil	Abuso e Exploração Sexual	Violência relacionada ao HIV / Aids
Argentina	1,02%	24,41%	3,87%	43,12%	3,28%	23,92%	0,38%
Bolívia	1,98%	5,15%	0,89%	20,89%	9,11%	39,44%	0,00%
Brasil	2,09%	6,37%	5,38%	35,46%	11,16%	39,48%	0,10%
Colômbia	18,99%	14,56%	1,37%	34,92%	7,81%	22,26%	0,11%
Costa Rica	1,11%	9,61%	0,12%	14,90%	4,43%	69,83%	0,00%
Equador	3,45%	12,02%	4,64%	34,40%	15,95%	29,52%	0,00%
Guatemala	0,97%	7,02%	7,26%	44,79%	11,62%	28,09%	0,24%
Nicarágua	0,59%	3,71%	1,17%	22,07%	9,96%	62,50%	0,00%
Paraguai	6,96%	23,24%	2,51%	4,59%	8,61%	54,02%	0,07%
Venezuela	3,18%	12,60%	12,85%	44,78%	6,62%	19,72%	0,25%
América Latina	4,03%	11,87%	4,01%	29,99%	8,85%	41,13%	0,11%

DIAGNOTISCANDO ESPECIFICIDADES

A segunda parte da pesquisa conduzida pela ANDI, com dados produzidos pelas agências integrantes da Rede ANDI América Latina, concentra-se em analisar o tratamento editorial dedicado a cada um dos sete temas apontados pela ONU como prioritários para uma ampla compreensão da violência que afeta meninos e meninas. Nestas páginas, apresentamos uma breve síntese de questões discutidas ao longo do estudo *A Cobertura da Violência contra Crianças e Adolescentes na Imprensa Latino-americana*.

O desempenho das redações diante de cada um dos temas permite avaliar a cobertura segundo três grupos distintos. No primeiro deles podemos incluir a Violência Doméstica e a Institucional, além daquela associada ao HIV/Aids – todos eles aspectos que receberam pouca atenção da mídia. O segundo agrupa os temas que já contam com uma cobertura mais ampla, mas cuja qualidade deixa a desejar; nele encontramos a Violência que acontece nas Ruas e nas Comunidades e aquela localizada nas Escolas e em Ambientes Educativos. Por fim, há dois assuntos – o do Abuso e Exploração Sexual e o da Exploração do Trabalho Infantil – que apontam para um caminho de maior consistência jornalística, que pode servir de referência para a cobertura das demais questões relacionadas à Violência.



Manuel Ángel Esquivel

HIV/Aids: a pauta inexplorada

A disseminação da Aids potencializa a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, conforme aponta o *Informe da Secretaria Regional para o Estudo da América Latina, Cuba e Caribe*. A epidemia provoca um aumento no número de órfãos que, muitas vezes, enfrentam situações de empobrecimento e carecem de familiares que possam criá-los e educá-los. Há ainda casos mais graves, em que, para sobreviver, meninos e meninas com Aids acabam submetendo-se a tarefas perigosas ou à exploração sexual. Tais situações os expõem a um risco ainda maior de infecção pelo vírus HIV, em um ciclo que passa a retroalimentar-se.

Na América Latina e Caribe, o HIV/Aids afeta atualmente 48 mil meninos e meninas com menos de 15 anos e 735 mil adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos. Diante de um cenário como esse, a imprensa tem um importante papel a cumprir: alertar para a relevância do fenômeno e, ao mesmo tempo, debater soluções para que esses grupos populacionais não tenham seus direitos violados.

Entretanto, o tema está hoje efetivamente fora do dia-a-dia dos jornais da região. Na maioria dos diários analisados pelas agências da Rede ANDI, esse foi um assunto completamente ausente na cobertura. Na média geral, somente 0,11% das notícias sobre Violência publicadas pela mídia impressa latino-americana enfocaram a temática, o que corresponde a um volume inexpressivo de cerca de 25 textos – fato preocupante quando consideramos a grave dimensão do problema na vida de milhares de meninos e meninas latino-americanos.



Maus-tratos
“Ao invés de
diminuírem, os
maus-tratos contra a
infância aumentam. Em geral,
as crianças sofrem caladas
todo tipo de abuso à sua
dignidade e integridade física.
E os adultos que as agrirem
não recebem sequer um sinal
de que seu comportamento
será penalizado ou ao menos
castigado socialmente.”

Ana María Romero
de Campero

*Diretora da Fundação UNIR
 – Bolívia. Foi também repórter,
 diretora do jornal Presencia e
 ministra de Informações do país.*

Abusos dos pais

O estudo *Violence in Latin America and the Caribbean: a framework for action*, produzido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estima que, a cada ano, seis milhões de crianças e adolescentes sofrem abusos graves na região, incluindo situações de abandono. Em 1999, de acordo com o documento, pelo menos 80 mil crianças e adolescentes morreram em consequência de abusos cometidos por pais ou mães.

Proibição ao castigo físico

Segundo o estudo *Pondo fim à Violência Legalizada contra Crianças e Adolescentes - Marco Jurídico Sobre Castigo Corporal na América Latina 2005*, da *Save the Children Suécia*, somente seis deles contam com legislações que proíbem expressamente o castigo corporal nos centros de atendimento de adolescentes em conflito com a lei; cinco proíbem castigos corporais na escola; e nenhum apresenta legislação que proíba explicitamente o castigo corporal na família. De acordo com a pesquisa, existem projetos de lei em curso no Brasil, na Colômbia e na Costa Rica que condenam o castigo físico em todos os âmbitos.

Violência Doméstica: problema invisível

Outra grave forma de violação aos direitos infanto-juvenis, a violência praticada nos lares e no âmbito familiar também encontra pouca repercussão no noticiário latino-americano. Ao longo de 2005, apenas 4,03% dos textos que abordavam a violência contra esses segmentos etários foram dedicados ao debate sobre o assunto. Isso totaliza um volume de 638 notícias, que por sua vez correspondem a mínimos 0,27% do material publicado sobre Infância e Adolescência naquele ano.

Os dados não são animadores e retratam o silêncio que tende a dominar a imprensa do continente quando a pauta é a violência que atinge meninos e meninas dentro de suas casas – seja por meio de maus-tratos físicos, violência emocional ou negligência (de acordo com o que foi explicado anteriormente, a metodologia da Rede ANDI analisa os textos sobre Abuso Sexual conjuntamente com os de Exploração Sexual Comercial). Com exceção do Paraguai e da Colômbia – que apresentam percentuais mais expressivos em relação à temática – uma conclusão se impõe: as redações precisam urgentemente incluir a Violência Doméstica na sua agenda.

É importante destacar, no entanto, que a invisibilidade do tema não se limita à mídia. O próprio *Informe Regional* da ONU reconhece a escassez de informações disponíveis sobre o assunto. De maneira geral, só costumam vazar do espaço familiar para o público os casos extremos, em que castigos ou abusos têm consequências graves, como mortes ou seqüelas irreparáveis. Crianças, adolescentes ou seus familiares, na maior parte das vezes, não apresentam denúncias contra os maus-tratos, que passam despercebidos ou não são encarados como uma violação dos direitos humanos. Até porque predomina em vários países uma certa tolerância social em relação aos castigos físicos.

Fica claro, portanto, que estamos falando de um contexto complexo, cuja abordagem requer um trabalho atento por parte dos jornalistas. Noticiar apenas que bebês, crianças e adolescentes são maltratados, espancados ou mesmo mortos dentro de suas próprias casas é pouco para impedir que eles continuem sendo vitimados. Mais do que isso, é preciso discutir uma diversidade de aspectos, como as causas desse fenômeno, as formas de denúncia existentes, a legislação pertinente e, principalmente, quais são os direitos de meninas e meninos.

Violência nas Escolas: cobertura exige qualificação

A cobertura sobre o universo temático de Educação tem, tradicionalmente, um padrão mais elevado de qualidade. Como vimos em capítulo anterior, as notícias com foco nessa questão são, de maneira geral, as mais numerosas entre os diversos assuntos da agenda da infância e da adolescência e apresentam maiores proporções de menções a políticas públicas. É surpreendente, portanto, que o desempenho das redações diante do tema Violência nas Escolas e nos Ambientes Educativos não supere, na maior parte dos casos, as médias reveladas pela cobertura geral de Violência.

A análise dos dados mostra que os textos enfocaram, como costuma ocorrer com a maioria das notícias sobre o fenômeno, casos individuais. Tal tendência acaba por ir na contramão de uma abordagem mais abrangente do problema, recomendada pelo próprio *Informe Regional* da ONU, que destaca ser esse um fenômeno multifacetado, derivado de diversos fatores no campo social, institucional e comportamental.

Qualificar o tratamento editorial dispensado a essas questões é, portanto, um dos grandes desafios da imprensa latino-americana. Isso fica ainda mais



William Fernando Martinez

evidente quando se percebe que a maior parte das notícias sobre o assunto não traz elementos de contextualização: somente 2,91% discutiram políticas públicas e 4,55% mencionaram fontes estatísticas.

Apesar do desempenho geral bastante insatisfatório, há alguns fatores positivos sobre a cobertura de Violência nas Escolas e nos Ambientes Educativos que devem ser destacados. O número de notícias publicadas sobre o tema, por exemplo, equivale a 11,87% da cobertura geral de Violência, sinal de que as redações já acompanham o assunto de forma mais sistemática.

Chama a atenção também o fato das notícias publicadas sobre essa questão ao longo de 2005 estarem centradas em denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes. Do material analisado, 19,89% trazem essa ótica investigativa – proporção substantivamente maior do que a revelada pela cobertura geral sobre esses segmentos etários. Esse não é um dado trivial, se considerarmos que a preferência por textos que apresentam denúncias pode ser usada a favor de um maior controle social e maior contextualização da cobertura sobre o assunto. Tais resultados positivos revelam que quando os jornalistas não se limitam a descrever um episódio isolado e passam a noticiar as ações e reações do governo, do setor privado e da sociedade civil organizada, há um enorme potencial para revolucionar os padrões editoriais identificados até agora.

Nesse sentido, seria um grande avanço se as notícias conseguissem responder algumas perguntas-chaves: Quais os tipos de violência mais praticados pelos alunos e contra eles? Qual a abrangência da violência nas escolas, sua interferência no desempenho escolar e sua interface com a violência praticada em outros espaços? Quais aspectos são levados em conta pelos formuladores das políticas de segurança nacionais, estaduais, municipais e das próprias escolas? As políticas são adequadas para enfrentar as causas sinalizadas por estudos dessa área? Qual a eficácia das políticas de redução da violência, nas escolas em que já foram implantadas? Existem mecanismos regulares de avaliação das políticas públicas existentes?

Violência em sala de aula

De acordo com o Informe Regional, a Violência nas Escolas e em Ambientes Educativos pode acontecer de diferentes maneiras:

- Violência praticada por autoridades educativas: ocorre quando existe a imposição de castigos físicos ou emocionais ou também o aviltamento dos alunos.
- Violência decorrente do estabelecimento de normas pouco claras e/ou da falta de diálogo entre diretores, famílias e alunos: provoca ações das crianças e adolescentes contra o patrimônio ou o constrangimento de alunos.
- Violência entre as próprias crianças e adolescentes: acontece quando alunos são obrigados a se sujeitar a grupos de mais idade ou mais fortes.

Origens da violência no ambiente escolar

O estudo Violência nas Escolas, realizado pela Unesco em 2002, envolvendo mais de 300 escolas brasileiras, aponta que a violência afeta profundamente o ambiente escolar – reduz o rendimento dos alunos, deteriora as relações e contribui para o abandono ou a expulsão da escola.

Violência nas ruas

De acordo com o Relatório da Secretaria Regional da América Latina, Cuba e República Dominicana no Caribe, a maior parte das vítimas e agressores da região são jovens do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. Segundo o estudo, um dos fenômenos urbanos que chama atenção são as gangues de adolescentes e jovens – especialmente em bairros pobres, focos de violência permanente. O Informe assinala que Colômbia e El Salvador são alguns dos países onde a violência de gangues juvenis se destaca.

Compreendendo o conceito

Segundo o pesquisador Ignacio Cano, no documento Violência contra Crianças e Adolescentes na América Latina, produzido em 2006 para a Rede ANDI América Latina, entende-se por Violência Institucional as diferentes formas de violência praticadas pelas instituições do Estado, seus órgãos e agentes em função da manutenção da lei e da ordem, ou seja, do controle social. Nesse conceito está incluída a violência que acontece nos centros de reclusão de crianças e adolescentes, seja com o propósito de proteção ou por estarem em conflito com a lei penal.

Violência nas Ruas e nas Comunidades: repórteres sem rumo

A Violência nas Ruas e nas Comunidades é, provavelmente, a mais visível para a sociedade, entre os sete grupos apontados pela ONU – isto porque acontece, por definição, nos espaços públicos. Não é surpresa, portanto, que esse tipo de violência apareça entre as que receberam maior atenção, em 2005, dos jornais pesquisados pela Rede ANDI América Latina. No *ranking* quantitativo, só perde para a cobertura de Abuso e Exploração Sexual.

Juntos, os 121 veículos monitorados publicaram 6.740 notícias com foco nessa temática, o equivalente a 29,99% do total de textos que abordou alguma das formas de Violência definidas pela ONU.

Pode-se dizer que a quantidade de notícias veiculada nos jornais reflete a própria amplitude do fenômeno. Quando está em foco a qualidade do conteúdo publicado, entretanto, ficam evidentes as lacunas do trabalho jornalístico. De maneira geral, a cobertura sobre o tema ainda não consegue contribuir efetivamente para que a sociedade discuta as respostas necessárias para enfrentar o problema. É surpreendente, nesse sentido, que o percentual de notícias sobre Violência nas Ruas e nas Comunidades que apresentam soluções seja de apenas 1,27% – quase oito pontos percentuais a menos do que o índice registrado para Violência em geral.

Em nenhum dos demais quesitos de qualidade, a cobertura de Violência nas Ruas e nas Comunidades tampouco consegue superar as tendências encontradas no material publicado sobre Violência em geral. Há um baixíssimo nível de menção às legislações (gerais e relacionadas aos direitos da infância e da adolescência), às políticas públicas e às estatísticas. Quase sempre, os textos ficam restritos a uma descrição factual dos acontecimentos, deixando de oferecer ao leitor uma informação contextualizada, que colabore para um debate público mais qualificado.

Violência Institucional: abordagem equivocada

A cobertura das situações de Violência Institucional segue padrões semelhantes aos de Violência Doméstica, o que não é uma boa notícia. A principal característica é o número reduzido de textos. Em 2005, os jornais latino-americanos representados nesta pesquisa publicaram apenas 954 notícias relacionadas à temática, o que equivale a 4,01% do total sobre Violência, conforme os parâmetros do estudo da ONU. Apesar de representar quase o dobro da cobertura de Violência Doméstica, a abordagem mostra-se claramente deficitária quando comparada às 8.197 notícias sobre Abuso e Exploração Sexual ou às 6.740 referentes a Violência nas Ruas e nas Comunidades.

Além de reduzido, o noticiário também apresenta um dos piores desempenhos no critério qualidade. Está abaixo da média geral de Violência em praticamente todos os critérios analisados. Mas, como estamos falando de um número pequeno de textos, é preciso ponderar que as estatísticas revelam mais a ausência do assunto nas páginas dos jornais do que necessariamente o padrão editorial do conteúdo publicado.

O único critério em que a cobertura de Violência Institucional destaca-se positivamente diz respeito à expressiva presença de notícias com um viés de denúncia. Do total de textos, 28,88% adotam essa ótica investigativa. Embora aqui seja melhor do que a média geral de Violência, o desempenho do tema volta a decepcionar quando o foco dirige-se para a Busca de Soluções: apenas 5,04% do material oferece ao leitor uma visão dos caminhos para o enfrentamento da violência praticada por agentes e instituições públicas contra crianças e adolescentes.



Manuel Ángel Esquivel

Exploração do Trabalho Infantil: jornalismo com qualidade

Os textos sobre Exploração do Trabalho Infantil representam uma prova evidente de que o tratamento editorial dispensado às pautas sobre Violência contra Crianças e Adolescentes pode ter um padrão de qualidade diferente do que se observou na maioria dos demais temas definidos pelo relatório da ONU. A cobertura sobre o uso indevido da mão-de-obra infanto-juvenil foi a que apresentou melhor desempenho, em relação a diversos aspectos mensurados pela Rede ANDI. Isso, apesar do volume limitado de textos – ao todo foram 2.009 notícias nos 121 jornais monitorados em 2005. O tema aparece à frente apenas de Violência Doméstica, Violência Institucional e Violência associada ao HIV/Aids – assuntos que, como vimos, estão praticamente fora da agenda dos jornais.

A pesquisa da Rede ANDI América Latina revela que as redações vêm se empenhando em oferecer as informações necessárias para que o leitor desenvolva uma compreensão não apenas a respeito da magnitude do fenômeno, mas também do papel do poder público no combate ao problema e das possíveis soluções que estão em debate.

Enquanto somente 2,91% das notícias sobre Violência em geral preocuparam-se em discutir políticas públicas, 11,51% daquelas sobre Exploração do Trabalho Infantil abordaram este aspecto. Além disso, em 14,19% dos textos houve menções a estatísticas, sendo que em três países – Brasil, Costa Rica e Nicarágua –, essa porcentagem supera 20% (quando a média de Violência é pouco maior que 4%). É possível verificar também que os números relativos a citações de legislação em geral e da Convenção sobre os Direitos da Criança supera aqueles da cobertura de Violência.

Uma das possíveis explicações para a qualidade dessa cobertura é o fato de o assunto não freqüentar as páginas policiais dos jornais. O relatório *Basas Perdidas*, produzido em 2001 pela ANDI, registra que, em diversas pesquisas já realizadas no Brasil, “quanto menos os assuntos são tratados pelas editorias de polícia, melhores são as reportagens quanto à qualidade das abordagens”. O repórter policial enfatiza o caso isolado e baseia a apuração em fontes da Polícia. Já nas editorias que discutem políticas públicas com

Violência em centros de internação

Segundo o Informe Regional da ONU, uma das principais formas de violência institucional praticada em centros de internação latino-americanos para adolescentes em conflito com a lei é a negligência, além de limitadas condições de infra-estrutura e falta de qualificação dos profissionais da área. Segundo o documento, aspectos como precariedade das instalações, condições insalubres e ausência de sistemas organizados de reeducação são encontrados em praticamente todos os países da região.

Números da exploração

De acordo com estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2005 pelo menos 19,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, de 19 países da América Latina, participavam de atividades econômicas – número que corresponde a 14,7% do total dessa faixa etária. Os dados da região não diferem significativamente daqueles obtidos em nível mundial. Segundo a OIT, uma em cada seis crianças no mundo é vítima do trabalho infantil em suas diferentes formas.

Políticas de enfrentamento

O Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), desenvolvido pela OIT, aponta que Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Honduras e Nicarágua contam com planos de combate ao problema já formulados e em andamento. Outros países, como Equador e Panamá, estão elaborando iniciativas na área. De acordo com a OIT, há também casos de nações que, embora não tenham planos nacionais, criaram organismos especializados e contam com políticas para a questão, como Brasil, El Salvador e República Dominicana.

“**Estereótipos** “Em geral, os meios de comunicação apresentam as adolescentes submetidas à prostituição como delinquentes, ao invés de vítimas. Privilegiam-se notícias que têm relação com grupos juvenis, o consumo de drogas, o alcoolismo, as batidas realizadas pela polícia a locais noturnos etc. Essa cobertura fomenta o estereótipo que têm os adolescentes e jovens como ‘delinquentes e problemáticos’.”

Vivian Luna Barrera
Pesquisadora e especialista no tema da Violência Sexual Comercial (Bolívia).



Javier Antonio García Murrieta

mais freqüência, a Violência tem maior chance de ser tratada como um fenômeno social.

Apesar de a cobertura do tema apresentar um bom desempenho geral, é preciso destacar a ausência de reportagens sobre determinados tipos de trabalho infantil, como o caso de crianças que pedem esmola ou vendem produtos nos sinais de trânsito nas principais cidades latino-americanas. Nesse aspecto específico, é possível traçar um paralelo com a Violência Doméstica, que continua fora da agenda dos diários. A própria sociedade, e não apenas a imprensa, mostra uma certa insensibilidade à violação de alguns dos direitos da infância e da adolescência. Da mesma forma que existe tolerância em relação ao uso do castigo como método “pedagógico”, o trabalho de crianças nas ruas, talvez por ser um fenômeno cada vez mais corriqueiro, não provoca tanta indignação.

Exploração e Abuso Sexual: denúncias e alternativas

A cobertura dos casos de Abuso e de Exploração Sexual Comercial contra Crianças e Adolescentes é a mais numerosa entre os sete temas de Violência

DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Segundo revela o pesquisador Ignacio Cano, no documento *Violência contra Crianças e Adolescentes na América Latina*, produzido em 2006 para a Rede ANDI América Latina, pesquisas realizadas na Costa Rica, Panamá, Peru e Chile mostram que entre 5% e 40% das adolescentes do sexo feminino revelam ter sido vítimas de abuso sexual. A maior parte dos agressores são membros da própria família o que, segundo o pesquisador, dificulta enormemente tanto a detecção como o tratamento dos casos.

Por outro lado, a cada ano, de acordo com a pesquisa *Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes – Antecedentes e Avanços*, publicada em 2001 pelo Unicef, um milhão de meninos e meninas são vitimadas por este tipo de problema em todo o mundo.

propostos pela ONU, somando 8.197 notícias – o equivalente a cerca de 4,0% do total analisado. O empenho das redações em cobrir o assunto, porém, não se limita ao volume publicado. Aparece também na qualidade do conteúdo oferecido ao leitor. É a segunda cobertura melhor qualificada, logo após Exploração do Trabalho Infantil. Os percentuais de textos que mencionam a legislação geral e aquela específica sobre os direitos de crianças e adolescentes são satisfatórios, quando comparados com o desempenho médio das notícias com foco em Violência.

Entretanto, há dois aspectos que impedem conclusões mais animadoras: o reduzido número de notícias que discutem políticas públicas e também das que apresentam soluções para esse tipo de violação. O percentual de textos que trata das políticas públicas é até um pouco superior ao da média do noticiário sobre Violência. Fica, contudo, abaixo do encontrado na cobertura geral sobre Infância e Adolescência, somando não mais que 2,25%. Já o índice relativo a notícias que propõem alternativas para evitar o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes é, comparativamente, ainda menos encorajador, ficando abaixo destas duas médias gerais.

Vale lembrar: a imprensa pode até ser eficiente na formulação de denúncias, mas estará falhando em sua missão pública se não contribuir para a criação de um debate que permita o enfrentamento de uma das violações mais devastadoras da integridade moral, física, e psicológica de crianças e adolescentes. Não tratar das políticas públicas – ou, se for o caso, apontar a inação de atores sociais e governamentais – tem o mesmo tipo de implicação. ❖

CONFLITOS ARMADOS NA COLÔMBIA

A situação da Colômbia necessita ser observada em separado, quando estudamos a questão da Violência que atinge crianças e adolescentes na América Latina. O conflito armado que atinge o país desde meados do século passado tem afetado diretamente estes segmentos populacionais. No relatório *As Crianças e os Conflitos Armados*, de novembro de 2003, o Secretário Geral do Sistema das Nações Unidas menciona estimativas de que existiam então cerca de 14 mil crianças e adolescentes diretamente envolvidos com grupos armados ilegais.

Apesar da expectativa de avanços em relação ao conflito – gerada pela promessa, ainda não completamente efetivada, das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) de não recrutar crianças e adolescentes menores de 15 anos de idade – o problema segue impactando o país, com especial prejuízo para as famílias mais pobres. Além disso, dados oficiais do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF) deixam claro que o processo de desvinculação é complexo e lento: lamentavelmente, só há registro de que 2.864 crianças e adolescentes tenham sido desvinculados dos grupos armados entre novembro de 1999 e abril de 2006.

Contribui para o agravamento do problema o fato de que ainda é reduzido o debate público em torno das eventuais soluções que devem ser adotadas pelo governo e pela sociedade como um todo – apenas 1,59% dos textos sobre Infância e Adolescência publicados em 2005 pela imprensa colombiana contemplam de alguma forma os desafios representados pelos conflitos armados (veja a tabela “Ranking de Temas Avaliados pela Rede ANDI América Latina”, na página 22).

Dificuldades práticas
 “No caso do abuso sexual, muitas vezes, por não se saber como lidar com o tema, prefere-se omitir as informações. Além disso, encontrar uma fonte disposta a falar é algo muito difícil. Segundo as estatísticas, o consultório médico é a primeira instância onde se detecta o abuso. Muitos destes casos não são denunciados aos órgãos competentes e, muito menos, a um meio de comunicação. Certa vez, ao realizar um trabalho, levei quase uma semana para convencer os médicos de um centro pediátrico a que falassem sobre o aumento de casos de abuso sexual.”

Carolina Bracho

Sub-editora da seção *Cidadãos e Regiões*, do *Diário Panorama* (Venezuela)

mostram que a atuação da imprensa latino-americana ainda está longe de contribuir para reduzir o impacto destrutivo de estereótipos relacionados a crianças e adolescentes do sexo feminino, de cor negra ou parda, indígena, ou com deficiência.

Em um universo de 237.273 notícias sobre Infância e Adolescência publicadas na mídia impressa da região em 2005, somente 3.252 textos abordavam como foco principal uma das três categorias definidas pelo sistema de monitoramento da Rede ANDI. Juntas, Raça/Etnia, Gênero e Deficiência congregam não mais que 1,37% da cobertura.

Embora o Brasil tenha contribuído com 65,68% do total desses textos, quando avaliamos a média produzida por cada país em relação ao número de veículos pesquisados, constatamos que a marca brasileira não está tão à frente das atingidas por outras nações. A média de 40 textos publicados em todo o ano de 2005 por cada jornal no Brasil é seguida de perto por países como Venezuela (34) e Paraguai (33).

No pequeno espaço dedicado a esses debates, a categoria Deficiência aparece em destaque, registrando 58,06% dos textos identificados em Diversidade. Aspectos relacionados a Raça/Etnia estão em segundo lugar: apareceram como tema principal em 36,25% das notícias. Já questões associadas a Gênero foram discutidas em apenas 5,69% dos textos, ou seja, estão praticamente ausentes da agenda da imprensa.

Aspectos significativos

A presença de elementos de contextualização na cobertura sobre Diversidade ainda está longe de ser minimamente satisfatória. Embora a média latino-americana em relação a essa temática se mostre bem acima daquela apresentada para a cobertura em geral sobre Infância e Adolescência, é preciso interpretar os dados com precaução. Afinal, somente alguns países apresentam frequência superior de menção a leis, políticas públicas e indicadores – assim, terminam compensando ocorrências nulas registradas em outras nações.

Defesa da igualdade
 “Como mulher negra, criada no subúrbio do Rio de Janeiro, tenho experiências de vida que justificam minha afinidade com a temática social. Como jornalista, me motiva o compromisso com a verdade e com o debate qualificado dos temas de interesse da minha cidade, do meu estado, do meu país. Como brasileira, jamais fugiria do compromisso com a defesa da igualdade, como ensina nossa Constituição.”

Flávia Oliveira

Repórter do jornal O Globo (Brasil)
 e Jornalista Amiga da Criança

A COBERTURA SOBRE DIVERSIDADE

(Total de notícias por país sobre os temas de Diversidade, com foco na Infância e Adolescência em 2005)

País	Número de veículos por país	Número total de notícias sobre Raça / Etnia	Número total de notícias sobre Gênero	Número total de notícias sobre Deficiência	Total de notícias sobre Diversidade	Média de notícias sobre Diversidade por veículo
Argentina	12	11	14	112	137	11
Bolívia	9	10	6	64	80	9
Brasil	54	948*	108*	1.080*	2.136*	40*
Colômbia	9	50	9	79	138	15
Costa Rica	4	23	7	74	104	26
Equador	10	25	7	130	162	16
Guatemala	7	12	8	47	67	10
Nicarágua	5	3	1	57	61	12
Paraguai	5	80	20	64	164	33
Venezuela	6	17	5	180	202	34
América Latina	121	1.179	185	1.888	3.252	27

* Estimativas calculadas com base em amostra de 9.713 notícias sobre Infância e Adolescência, e de 178 notícias acerca dos temas de Diversidade, obtidas a partir do método do Mês Composto (veja na página 13 o quadro “Entenda a Metodologia da Pesquisa”)

População representativa

Não há uma definição exata sobre a quantidade de indígenas existentes atualmente na América Latina. Estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam algo entre 28 milhões e 43 milhões de pessoas. Em países como Bolívia, Equador, Guatemala, México e Peru, eles representam uma parcela significativa da população, sendo que na Bolívia são a maioria. Existem, porém, centenas de grupos diferentes na região – apenas para citar um exemplo, no México são cerca de 56 grupos reconhecidos. No Brasil, apesar de serem minoria, somam nada menos de 370 mil pessoas, as quais representam 218 povos, de acordo com dados do Instituto Socioambiental.



Angeles Torrejón Becerril

Essa contextualização é fundamental para que tenhamos uma cobertura mais centrada nos direitos das populações indígenas, afrodescendentes, mulheres ou pessoas com deficiência. A diversidade não só deve ser respeitada como apoiada, segundo critérios estabelecidos por lei, de forma que se viabilize a redução das desigualdades de oportunidades – até sua total eliminação. Quando a legislação é evocada para denunciar uma situação de desrespeito, a questão deixa de ser entendida como um caso de “boa vontade” e consolida-se enquanto garantia conquistada, que deve ser respeitada.

De toda forma, embora seja temerário chegar a conclusões acerca da qualidade de conteúdo com base em um volume tão reduzido de notícias, em algumas nações a presença de elementos qualitativos mostra-se como um ponto forte na cobertura de Diversidade. No Brasil, algo próximo de um terço do material publicado sobre Raça/Etnia apresenta a discussão de políticas públicas correlatas. Na Guatemala esse percentual atinge 16,67%. Destaca-se, ainda, o fato de que no Brasil as estatísticas e indicadores sobre as questões raciais e étnicas aparecem nas notícias em uma proporção sete vezes maior, se comparados aos dados da cobertura sobre Infância e Adolescência em geral.

TEMAS DE DIVERSIDADE

(% por país, sobre o total de notícias acerca dos temas de Diversidade, com foco na Infância e Adolescência em 2005)

País	% de notícias sobre Raça / Etnia	% de notícias sobre Gênero	% de notícias sobre Deficiência
Argentina	8,03%	10,22%	81,75%
Bolívia	12,50%	7,50%	80,00%
Brasil	44,38%	5,06%	50,56%
Colômbia	36,23%	6,52%	57,25%
Costa Rica	22,12%	6,73%	71,15%
Equador	15,43%	4,32%	80,25%
Guatemala	17,91%	11,94%	70,15%
Paraguai	48,78%	12,20%	39,02%
Nicarágua	4,84%	1,61%	93,55%
Venezuela	8,42%	2,48%	89,11%
América Latina	36,25%	5,69%	58,06%

População representativa

Não há uma definição exata sobre a quantidade de indígenas existentes atualmente na América Latina. Estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam algo entre 28 milhões e 43 milhões de pessoas. Em países como Bolívia, Equador, Guatemala, México e Peru, eles representam uma parcela significativa da população, sendo que na Bolívia são a maioria. Existem, porém, centenas de grupos diferentes na região – apenas para citar um exemplo, no México são cerca de 56 grupos reconhecidos. No Brasil, apesar de serem minoria, somam nada menos de 370 mil pessoas, as quais representam 218 povos, de acordo com dados do Instituto Socioambiental.



Angeles Torrejón Becerril

Essa contextualização é fundamental para que tenhamos uma cobertura mais centrada nos direitos das populações indígenas, afrodescendentes, mulheres ou pessoas com deficiência. A diversidade não só deve ser respeitada como apoiada, segundo critérios estabelecidos por lei, de forma que se viabilize a redução das desigualdades de oportunidades – até sua total eliminação. Quando a legislação é evocada para denunciar uma situação de desrespeito, a questão deixa de ser entendida como um caso de “boa vontade” e consolida-se enquanto garantia conquistada, que deve ser respeitada.

De toda forma, embora seja temerário chegar a conclusões acerca da qualidade de conteúdo com base em um volume tão reduzido de notícias, em algumas nações a presença de elementos qualitativos mostra-se como um ponto forte na cobertura de Diversidade. No Brasil, algo próximo de um terço do material publicado sobre Raça/Etnia apresenta a discussão de políticas públicas correlatas. Na Guatemala esse percentual atinge 16,67%. Destaca-se, ainda, o fato de que no Brasil as estatísticas e indicadores sobre as questões raciais e étnicas aparecem nas notícias em uma proporção sete vezes maior, se comparados aos dados da cobertura sobre Infância e Adolescência em geral.

TEMAS DE DIVERSIDADE

(% por país, sobre o total de notícias acerca dos temas de Diversidade, com foco na Infância e Adolescência em 2005)

País	% de notícias sobre Raça / Etnia	% de notícias sobre Gênero	% de notícias sobre Deficiência
Argentina	8,03%	10,22%	81,75%
Bolívia	12,50%	7,50%	80,00%
Brasil	44,38%	5,06%	50,56%
Colômbia	36,23%	6,52%	57,25%
Costa Rica	22,12%	6,73%	71,15%
Equador	15,43%	4,32%	80,25%
Guatemala	17,91%	11,94%	70,15%
Paraguai	48,78%	12,20%	39,02%
Nicarágua	4,84%	1,61%	93,55%
Venezuela	8,42%	2,48%	89,11%
América Latina	36,25%	5,69%	58,06%

Quando nos voltamos para os aspectos de Gênero, ficam evidentes as diferenças observadas no comportamento da imprensa dos distintos países. Os jornais da Bolívia e Costa Rica, por exemplo, demonstram maior tendência em mencionar o marco legal relacionado aos temas abordados. Também na Bolívia os jornalistas buscaram em maior medida contextualizar as informações – 83,33% dos seis textos sobre Gênero citaram dados e estatísticas. Na maioria dos países, entretanto, o cenário é praticamente o oposto. É importante lembrar, porém, que nossos números referem-se a um pequeno universo de reportagens que discutiram questões de Gênero.

Deficiência: debate para a inclusão

Abordar as questões de Diversidade exige também que se leve em consideração a desigualdade de oportunidades enfrentada por crianças e adolescentes com deficiência. Essa é, no entanto, uma discussão que ainda ganha pouca repercussão entre os diários latino-americanos, apesar de ser a temática de maior destaque no recorte sobre Diversidade.

Uma abordagem central para a realidade de pessoas com deficiência é a que diz respeito à legislação. Embora a pesquisa realizada pelas agências da Rede ANDI América Latina não tenha monitorado especificamente a menção a marcos legais sobre Deficiência, as eventuais citações publicadas foram classificadas juntamente com referências à legislação em geral. Nesse sentido, foi possível aferir que em apenas metade dos países analisados os jornais fazem referência à legislação em geral quando a pauta é Deficiência. Já o marco legal voltado para crianças e adolescentes é citado somente em veículos do Equador e da Venezuela – resultado que coloca a média da cobertura sobre Deficiência, em relação a esse indicador, bem abaixo daquela registrada para as questões gerais da Infância e Adolescência (0,27% frente a 0,91%).

A discussão relativa à legislação fortaleceu-se no final de 2006, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas referendou a Convenção Internacional

INCLUSÃO VERSUS INTEGRAÇÃO

Inclusão e Integração são dois conceitos bastante discutidos e difundidos no universo da Deficiência. Embora no vocabulário cotidiano traduzam idéias semelhantes, no contexto da Deficiência as duas palavras representam óticas muito distintas. A prática da Integração aceita que a inserção da pessoa com deficiência na sociedade possa ocorrer de forma parcial e condicional. Nesse sentido, caberia às crianças e a suas famílias o esforço, por exemplo, de adaptarem-se às condições apresentadas pelas escolas regulares. Caso essa adaptação não se mostre possível, meninas e meninos deveriam então ser encaminhados para as chamadas “classes especiais”. Em contrapartida, o conceito de Inclusão, amplamente embasado no referencial dos Direitos Humanos, trabalha segundo a lógica de que é a sociedade como um todo – em nosso caso, a escola regular – que tem a responsabilidade de buscar os meios de adaptar-se, para receber de forma adequada o aluno ou aluna com deficiência. Estes, por definição, têm direito a um pleno convívio em sociedade.

Diagnóstico em busca de soluções

O relatório Desigualdade na América Latina e no Caribe: Rompendo com a História?, do Banco Mundial, tenta identificar os motivos pelos quais a região sofre com a desigualdade e como isso prejudica seu processo de desenvolvimento, além de propor alternativas para que os diversos países consigam maior igualdade na distribuição de riqueza, renda e oportunidades. O estudo destaca que questões de raça/etnia são fatores determinantes na qualidade de vida das pessoas da região. Focalizando sete países – Bolívia, Brasil, Chile, Guatemala, Guiana, México e Peru – o estudo concluiu que os homens indígenas recebem de 35% a 65% menos do que os homens brancos. No Brasil, o salário dos homens e das mulheres afrodescendentes é cerca de 45% inferior ao de pessoas brancas. Como solução para esses e outros inúmeros problemas, a pesquisa sugere, por exemplo, a formatação de instâncias políticas e sociais mais abertas, que permitam aos grupos historicamente subjugados, como os afrodescendentes e os povos indígenas, conquistar maior representatividade, voz e poder na sociedade.

de Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência. Mais informações estão disponíveis, em inglês, no site das Nações Unidas (www.un.org/disabilities/convention).

Na análise da cobertura sobre Deficiência, merece destaque ainda a atuação da imprensa paraguaia no que se refere à contextualização das notícias. Mais de 15% dos textos sobre o tema enfocavam Políticas Públicas correlatas – percentual bem acima do registrado na média dos países latino-americanos, de 4,40%. É importante salientar também a atuação dos veículos paraguaios na cobertura sobre Raça/Etnia. Embora ainda seja baixa a menção a dados e estatísticas (2,50%), o país é o que mais discute Políticas Públicas correlatas (28,75%).

Ótica de investigação

Quando direcionamos o foco da pesquisa para os esforços do jornalista em investigar soluções ou denunciar situações de desrespeito no campo da Diversidade, os números são mais alentadores. A proporção de notícias que buscam alternativas para situações ocasionadas pela desigualdade em relação a raça ou etnia, por exemplo, é muito superior à média da cobertura geral sobre Infância e Adolescência (22,09% contra 13%), assim como a quantidade de notícias que efetuam denúncias (23,42% contra 8,03%).

Assim como ocorre com os indicadores de contextualização, o recorte de Gênero também é o mais prejudicado no quesito ótica de investigação. Entre as poucas matérias dedicadas a essa abordagem pelos jornais latino-americanos, Argentina, Brasil e Nicarágua destacam-se por não terem apresentado nenhum texto com enfoque seja em busca de soluções, seja em denúncia. Dentro deste cenário, pode-se ressaltar a atuação dos meios paraguaios, com 50% discutindo soluções e 30% registrando denúncias – lembrando que se trata de apenas 20 notícias.

Quando o foco das reportagens são situações de desigualdade relacionadas a questões de Raça/Etnia, somente a mídia boliviana não debateu soluções. Em contrapartida, a imprensa da Costa Rica lembrou de apresentar possíveis al-

Desigualdade refletida na educação

Existem inúmeras situações de desigualdade provocadas pela Deficiência. Uma das mais tristes é negar à criança e ao adolescente com deficiência o acesso à educação, direito básico de todo cidadão. O relatório Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2003, do Unicef, revela que, no país, entre as crianças com idades entre zero e 14 anos que possuem algum tipo de deficiência, 11,37% não freqüentam a escola e 22,41% não foram sequer alfabetizadas. Esses índices caem pela metade quando o universo pesquisado são crianças que não possuem nenhum tipo de deficiência: 5,06% e 11,74%, respectivamente.

DIVERSIDADE: ÓTICA INVESTIGATIVA

(% por país, sobre o total de notícias acerca de cada um dos temas de Diversidade, com foco na Infância e Adolescência em 2005)*

Tema	Raça/Etnia		Gênero		Deficiência	
	Notícias que discutem Soluções	Notícias que apresentam Denúncias	Notícias que discutem Soluções	Notícias que apresentam Denúncias	Notícias que discutem Soluções	Notícias que apresentam Denúncias
Argentina	9,09%	9,09%	0,00%	0,00%	8,04%	2,68%
Bolívia	0,00%	20,00%	16,67%	33,33%	21,88%	6,25%
Brasil	15,19%	5,06%	11,11%	0,00%	31,11%	1,11%
Colômbia	6,00%	50,00%	0,00%	22,22%	33,14%	6,33%
Costa Rica	56,52%	4,35%	42,86%	28,57%	29,73%	6,76%
Equador	36,00%	28,00%	0,00%	14,29%	22,31%	2,31%
Guatemala	33,33%	16,67%	12,50%	50,00%	36,17%	0,00%
Nicarágua	33,33%	33,33%	0,00%	0,00%	7,02%	1,75%
Paraguai	13,75%	50,00%	50,00%	30,00%	46,88%	10,94%
Venezuela	17,65%	17,65%	40,00%	0,00%	35,00%	7,22%
América Latina	22,09%	23,42%	17,31%	17,84%	30,44%	5,07%

*As variáveis permitem marcação múltipla

de Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência. Mais informações estão disponíveis, em inglês, no site das Nações Unidas (www.un.org/disabilities/convention).

Na análise da cobertura sobre Deficiência, merece destaque ainda a atuação da imprensa paraguaia no que se refere à contextualização das notícias. Mais de 15% dos textos sobre o tema enfocavam Políticas Públicas correlatas – percentual bem acima do registrado na média dos países latino-americanos, de 4,40%. É importante salientar também a atuação dos veículos paraguaios na cobertura sobre Raça/Etnia. Embora ainda seja baixa a menção a dados e estatísticas (2,50%), o país é o que mais discute Políticas Públicas correlatas (28,75%).

Ótica de investigação

Quando direcionamos o foco da pesquisa para os esforços do jornalista em investigar soluções ou denunciar situações de desrespeito no campo da Diversidade, os números são mais alentadores. A proporção de notícias que buscam alternativas para situações ocasionadas pela desigualdade em relação a raça ou etnia, por exemplo, é muito superior à média da cobertura geral sobre Infância e Adolescência (22,09% contra 13%), assim como a quantidade de notícias que efetuam denúncias (23,42% contra 8,03%).

Assim como ocorre com os indicadores de contextualização, o recorte de Gênero também é o mais prejudicado no quesito ótica de investigação. Entre as poucas matérias dedicadas a essa abordagem pelos jornais latino-americanos, Argentina, Brasil e Nicarágua destacam-se por não terem apresentado nenhum texto com enfoque seja em busca de soluções, seja em denúncia. Dentro deste cenário, pode-se ressaltar a atuação dos meios paraguaios, com 50% discutindo soluções e 30% registrando denúncias – lembrando que se trata de apenas 20 notícias.

Quando o foco das reportagens são situações de desigualdade relacionadas a questões de Raça/Etnia, somente a mídia boliviana não debateu soluções. Em contrapartida, a imprensa da Costa Rica lembrou de apresentar possíveis al-

Desigualdade refletida na educação

Existem inúmeras situações de desigualdade provocadas pela Deficiência. Uma das mais tristes é negar à criança e ao adolescente com deficiência o acesso à educação, direito básico de todo cidadão. O relatório Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2003, do Unicef, revela que, no país, entre as crianças com idades entre zero e 14 anos que possuem algum tipo de deficiência, 11,37% não freqüentam a escola e 22,41% não foram sequer alfabetizadas. Esses índices caem pela metade quando o universo pesquisado são crianças que não possuem nenhum tipo de deficiência: 5,06% e 11,74%, respectivamente.

DIVERSIDADE: ÓTICA INVESTIGATIVA

(% por país, sobre o total de notícias acerca de cada um dos temas de Diversidade, com foco na Infância e Adolescência em 2005)*

Tema	Raça/Etnia		Gênero		Deficiência	
	Notícias que discutem Soluções	Notícias que apresentam Denúncias	Notícias que discutem Soluções	Notícias que apresentam Denúncias	Notícias que discutem Soluções	Notícias que apresentam Denúncias
Argentina	9,09%	9,09%	0,00%	0,00%	8,04%	2,68%
Bolívia	0,00%	20,00%	16,67%	33,33%	21,88%	6,25%
Brasil	15,19%	5,06%	11,11%	0,00%	31,11%	1,11%
Colômbia	6,00%	50,00%	0,00%	22,22%	33,14%	6,33%
Costa Rica	56,52%	4,35%	42,86%	28,57%	29,73%	6,76%
Equador	36,00%	28,00%	0,00%	14,29%	22,31%	2,31%
Guatemala	33,33%	16,67%	12,50%	50,00%	36,17%	0,00%
Nicarágua	33,33%	33,33%	0,00%	0,00%	7,02%	1,75%
Paraguai	13,75%	50,00%	50,00%	30,00%	46,88%	10,94%
Venezuela	17,65%	17,65%	40,00%	0,00%	35,00%	7,22%
América Latina	22,09%	23,42%	17,31%	17,84%	30,44%	5,07%

*As variáveis permitem marcação múltipla



Marizilda Cruppe

Falhas na abordagem
 “Os meios de comunicação costumam ter sempre notícias sobre deficiência com dois enfoques: um assistencialista e outro, sensacionalista-imediatista. Com o enfoque assistencialista, publicam os encontros, reuniões, pedidos solidários, etcétera, etcétera, de organizações, pessoas, entidades beneficentes. Com um enfoque sensacionalista-imediatista, publicam violações aos direitos das pessoas com deficiência, principalmente aquelas relativas à sexualidade e à liberdade. Os obstáculos dos jornalistas para uma melhor cobertura de temas relativos à infância, deficiência e direitos humanos são pouca formação e informação; falta de fontes; tempo limitado para produzir artigos e carências de infraestrutura nos meios.”

Lupe Galiano

Editora da sessão “País”, jornal *La Nación* (Paraguai)

ternativas para resolver o problema em mais da metade das suas notícias. Sob a ótica da denúncia, os jornalistas colombianos foram os que mais avançaram, com 50% dos textos.

Deficiência também foi um aspecto da Diversidade bem trabalhado pela imprensa latino-americana no critério ótica de investigação. Com índice de 46,88%, o Paraguai foi o país com o maior número de reportagens preocupadas em propor alternativas para situações de desigualdade ocasionadas pela Deficiência – resultado bem superior à média dos países latino-americanos contemplados na presente pesquisa. ❖

DEFICIÊNCIA ALÉM DAS FRONTEIRAS

Um amplo projeto mobilizou 120 pessoas de nove países da América Latina em torno de uma pauta: Deficiência. Três oficinas de interação ofereceram a jornalistas e atores sociais a oportunidade de dialogarem e se capacitarem sobre temáticas que fazem parte do universo das pessoas com deficiência. Além de oferecer aos repórteres conhecimentos relevantes sobre a questão, os encontros também tiveram o objetivo de aproximar a imprensa de fontes de informação qualificadas, capazes de repercutir a questão de acordo com as realidades e necessidades de cada país.

Organizadas de forma sub-regional, as oficinas, que aconteceram entre novembro de 2005 e abril de 2006, foram inauguradas na América Central. No evento, que ocorreu na Cidade da Guatemala, estiveram presentes representantes da Nicarágua, Costa Rica e Guatemala. Em seguida, os convidados da Argentina, Bolívia e Paraguai reuniram-se em Buenos Aires. Por fim, o encontro em Bogotá contou com participantes da Colômbia, Equador e Venezuela. O projeto foi uma parceria entre a ANDI, a Rede ANDI América Latina e a Save the Children Suécia.

As discussões foram estimuladas pela apresentação de dados específicos sobre a cobertura jornalística de cada um dos países participantes, coletados pelas agências que integram a Rede. Também subsidiou os trabalhos a publicação *Mídia e Deficiência*, que oferece ao leitor uma ampla discussão sobre políticas em áreas como saúde, educação e emprego, segundo a ótica da inclusão. O livro apresenta, ainda, o diagnóstico do comportamento editorial da imprensa brasileira diante da pauta da Deficiência, construído a partir de 747 reportagens publicadas em 53 jornais ao longo de 2002. A publicação foi realizada pela ANDI em parceria com a Fundação Banco do Brasil e traduzida para o espanhol com o apoio da Save the Children Suécia. Ambas as versões (português e espanhol) estão disponíveis para *download* no sítio da Agência (www.andi.org.br).

A importância deste tipo de iniciativa pode ser medida pela avaliação obtida. Para 91,3% dos presentes as oficinas foram excelentes ou boas. Entre os aspectos analisados, a discussão no âmbito dos diversos grupos de trabalho foi aprovada por 92,9% dos participantes; o livro *Medios de Comunicación y Discapacidad* por 94,1% e as conferências por 95,3%. Os relatórios produzidos em cada oficina estão disponíveis no portal *Ação 17* (www.acao17.org.br).



Angeles Torrejón Becerril

6) Novos olhares em prol da qualidade

A partir de experiência piloto realizada na classificação dos dados da imprensa brasileira relativos a 2005, a ANDI passou a incluir em seu processo cotidiano de monitoramento, quatro novas categorias que permitem uma melhor compreensão sobre o nível de qualidade da cobertura.

Por sua grande extensão territorial (mais de 8,5 milhões de km²), pela diversidade geográfica e pelos diferentes tipos de colonização que experimentou, o Brasil é um país que reúne costumes, culturas e realidades sócio-econômicas muito distintas.

Tal contexto, naturalmente, impacta também os esforços direcionados à defesa, à promoção e à garantia dos direitos da infância e da adolescência. Ao mesmo tempo, coloca desafios adicionais aos jornalistas que buscam desenvolver uma cobertura mais consistente sobre projetos, programas e políticas dedicadas a esses segmentos da população.

Foi para investigar esse cenário que a ANDI decidiu investir na ampliação do escopo de sua ferramenta de monitoramento de meios, em uma experiência piloto iniciada em 2005. A diversificação do leque de aspectos a serem observados na cobertura busca revelar, de forma mais aprofundada, o nível de contextualização das informações produzidas sobre a realidade da população infanto-juvenil. Como ponto de partida para essa iniciativa, foram definidos critérios-chave como menção a Questões Regionais e a Políticas Públicas, além de fatores como a Esfera das Notícias e os Aspectos Qualitativos do Jornalismo (veja quadro sobre a metodologia na página 64).

A partir dessa primeira experiência, a Agência está avaliando quais dos novos itens farão parte definitivamente do monitoramento da cobertura jornalística brasileira sobre Infância e Adolescência. Com esse processo de testes concluído, as agências da Rede ANDI América Latina poderão optar por integrar as novas variáveis ao seu processo de monitoramento cotidiano.

Traçando Políticas

Apesar de já contar hoje com um marco legal avançado em relação à proteção dos direitos das novas gerações, o Brasil tem ainda muitos passos a dar na consolidação de políticas públicas que assegurem na prática o cumprimento das diretrizes legais.

No âmbito da mídia brasileira, estudos recentes conduzidos pela ANDI revelam um visível esforço das redações em passar a monitorar as diferentes fases de implementação de tais políticas. São também evidentes, no entanto, as limitações que marcam a cobertura nessa área. A análise do noticiário em 2005 demonstra que apesar da dimensão que as políticas públicas ocupam no contexto da agenda social brasileira, o percentual de textos jornalísticos que abordam essas iniciativas ainda está abaixo do ideal.

A leitura dos textos que trazem esse enfoque aponta que boa parte da cobertura relativa às ações públicas voltadas para crianças e adolescentes está ainda fortemente concentrada em aspectos relacionados à infra-estrutura, ou seja, construção e inauguração de escolas, aparelhamento de hospitais, reforma de prédios, entre outras iniciativas. Dessa forma, debates sobre questões importantes como a superação das desigualdades sociais, por exemplo, acabam ocupando um espaço secundário nas páginas dos jornais.

Além disso, os resultados da análise demonstram que a cobertura ainda é fortemente concentrada em questões pontuais ou em discussões menos abrangentes, como a implementação de cursos, realização de seminários, condução de estudos, atendimentos efetuados em postos de saúde e hospitais, campanhas, dentre outras. Cerca de metade dos textos que mencionaram alguma política pública enfocaram iniciativas como essas.

Foco na autonomia

Diante das tendências reveladas pela cobertura, um dado positivo é que os jornalistas brasileiros têm demonstrado maior interesse pelas políticas compensatórias, em comparação às políticas assistenciais. Apesar dos baixos percentuais registrados, os números sinalizam que, pouco a pouco, ganha força no debate público a tradicional concepção de que “mais do que dar o peixe, é preciso ensinar a pescar”. À medida que o país avança na consolidação de políticas focadas na construção da autonomia das populações mais empobrecidas, esse contexto passa a ser também refletido pelos jornais.

Um aspecto que também merece destaque é o fato de elementos essenciais para o exercício eficiente do controle social pelos meios de comunicação estarem pouco presentes – ou quase ausentes – do debate sobre a infância e a adolescência no Brasil. Somente 0,99% das reportagens mencionam o Orçamento da União, dos estados ou dos municípios. Fala-se pouco, também, na ausência ou escassez de recursos direcionados à infância e na corrupção ou desvio de verbas que seriam direcionadas ao público infante-juvenil. Tendo em vista que somente 2,7% dos gastos públicos do orçamento federal de 2005 foram direcionados, direta ou indiretamente, a crianças e adolescentes – e que o país é o 62º no ranking de corrupção da Transparência Internacional –, a presença dessas questões deveria ser prioridade nos processos de qualificação dos jornalistas.

Outro aspecto analisado pelo monitoramento da ANDI que vem recebendo pouca atenção dos profissionais da imprensa diz respeito à abordagem das iniciativas direcionadas à participação juvenil – menos de 0,5% dos textos enfocaram atividades dessa natureza. Em função dessa tendência em dedicar um espaço irrisório às ações de protagonismo da juventude, os jornais acabam por não reconhecer e legitimar, perante a sociedade brasileira, o número cada vez

POLÍTICAS PÚBLICAS

(% para o Brasil sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência, em 2005)*

Menciona Políticas Públicas	16,08%
Menciona políticas públicas de infra-estrutura	4,59%
Menciona políticas públicas compensatórias	2,33%
Menciona políticas públicas assistenciais	1,31%
Menciona outras políticas públicas	7,86%
Menciona Gasto Público	2,90%
Menciona corrupção ou desvio de recursos públicos	1,36%
Menciona Orçamento Público	0,99%
Menciona falta de recursos públicos	0,56%
Apresenta Ações de Participação Juvenil	0,47%

*As variáveis permitem marcação múltipla

De olho no orçamento

Por meio de uma metodologia específica de análise denominada Orçamento Criança e Adolescente, a ONG Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) vem monitorando todos os gastos do governo brasileiro voltados para a população infanto-juvenil. O acompanhamento realizado pela entidade congrega os recursos destinados tanto para programas específicos com foco na população com até 17 anos de idade quanto para ações em outras áreas – como saúde, saneamento básico, cultura, etc – que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população como um todo, incluindo crianças e adolescentes. De acordo com o Inesc, em 2005 o Orçamento Criança e Adolescente atingiu cerca de R\$ 30 bilhões (o que corresponde a 2,7% dos gastos públicos federais realizados no ano). Embora o número pareça alto, significou investimento de apenas R\$ 1,41 por dia para cada criança e adolescente brasileiro, quantia claramente insuficiente para assegurar todos os direitos garantidos pela legislação a essa parcela da população.

maior de adolescentes e jovens que têm se engajado em projetos e programas que envolvem o controle social das políticas públicas.

Luz nos protagonistas

O levantamento realizado pela ANDI constatou também que o ator principal nas notícias que abordaram políticas públicas foi o Governo e as instituições a ele relacionadas. Esse não é um dado surpreendente, se considerarmos que essa é realmente a instância na qual a maioria das políticas são formuladas e implementadas. Chama atenção, porém, o fato de a sociedade civil organizada ser tão pouco reconhecida enquanto agente de articulação e de mobilização a favor de inúmeras políticas implementadas pela esfera governamental. A tabela desta página mostra como grande parte da cobertura vê nos poderes executivo, legislativo e judiciário os principais atores no cenário político dos direitos de crianças e adolescentes.

Ao avaliarmos a cobertura sobre Infância e Adolescência em geral percebemos que, embora o governo prevaleça como um dos atores mais relevantes, o percentual de reportagens na qual ele é protagonista reduz-se de forma considerável (de 75,40% para 29,74%). Nesse caso, o ator predominante não consiste em uma instituição isolada, mas em indivíduos, já que a cobertura é centrada, em grande medida, em casos individuais (acidentes, assassinatos, doenças ou tragédias pessoais). Esses resultados da análise conduzida pela ANDI revelam que há ainda uma proporção considerável de notícias meramente factuais e que pouco contribuem para o agendamento dos direitos da infância.

PROTAGONISTAS DAS NOTÍCIAS

(% para o Brasil sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência, em 2005)

	Cobertura da Infância e Adolescência em geral	Cobertura focada em Políticas Públicas
Instituições	41,04%	82,12%
Governo	29,74%	75,40%
Sociedade Civil Organizada	5,17%	2,15%
Empresa / Fundação Empresarial	3,87%	0,81%
Parceria entre Instituições	1,64%	3,23%
Organismo / Agência Multilateral	0,62%	0,54%
Indivíduos	36,26%	5,17%
População em geral	5,86%	4,23%
Notícias Temáticas ou sem Protagonistas	16,84%	8,47%

QUESTÕES REGIONAIS

(% para o Brasil sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência, em 2005)*

Distingue meio urbano	2,03%
Distingue regiões dentro de um mesmo estado	1,60%
Distingue periferia urbana	1,00%
Distingue meio rural	0,76%
Distingue Região (Norte, Sul, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste)	0,66%
Distingue fronteiras	0,10%

*As variáveis permitem marcação múltipla

Aspectos regionais em segundo plano

Os dados gerados pelos novos critérios de monitoramento desenvolvidos pela ANDI mostram ainda que os diários brasileiros não incorporam em seus textos sobre a infância e a adolescência aspectos relativos às grandes diferenças regionais que marcam o país. A pesquisa constatou que as diferenças mais presentes – mesmo que com reduzido percentual – foram aquelas relacionadas a problemas enfrentados por crianças e adolescentes nas metrópoles e grandes regiões urbanas. Do total de textos, 2,03% apontaram efeitos da urbanização ou da estrutura das cidades na realidade de meninos e meninas e outros 1% citaram os impactos gerados pelas desigualdades existentes em áreas de periferia e/ou em bairros degradados (áreas dos centros urbanos atingidas por problemas sócio-econômicos e de degradação urbana e ambiental, como falta de saneamento básico, infra-estrutura, etc).

É importante destacar também que somente 0,76% das notícias enfocaram aspectos relacionados à situação da infância e da adolescência no meio rural. Uma quantidade também mínima de textos (0,66%) distinguiu uma região específica. Superar esses limites revelados pela cobertura é um desafio central para a imprensa brasileira, principalmente quando são consideradas as discrepâncias entre os indicadores sociais de cada região. Uma criança que nasce no Nordeste, por exemplo, tem duas vezes mais chances de morrer antes de um ano de idade do que no Sudeste, região que concentra a maior parte da renda e da população do país. ❖

CRITÉRIOS JORNALÍSTICOS

Não são apenas os aspectos externos ao fazer jornalístico que determinam a qualidade de um texto ou sua relevância em fornecer informação contextualizada para o leitor. Existem critérios intrínsecos à atividade dos jornalistas que podem estimular a formação de uma visão crítica sobre fatos relacionados à infância e à adolescência, contribuindo para que essa faixa etária seja vista como prioridade frente a outros temas na sociedade.

Comparar dados, resgatar eventos similares ocorridos no passado, discutir causas e conseqüências, além de apresentar opiniões e versões divergentes para um mesmo fato são obrigações que constam de qualquer manual de jornalismo. Entretanto, muitas vezes o cuidado com esses aspectos são relegados ao segundo plano, seja por falta de tempo, seja por desinteresse do profissional que assina a reportagem.

De maneira geral, a profundidade com que as notícias abordam fatos e questões relacionadas à infância é ainda bastante incipiente. É isso que demonstram os dados da pesquisa realizada pela ANDI sobre a produção da imprensa brasileira em 2005. As informações construídas a partir de comparações entre dados e estatísticas – mecanismo fundamental para contextualizar a dimensão de um problema – restringiram-se a menos de 1% dos textos. Além disso, somente cerca de seis em cada 100 notícias sobre crianças e adolescentes abordaram causas para as questões em pauta – proporção semelhante à revelada pelos textos que mencionam conseqüências. Um dos maiores problemas, contudo, refere-se ao fato de que a imprensa preocupa-se pouco em ouvir e publicar os diferentes lados de uma mesma história. Apenas 1,28% dos textos apresentou opiniões divergentes.

Desigualdade medida em números

Ao calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) traduziu em números o que já era uma percepção geral: o Brasil abriga realidades muito distintas em seu território. O índice, que varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total), revela que os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país oferecem a seus habitantes melhores condições de vida que os das regiões Norte e Nordeste.

ASPECTOS QUALITATIVOS DO JORNALISMO

(% para o Brasil sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência, em 2005)*

Discute as conseqüências de um problema	6,86%
Discute as causas de um problema	6,23%
Compara eventos no tempo	2,74%
Compara eventos no espaço	2,37%
Cita opiniões divergentes	1,28%
Compara dados/estatísticas	0,94%

*As variáveis permitem marcação múltipla

Aspectos regionais em segundo plano

Os dados gerados pelos novos critérios de monitoramento desenvolvidos pela ANDI mostram ainda que os diários brasileiros não incorporam em seus textos sobre a infância e a adolescência aspectos relativos às grandes diferenças regionais que marcam o país. A pesquisa constatou que as diferenças mais presentes – mesmo que com reduzido percentual – foram aquelas relacionadas a problemas enfrentados por crianças e adolescentes nas metrópoles e grandes regiões urbanas. Do total de textos, 2,03% apontaram efeitos da urbanização ou da estrutura das cidades na realidade de meninos e meninas e outros 1% citaram os impactos gerados pelas desigualdades existentes em áreas de periferia e/ou em bairros degradados (áreas dos centros urbanos atingidas por problemas sócio-econômicos e de degradação urbana e ambiental, como falta de saneamento básico, infra-estrutura, etc).

É importante destacar também que somente 0,76% das notícias enfocaram aspectos relacionados à situação da infância e da adolescência no meio rural. Uma quantidade também mínima de textos (0,66%) distinguiu uma região específica. Superar esses limites revelados pela cobertura é um desafio central para a imprensa brasileira, principalmente quando são consideradas as discrepâncias entre os indicadores sociais de cada região. Uma criança que nasce no Nordeste, por exemplo, tem duas vezes mais chances de morrer antes de um ano de idade do que no Sudeste, região que concentra a maior parte da renda e da população do país. ❖

CRITÉRIOS JORNALÍSTICOS

Não são apenas os aspectos externos ao fazer jornalístico que determinam a qualidade de um texto ou sua relevância em fornecer informação contextualizada para o leitor. Existem critérios intrínsecos à atividade dos jornalistas que podem estimular a formação de uma visão crítica sobre fatos relacionados à infância e à adolescência, contribuindo para que essa faixa etária seja vista como prioridade frente a outros temas na sociedade.

Comparar dados, resgatar eventos similares ocorridos no passado, discutir causas e conseqüências, além de apresentar opiniões e versões divergentes para um mesmo fato são obrigações que constam de qualquer manual de jornalismo. Entretanto, muitas vezes o cuidado com esses aspectos são relegados ao segundo plano, seja por falta de tempo, seja por desinteresse do profissional que assina a reportagem.

De maneira geral, a profundidade com que as notícias abordam fatos e questões relacionadas à infância é ainda bastante incipiente. É isso que demonstram os dados da pesquisa realizada pela ANDI sobre a produção da imprensa brasileira em 2005. As informações construídas a partir de comparações entre dados e estatísticas – mecanismo fundamental para contextualizar a dimensão de um problema – restringiram-se a menos de 1% dos textos. Além disso, somente cerca de seis em cada 100 notícias sobre crianças e adolescentes abordaram causas para as questões em pauta – proporção semelhante à revelada pelos textos que mencionam conseqüências. Um dos maiores problemas, contudo, refere-se ao fato de que a imprensa preocupa-se pouco em ouvir e publicar os diferentes lados de uma mesma história. Apenas 1,28% dos textos apresentou opiniões divergentes.

Desigualdade medida em números

Ao calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) traduziu em números o que já era uma percepção geral: o Brasil abriga realidades muito distintas em seu território. O índice, que varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total), revela que os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país oferecem a seus habitantes melhores condições de vida que os das regiões Norte e Nordeste.

ASPECTOS QUALITATIVOS DO JORNALISMO

(% para o Brasil sobre o total de notícias acerca da Infância e Adolescência, em 2005)*

Discute as conseqüências de um problema	6,86%
Discute as causas de um problema	6,23%
Compara eventos no tempo	2,74%
Compara eventos no espaço	2,37%
Cita opiniões divergentes	1,28%
Compara dados/estatísticas	0,94%

*As variáveis permitem marcação múltipla



Mila Petrillo

Uma articulação estratégica

As organizações que integram a Rede ANDI América Latina acreditam que a comunicação é uma ferramenta essencial para o processo de desenvolvimento dos países do continente. Por esse motivo, a Rede realiza um trabalho de mobilização e de capacitação dos jornalistas e de monitoramento de mídia em 12 países da região.

A Rede ANDI América Latina nasceu em 2003 como uma iniciativa conjunta de organizações não governamentais comprometidas com a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. A tarefa da Rede é apoiar a consolidação de uma cultura jornalística que dê visibilidade às temáticas prioritárias para estes segmentos da população e que contribua para o desenvolvimento humano e social, para a igualdade e para a equidade.

São objetivos da Rede:

- a) Incentivar uma prática de comunicação socialmente responsável entre jornalistas, empresas do setor, fontes de informação e demais atores sociais.
- b) Promover o direito à informação e à comunicação, sem nenhuma discriminação.
- c) Contribuir com os processos de governabilidade democrática e de democratização das sociedades da América Latina por meio da promoção da participação cidadã no controle social.
- d) Construir sistemas de informação nacionais que fortaleçam o debate público sobre a agenda social.
- e) Promover o intercâmbio de experiências nas áreas de comunicação e de direitos entre as organizações integrantes da Rede.

Um ano depois de sua criação, a Rede ANDI América Latina foi reconhecida como um dos três Projetos de Desenvolvimento mais inovadores do mundo. O prêmio foi oferecido pelo Governo do Japão e por The Global Development Network, uma iniciativa ligada ao Banco Mundial.

As atividades das Agências

Em âmbito nacional, as organizações de cada país desenvolvem ações de mobilização e de capacitação de jornalistas, bem como atividades de monitoramento de mídia. Entre outras iniciativas e produtos, merecem destaque:

- *Clippings e classificação de notícias* publicadas nos meios de comunicação impressos.
- *Boletim eletrônico diário* com resenhas de notícias relacionadas a crianças e adolescentes.
- *Agenda semanal* de atividades que tenham como foco esses segmentos populacionais.
- *Pautas Especiais* para os meios de comunicação sobre a situação dos direitos da infância e da adolescência.
- *Banco de Fontes de Informação*, com dados referentes a especialistas e a organizações que trabalham com diferentes temas da agenda dos direitos.
- *Iniciativas de capacitação* de jornalistas, fontes de informação e estudantes de comunicação.
- *Relatório anual Infância na Mídia*, com a análise da cobertura dos jornais monitorados por cada país.
- *Projeto Jornalista Amigo da Criança*, que reconhece profissionais comprometidos com a cobertura da agenda social.



Atividades em rede

Em âmbito regional, com o apoio da Coordenação Executiva da Rede, as diferentes Agências desenvolvem iniciativas articuladas, que potencializam estratégias realizadas em cada país. Vale mencionar aqui:

- *Resenha semanal* com as principais notícias sobre a situação da infância e da adolescência publicadas nos meios de comunicação impressos da América Latina (distribuída em português e espanhol).
- *Boletim institucional mensal* da Rede ANDI América Latina, que relata as principais atividades desenvolvidas pelas Agências.
- *Gestão de conteúdo web* dos sites www.redandi.org (que coloca à disposição os produtos de cada uma das Agências da Rede) e www.acao17.org (comunidade virtual de gestão participativa sobre Comunicação, Infância e Adolescência).
- *Seminários e palestras de capacitação* sobre temas da agenda social oferecidos a jornalistas do continente.
- *Pesquisas comparativas* sobre a qualidade da cobertura jornalística sobre os direitos na região.



Definindo prioridades

Logo após vencer a etapa inicial de implantação (2004-2006), a Rede ANDI América Latina inicia uma nova fase: a de fortalecimento e de consolidação da iniciativa em âmbito regional. Esse ciclo está embasado em um Plano Estratégico Plurianual, elaborado por representantes das 12 Agências que hoje formam essa articulação.

Formulado a partir de um extenso diagnóstico das capacidades e da estrutura de cada organização, o Plano define um cronograma de trabalho conjunto para os próximos anos, que tem como parâmetros os mais importantes desafios enfrentados por meninas, meninos e adolescentes do continente. O documento define, desta maneira, um aprofundamento da atuação em Rede.

A EXPERIÊNCIA DA ANDI

Experiência inspiradora das atividades hoje implementadas pela Rede ANDI América Latina, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) é uma organização brasileira fundada em 1993 por jornalistas.

A ANDI baseia suas estratégias na premissa de que, para se atingir níveis elevados de desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo, é necessário um sistema de meios de comunicação que seja capaz de:



Fazem parte da Rede brasileira, além da própria ANDI, as seguintes organizações:

- Agência Uga-Uga de Comunicação (Manaus/ Amazonas)
- Cipó – Comunicação Interativa (Salvador/Bahia)
- Oficina de Imagens – Comunicação e Educação (Belo Horizonte/Minas Gerais)
- Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência (Curitiba/Paraná)
- Auçuba – Comunicação e Educação (Recife/Pernambuco)
- Associação Companhia TerrAmar (Natal/RN)
- Girassolidário – Agência de Notícias em Defesa da Infância (Campo Grande/Mato Grosso do Sul)
- Catavento – Comunicação e Educação Ambiental (Fortaleza/Ceará)
- Missão Criança (Aracaju/Sergipe)
- Agência de Notícias da Infância Matraca (São Luís/Maranhão)

- Oferecer aos cidadãos informação confiável e contextualizada.
- Definir a agenda de prioridades no debate público de maneira pluralista.
- Exercer o controle social em relação aos governos e às políticas públicas.

A entidade já se transformou em um dos principais agentes de conscientização e de mobilização na área dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil e, atualmente, é uma referência internacional.

A Rede brasileira

A partir da credibilidade e da consolidação das estratégias metodológicas desenvolvidas pela ANDI, surgiu a oportunidade de replicação desse modelo. Em 2000, a ANDI e outras organizações da sociedade civil brasileira criaram a Rede ANDI de Comunicadores pelos Direitos da Infância e da Adolescência. Atualmente, a articulação conta com 11 entidades sediadas em estados das cinco regiões do país.

Assim como ocorre com o grupo latino-americano, as organizações que integram a Rede ANDI Brasil não estão institucionalmente vinculadas à ANDI. Ou seja, elas não são sucursais ou filiais, mas entidades autônomas, que já desenvolvem diferentes atividades tanto no campo da comunicação, como no da Infância e Adolescência.

Foram os resultados positivos alcançados pelo trabalho da Rede brasileira que motivaram organizações de vários outros países a manifestar seu interesse pela replicação do modelo no contexto internacional.

OS RELATÓRIOS NACIONAIS

Anualmente, as Agências que integram a Rede ANDI América Latina elaboram relatórios analíticos sobre o tratamento editorial oferecido pela mídia impressa de cada país aos mais relevantes temas relacionados aos direitos de crianças e adolescentes. Elaborados a partir da classificação do material selecionado cotidianamente nos principais diários da região, os documentos produzidos pelas organizações seguem um modelo semelhante ao adotado na presente publicação – ou seja, apresentam dados e análises quanti-qualitativas, que buscam identificar virtudes e limitações do trabalho da imprensa de um determinado país.

A metodologia de avaliação adotada é padrão para toda a Rede ANDI. As publicações oferecem uma radiografia detalhada de diferentes indicadores, como o grau de prioridade dado aos temas da Infância e Adolescência, as fontes de informação ouvidas e a menção a aspectos como legislação e políticas públicas, além de uma visão do perfil editorial de cada um dos diários. As principais conclusões são debatidas com jornalistas e especialistas em questões da agenda social.

Estes relatórios nacionais são apresentados não apenas a repórteres e editores, mas também a estudantes, professores de comunicação e diferentes atores sociais da área dos direitos humanos.

Análises especiais

Além da avaliação geral sobre a cobertura dedicada pela imprensa aos principais temas relacionados à Infância e Adolescência, no Brasil a ANDI realiza também, desde 1999, estudos aprofundados sobre temáticas de grande relevância para a agenda social. As pesquisas são desenvolvidas com base em uma metodologia diferenciada de análise de conteúdo, que permite uma radiografia mais detalhada das diversas especificidades da abordagem que a imprensa oferece a um determinado assunto (trabalho infantil, pobreza, violência sexual, tecnologias sociais, por exemplo).

As principais conclusões apresentadas nestas análises especiais são, periodicamente, discutidas em seminários e oficinas de interação que reúnem jornalistas e atores sociais. Vários destes estudos vêm sendo publicados pela ANDI, em português, na série de livros *Mídia e Mobilização Social*. Cada volume, além dos números da análise de mídia, conta com artigos de especialistas, entrevistas com repórteres e editores, sugestões de pauta, glossário e guia de fontes de informação. ❖

Ficha técnica

**DIREITOS, INFÂNCIA
E AGENDA PÚBLICA**
**Uma análise comparativa da
cobertura jornalística latino-americana**

Realização

ANDI
Rede ANDI América Latina

Apoio

Plan Internacional

Patrocínio

Petrobras

Supervisão Editorial

Veet Vivarta

Edição

Adriano Guerra

Monitoramento, Pesquisa e Estatística

Coordenação: Raílssa Alencar
Assistente de Coordenação: Manoela
Hartz; Fábio Senne

Redação

Adriano Guerra; Raílssa Peluti Alencar;
Marília Mundim; Ana Flávia Flôres;
Ulisses Lacava
Colaboração: Anita Campos; Denise
Caputo; Marcela Romero

Produção e distribuição

Tainá Frota

Projeto Gráfico e Diagramação

André Nóbrega

Revisão

Aline Falco; Estela Caparelli; Frida Montalván;
Javier Martínez

Colaboração: equipe da agência Capitulo
Infancia / Periodismo Social (Argentina)

Fotos

As fotos presentes nesta publicação são finalistas dos
Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos
da Infância e da Adolescência e foram gentilmente
cedidas pelo Unicef e pela Agência EFE.

Agradecemos aos fotógrafos e às instituições pelas
imagens cedidas.

*A foto da capa é de Angeles Torrejón Becerril, finalista da II
edição dos Prêmios Iberoamericanos.*

Apenas as fotos das páginas 26 (ANDI – Projeto “In
Formação”); 34 (Casa da Alegria – Projeto “Auto-estima
da Criança Negra”); 37 (Projeto Axé – “Canteiros dos
Desejos”); 38 (Instituto Ayrton Senna – Projeto “Acelera
Brasil”); e 68 (ANDI – Projeto “In Formação”) não
integram o material dos Prêmios Iberoamericanos.
As imagens foram gentilmente cedidas pela fotógrafa
Mila Petrilo, Jornalista Amiga da Criança.

Tiragem

3.000 exemplares

Impressão e acabamento

Gráfica Coronário

Janeiro 2007

© 2007 ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da
Infância / Rede ANDI América Latina
todos os direitos reservados



SDS, Edifício Boulevard Center, Sala 108.
CEP 70391-900, Brasília – DF, Brasil.
Telefone: +55 (61) 2102.6508
Fax: +55 (61) 2102.6550
andi@andi.org.br
www.andi.org.br

Ficha técnica

**DIREITOS, INFÂNCIA
E AGENDA PÚBLICA**
**Uma análise comparativa da
cobertura jornalística latino-americana**

Realização

ANDI
Rede ANDI América Latina

Apoio

Plan Internacional

Patrocínio

Petrobras

Supervisão Editorial

Veet Vivarta

Edição

Adriano Guerra

Monitoramento, Pesquisa e Estatística

Coordenação: Raílssa Alencar
Assistente de Coordenação: Manoela
Hartz; Fábio Senne

Redação

Adriano Guerra; Raílssa Peluti Alencar;
Marília Mundim; Ana Flávia Flôres;
Ulisses Lacava
Colaboração: Anita Campos; Denise
Caputo; Marcela Romero

Produção e distribuição

Tainá Frota

Projeto Gráfico e Diagramação

André Nóbrega

Revisão

Aline Falco; Estela Caparelli; Frida Montalván;
Javier Martínez

Colaboração: equipe da agência Capitulo
Infancia / Periodismo Social (Argentina)

Fotos

As fotos presentes nesta publicação são finalistas dos
Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos
da Infância e da Adolescência e foram gentilmente
cedidas pelo Unicef e Agência EFE.

Agradecemos aos fotógrafos e às instituições pelas
imagens cedidas.

*A foto da capa é de Angeles Torrejón Becerril, finalista da II
edição dos Prêmios Iberoamericanos.*

Apenas as fotos das páginas 26 (ANDI – Projeto “In
Formação”); 34 (Casa da Alegria – Projeto “Auto-estima
da Criança Negra”); 37 (Projeto Axé – “Canteiros dos
Desejos”); 38 (Instituto Ayrton Senna – Projeto “Acelera
Brasil”); e 68 (ANDI – Projeto “In Formação”) não
integram o material dos Prêmios Iberoamericanos.
As imagens foram gentilmente cedidas pela fotógrafa
Mila Petrilo, Jornalista Amiga da Criança.

Tiragem

3.000 exemplares

Impressão e acabamento

Gráfica Coronário

Janeiro 2007

© 2007 ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da
Infância / Rede ANDI América Latina
todos os direitos reservados



SDS, Edifício Boulevard Center, Sala 108.
CEP 70391-900, Brasília – DF, Brasil.
Telefone: +55 (61) 2102.6508
Fax: +55 (61) 2102.6550
andi@andi.org.br
www.andi.org.br

Direitos, Infância e Agenda Pública

Esta publicação apresenta os principais resultados de uma análise quanti-qualitativa sobre o tratamento editorial que a imprensa de dez países latino-americanos oferece aos temas que afetam diretamente a realidade de crianças e adolescentes.

A realização desta pesquisa exclusiva – construída a partir do trabalho de monitoramento cotidiano feito pelas agências integrantes da Rede ANDI América Latina – teve como base a leitura de mais de 237 mil textos, publicados por 121 diários durante o ano de 2005.

Além de um panorama geral da cobertura jornalística, este informe traz análises especiais sobre a atenção dispensada pelas redações a temas como Violência, Educação e questões de Diversidade – aspectos fundamentais para o debate acerca da garantia dos direitos da população infanto-juvenil.

Realização:



Patrocínio:



Apoio:



Outros aliados estratégicos da Rede ANDI América Latina:

